



Universidade de Brasília

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO E SAÚDE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
MESTRADO ACADÊMICO**

MARIA PAULA FIDALGO

***BRASÍLIA, CAPITAL DA PAZ? A CIDADE COMO CONTEXTO DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CULTURA DE PAZ***

Brasília, Março de 2018



Universidade de Brasília

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO E SAÚDE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
MESTRADO ACADÊMICO**

MARIA PAULA FIDALGO

***BRASÍLIA, CAPITAL DA PAZ? A CIDADE COMO CONTEXTO DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CULTURA DE PAZ.***

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde.

Orientadora Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Brasília, Março de 2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF449b Fidalgo, Maria Paula
BRASÍLIA, CAPITAL DA PAZ?: A CIDADE COMO CONTEXTO DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CULTURA DE PAZ / Maria Paula
Fidalgo; orientador Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino. --
Brasília, 2018.
149 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Processos de
Desenvolvimento Humano e Saúde) -- Universidade de Brasília,
2018.

1. Brasília. 2. Cultura de Paz. 3. Desenvolvimento
Humano. 4. Psicologia histórico-cultural. I. Pulino, Lúcia
Helena Cavasin Zabotto, orient. II. Título.

**Dissertação financiada e apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico - CNPq**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA
EXAMINADORA:

Profa. Dra. Lucia Helena Cavasin Zabotto Pulino - Presidente
Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia - PED/PPGPDS

Prof. Dr. Dioclécio Campos Júnior – Membro externo
Professor Emérito da UnB
Universidade de Brasília - Faculdade de Medicina

Profa. Dra. Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Membro interno
Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia – PED/PPGPDS

Profa. Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues - Suplente
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação - TEF

Brasília, Março de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que acreditaram e acreditam no potencial de Brasília como *Capital da Paz*,

Aos meus pais, Wilson e Gilka Fidalgo por terem me dado a chance de nascer e crescer nesta cidade fantástica que aprendi a amar e desbravar, que se esforçaram tanto para me dar boas oportunidades nesta vida,

À Profa Dra Lucia Helena Pulino, minha orientadora, que soube me conduzir de forma genial e a Deus, certa de que cada passo dado em direção ao desenvolvimento das capacidades intelectuais e dos recursos emocionais que o feito exige, é um passo dado em direção à luz. Que a vida de cada pessoa que me ajudou neste percurso seja banhada pela divina luz da consciência superior.

Às professoras Dra Daniele Nunes e Dra Silviane Barbato pelo aprendizado nas disciplinas do Mestrado.

Às professoras Dra.Regina Lúcia Sucupira Pedroza e Dra.Fátima Lucília Vidal Rodrigues que aceitaram participar de minha banca de defesa.

Ao Professor Dr. Dioclécio Campos Júnior, que aceitou participar de minha banca de defesa.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus filhos Maria Luiza e Felipe que estão aprendendo a amar e compreender a cidade de Brasília. Que souberam encarar o desafio ao meu lado sem reclamar das horas e horas dedicadas à leitura e à escrita, e percebo que eles também colheram os frutos desta empreitada, à medida que foram se familiarizando com esse universo extraordinário.

EPÍGRAFE



Figura 01 – Imagem área de Brasília

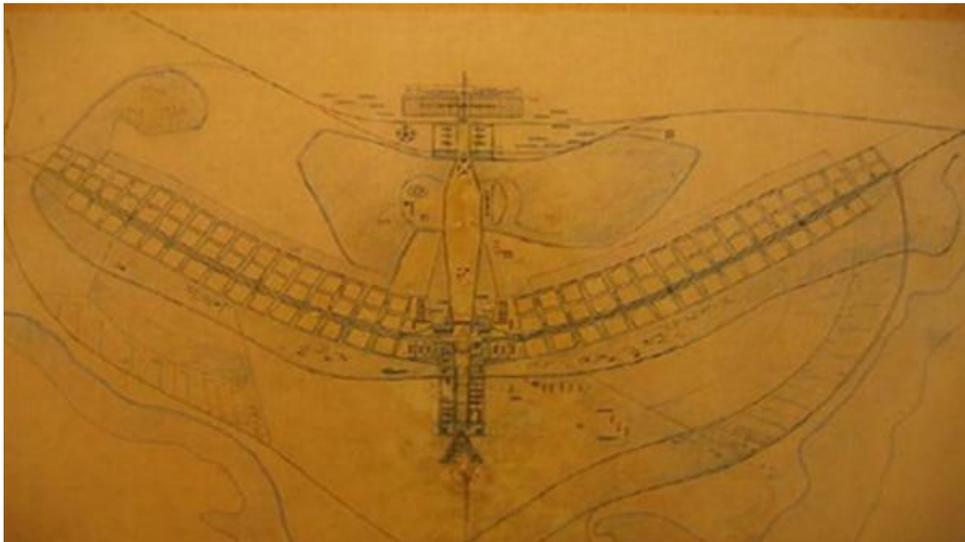


Figura 02 – Imagem área da cidade de Akhetaton

Hoje, tanto tempo percorrido, pergunto-me, às vezes, se essa admiração por Akhenaton, surgida na mocidade, não constituiu a chama, distante e de certo modo romântica, que acendeu e alimentou meu ideal, realizado na maturidade, de construir, no Planalto Central, Brasília – a nova Capital do Brasil (Meu Caminho para Brasília, JK, p.111).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a cidade de Brasília como contexto de desenvolvimento humano, a partir da perspectiva histórico-cultural da construção de uma Cultura de Paz. O esforço desta dissertação, segue no sentido de conhecer e analisar o processo de concepção de Brasília, nas dimensões histórica, física e simbólica; analisar as especificidades de Brasília - como capital do país e como cidade do Distrito Federal - do ponto de vista histórico, social, cultural e educacional; e analisar o sentido da proposta do título: *Brasília, Capital da Paz*. Os fundamentos teóricos do método têm na pesquisa qualitativa a orientação para a compreensão da subjetividade de cada um dos 06 entrevistados. Como procedimentos de construção de informações lançou-se mão de entrevistas semiestruturadas e observações e impressões e reflexões registradas em um diário de campo da pesquisadora. A pesquisa documental possibilitou a assunção de uma perspectiva histórica ao estudo. Os resultados foram submetidos à Análise de Conteúdo. As falas dos entrevistados foram agregadas em 5 unidades de significação, a saber: a) Realidade e Utopia da cidade igualitária: contexto de Emancipação Social; b) Pertencimento: Capital e Cidade; c) Relações Sociais e Humanas: compreensões da cidade; d) Brasília enquanto terreno fértil para a construção da Cultura de Paz; e e) Brasília: mística e religiosa. A análise ressaltou que muitos moradores da capital experimentam relacionamentos com vínculos afetivos fortes, profundos e estáveis, apesar de virem de culturas e crenças tão diversas. Tal fato cria o sentimento de pertencimento, que auxilia a amenizar a dor mesmo nas situações mais desafiadoras. A tensão entre os opostos, expressa, por exemplo, na dignidade da tarefa de se construir a nova capital em contraposição à indignidade das condições de trabalho ou do sonho coletivo do surgimento de uma nova nação tanto como elemento alienante como libertador. A paz, então, surge como uma perspectiva, algo a ser construído a partir da superação do conflito, da contradição, da indignidade. Considera-se, enfim, que o título *Brasília, Capital da Paz* pode-se aplicar à cidade, desde que se entenda essa designação como colocada em um horizonte de possibilidade, uma proposta de superação das condições de desigualdade e de fomento a uma educação para a paz e os Direitos Humanos.

Palavras-chave: Brasília, cultura de paz, desenvolvimento humano, psicologia histórico-cultural.

ABSTRACT

This research aims to comprehend the city of Brasília through context of human development, from the cultural-historical perspective on the construction of a Culture of Peace. The efforts of this dissertation, intends to get to know and analyze the meaning of the proposal for the title: Brasília, The Capital of Peace. The theoretical background on the method has as part of the qualitative research, the orientation for comprehension of the subjectivity on each of the 6 interviewed. As proceedings of information construction, we used semi-structured interviews with the participants and the researcher's register in a field diary, besides a documentary analysis. The analysis of the construct informations were submitted to Content Analysis. The speech of respondents were grouped into 5 units of significance, to know: a) Reality and Utopia in the egalitarian city: context of Social Emancipation; b) sense of Belonging: Capital and City; c) Social and Human Relations: the city understandings; d) Brasília as a breeding ground for Culture of Peace; and e) Brasília: mystic as well as religious. Plenty of the capital's habitants experience relationship with profound and stable affective bonds, although coming from very different cultures and beliefs. That creates a sense of belonging, which helps to mitigate the pain even in the most challenging situations. The tension between the opposites is expressed, for example, in the dignity of the task of building the new capital, in contraposition to working conditions' indignity or from the collective dream of the appearance of a new nation, is as alienating as it is liberating. Peace, then, appears as a perspective, something to be built through the overcoming of conflict, of contradiction, of indignity. It is considered therefore, that the title Brasília the Capital of Peace, can be related to the city as long as this designation is pictured in a horizon of possibilities. A proposal for overcoming of the inequality conditions and education incentive for peace and human rights.

Keywords: Brasília, Culture of Peace, Human development, cultural-historical psychology.

LISTA DE FIGURAS

01 – Imagem área de Brasília	vii
02 – Imagem área da cidade de <i>Akhetaton</i>	vii
03 - O Indivíduo e as asas de Brasília	xiii
04 – Catedral de Brasília vista de cima	10
05 - Quadrilátero <i>Cruls</i> , com Retângulo <i>Belcher</i> e Distrito Federal definitivo	19
06 – Igreja de Dom Bosco	21
07 - À noite, os integrantes da equipe de Lucio Costa, com equipamentos astronômicos, conferiam, pelo céu, os cálculos de cada ponto marcado no solo	27
08 – Brasília e Regiões Administrativas	43
09 – Ipês colorindo os monumentos de Brasília	59
10 – Candangos trabalhando na construção	74
11 – Candangos na boleia do caminhão para trabalhar na construção	75
12 – Juscelino Kubistchek e Lucio Costa com o croqui de construção	82
13 - Brasília: Mística e religiosa	112
14 - Monumentos “Os Candangos”	126

LISTA DE TABELAS

1 - Histórico da construção/adoção oficial do conceito de ‘Cultura de Paz’, da ONU	33
2 - Caracterização dos entrevistados	58

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

Apêndice B Roteiro das questões da Entrevista Semiestruturada

LISTA DE SIGLAS

AEUDF	Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
CAP	Comunidade de Aprendizagem do Paranoá
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
IP	Instituto de Psicologia
IGPA	Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia
JK	Juscelino Kubitschek
NEP	Núcleo de Estudos Para a Paz e Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
p.	Página
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PGPDS	Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Humano e Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPB	Plano Piloto de Brasília
RA	Região Administrativa
SEEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
SETUR	Secretaria de Turismo
STF	Supremo Tribunal Federal (STF)
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCG	Universidade Católica de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIPAZ	Universidade da Paz
TBV	Templo da Boa Vontade



Figura 03 – O Indivíduo e as asas de Brasília

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
DEDICATÓRIA	vi
EPIGRAFE	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE APÊNDICES	xi
LISTA DE SIGLAS	xii
I. INTRODUÇÃO	01
II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 Compreensões de Desenvolvimento Humano	11
2.2 Reflexões sobre o nascimento das Cidades	15
2.3 Rumo à Construção de Brasília	18
2.4 Cultura de Paz	31
2.5 Brasília e a Cultura de Paz	36
2.6 Educação para a paz e Direitos Humanos em Brasília	38
2.7 Duplo caráter de Brasília: capital do país e cidade	42
2.8 Potencial Humano: subjetividade, pertencimento, virtudes e valores	48
III. OBJETIVOS	53
IV. PERCURSO METODOLÓGICO	54
4.1 Fundamentos teóricos do Método	54
4.2 Participantes	57

4.3 Contexto de pesquisa	60
4.4 Instrumentos	60
4.5 Procedimentos de análise das informações construídas	63
V. RESULTADOS E CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	65
5.1 Realidade e Utopia da cidade igualitária: contexto de Emancipação Social	78
5.2 Pertencimento: capital e cidade	90
5.3 Relações Sociais e Humanas: compreensões da cidade	95
5.4 Brasília enquanto terreno fértil para a Cultura de Paz	104
5.5 Brasília: mística e religiosa	111
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	134
APÊNDICES	148

I. INTRODUÇÃO

A interface das várias Marias Paulas – a mãe, psicóloga, apresentadora de tevê, artista, cronista e ativista e, especialmente, a mestranda do Programa de Pós Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB) - me fez revisitar a história de Brasília como uma cidade única, planejada, e com muitas possibilidades de ser considerada como contexto de desenvolvimento humano, na perspectiva da construção de uma Cultura de Paz.

Minha origem impactou firmemente meu destino. Ter nascido em Brasília foi de enorme importância em minha constituição como pessoa. Minha formação e trajetórias pessoal e profissional seguiram o curso de alguém que passou a primeira infância solta entre árvores, monumentos, palácios e piscinas de água mineral. Cada passo teve como força motriz a consciência adquirida sob o horizonte grandioso do planalto central e sob essa perspectiva, pude aproveitar cada oportunidade que a vida me apresentou. Desde cedo, me acostumei a valorizar a dedicação, o estudo e o esforço. Entendi logo que escolhas que brotam de intenções claras, aliadas ao compromisso de estar sempre atenta às consequências geradas por elas, são, na verdade, as misteriosas mãos que jogam os dados do destino.

Coisas de Brasília!

Estudei muito, a vida toda e fui bastante ‘zoada’ por isso. Na época em que vivi no Rio de Janeiro e tentei ‘tornar-me carioca’, percebi que enquanto quase todas as minhas amigas de infância de Brasília tinham em seu currículo pelo menos um diploma universitário e títulos concedidos pelos anos dedicados a cursos de mestrado e doutorado; no Rio, o mesmo não acontecia. Nem as mais bem sucedidas profissionalmente tinham diploma universitário. Talvez pela praia e pelo estilo de vida hedonista do carioca... nunca consegui entender direito a razão, mas o fato é que ter entrado na universidade aos 16 anos, ter me formado em

psicologia aos 21 e seguido estudando ininterruptamente fazia de mim um peixe fora d'água na praia de Ipanema.

Alimentei durante todo o tempo em que vivi no Rio, o sonho de voltar a Brasília para fazer um mestrado na UnB e, quando isso se tornou uma realidade, mal pude conter a alegria, a excitação, o medo e o nervosismo gerados pelo feito. Isso mesmo, considerava um feito heróico abandonar a vida de glamour dos “tapetes vermelhos” onde as celebridades dão o ar da graça e recebem elogios por desfilar seus ‘modelitos’ da última moda e me aventurar pelas salas de aula, onde meus dotes artísticos não fariam nenhuma diferença. Imaginava que seria bem difícil, e foi mesmo. Minha resiliência já foi testada logo de cara ao ser reprovada na primeira tentativa de ser admitida no programa de mestrado da UnB. A frustração, a principio me deixou atordoada, mas rapidamente absorvi o golpe e entendi que se queria ter sucesso numa instituição acadêmica como a UnB, teria que me dedicar a mais horas de leitura e de escrita, enfim, teria de firmar um compromisso com o estudo de forma deliberada e constante.

Assim, me preparei com muita seriedade por mais um ano e acabei sendo admitida no programa de mestrado do departamento de Psicologia do desenvolvimento humano (PGPDS). Minha história inspirou as escolhas acadêmicas que fiz:

Nasci em 1970 e meus irmãos brincavam que eu era a única nortista da família. Aprendi muito nova que quem nascia no norte do país sofria um preconceito difuso, algo que podia passar como brincadeira, mas evocava uma certa conotação negativa difícil de ser digerida sem alguma dor. Este sentimento de rejeição despertou em mim, menina, uma curiosidade pelos motivos que levam os indivíduos a julgar e até condenar o outro, simplesmente pelo sitio de onde ele vem. Como assim - alguém que nasce aqui ou ali, pode ser discriminado por isso? Questionamentos dessa natureza povoaram minha primeira infância e pude ter uma primeira noção de que quanto mais claro o tom da pele, tanto mais se

era valorizado e vice versa. A população negra e mestiça estava sempre em desvantagem, de alguma forma. No sul do país, as tipicamente brancas e loiras, descendentes de alemães e italianos se aproximavam mais da aparência estereotipada que fazia tanto sucesso nos lares das garotas de classes mais abastadas, enquanto os afro-descendentes, em sua maioria proveniente da Bahia, assim como os mestiços dos índios do norte deveriam ser mais resilientes com a sua condição e aguardar, pacientemente, pela chance de ocupar um lugar de respeito no imaginário coletivo da nação.

Me assustava constatar que desde os tempos coloniais ser branco significava habitar o topo e que mesmo nos dias de hoje, tão pouco havia mudado. Com o decorrer do tempo, minhas percepções foram tomando forma e um sentimento de indignação começou a tomar conta da adolescente *punk*, que em plena ditadura militar, em uma família de classe média, se vestia de preto, descoloria os cabelos e já tinha plena consciência de que algo muito equivocado estava acontecendo com a nossa sociedade.

Os contrastes sempre fizeram parte de minha história, o que me permitiu circular por todos os ‘guetos’ da capital. Recebi treinamento como sacerdotisa do Vale do Amanhecer aos quinze anos, presenciei a inauguração da Cidade da Paz aos dezesseis, enfim, transitei livremente por territórios místicos e esotéricos com a mesma desenvoltura que pelos meios acadêmicos, diplomáticos e políticos...

Coisas de Brasília!.

Resolvi tentar a sorte na cidade grande e São Paulo se tornou o palco de minhas primeiras conquistas profissionais. O trabalho na MTV começou paralelamente ao estágio no hospital psiquiátrico *Charcôt* e na formação em psicanálise feita com o Prof. Jacob Pinheiro Goldberg.

Depois de me tornar conhecida do público jovem através dos programas musicais, me mudei para o Rio de Janeiro e por muitos anos fiz humor no horário nobre da rede Globo. Me

sentia feliz por ter a oportunidade de exercer a liberdade de expressão e por meio da arte de falar abertamente sobre questões sociais e políticos no campo humorístico.

E assim, a temática de estudo eleita por mim no Mestrado teve uma proposta inspiradas na concepção da Capital Federal como berço de uma nova civilização, voltada para uma cultura de paz. Do sonho profético de Dom Bosco ao traçado arquitetônico revolucionário de Niemeyer que foi proposto com a intenção de minimizar as distâncias sociais que tornam possível o acolhimento de todas as classes sociais, credos e raças, promovendo a integração.

Como pesquisadora, no campo da psicologia relacionada ao desenvolvimento humano e à educação, e amante da cidade de Brasília, meu interesse na temática surge, em certa medida, por fazer parte da primeira geração de crianças nascidas em Brasília. Filha de um casal que teve a coragem de apostar na nova Capital da República como o lugar ideal para se construir uma vida digna, desde cedo, me senti parte desse plano enfatizado no Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek ao inaugurar o Palácio da Alvorada, em 30 de junho de 1958. Suas palavras exaltavam nossa capacidade de ultrapassar dogmas e partidos de modo a construir um futuro sólido,

desejosos de promover a harmonia e o fortalecimento de todo o Continente, aproveito esta hora para fazer um apelo a todos os brasileiros. O meu apelo é no sentido da paz e da união, não em torno de meu governo e da minha pessoa, que somos passageiros, mas em torno do Brasil, que desejamos eterno, do ideal que nos inspira, para que a nossa voz se faça ouvir forte e clara, acima dos ressentimentos e das dissensões momentâneas (Brasil, 1958, p. 258).

Brasília nascia com uma missão nobre: unir os povos. Muitos anos se passaram e o rumo da trajetória de vida me levou para outros lugares e concepções, mas percebi que aqui teria autonomia para compreender a imensidão dos processos culturais que tinha deixado para

trás. Neste resgate, encontrei uma cidade muito diferente, mais complexa e me senti motivada a compreender de que forma aconteceram essas mudanças.

Considerando a visão de Foucault (1970) sobre a verdade, como algo que não existe objetivamente e sim a partir do que percebemos dela, do que faz sentido para o sujeito, pretendo buscar na investigação do passado o entendimento dos rumos tomados na trajetória dessa cidade e quem sabe encontrar as rotas possíveis na difícil tarefa de nos guiar em direção à consolidação de um cenário onde a paz e a união, preconizadas por Kubitschek, compunham a base das relações humanas.

Penso que Brasília tem todas as condições de ser o epicentro de uma grande revolução da cultura de paz, já que, por ser uma cidade eclética, acolhe muitas culturas e correntes religiosas e espirituais que convivem na mais ampla paz e harmonia. Não é a toa que aqui, as embaixadas do Irã, dos Estados Unidos, do Paquistão, de Botsuana, da França do Kuwait, de Cuba, são vizinhas e seus representantes convivem respeitosamente. E, ainda, Brasília possui vários templos ecumênicos, a Catedral e a Igrejinha de Fátima, cartões-postais da cidade, a sede da Loja Maçônica Grande Oriente do Brasil, o Centro Islâmico do Brasil, a Igreja Messiânica Mundial, o Templo Budista, o da *Seicho-No-Iê*, o Santuário Dom Bosco, o Oratório do Soldado, a sede da Sara Nossa Terra, a Catedral da Igreja Universal do Reino de Deus, Comunhão Espírita *Kardecista*, *Ylê Axé Oyá Bagan* Comunidade Tradicional de Terreiro de Brasília e o Templo da Legião da Boa Vontade. E, para completar, no ano de 2016, Brasília foi escolhida pela Assembleia Plenária da União das Cidades Capitais Ibero-americanas para receber o Prêmio Capital Ibero-americana da Paz para o biênio de 2017/2018, título por reconhecimento aos esforços da capital federal pela construção de uma Cultura de Paz.

O diálogo parece ser possível, assim como a liberdade de expressão individual de fé, parece ganhar uma maior aceitação, apesar de algumas religiões, especialmente as de matriz

africana (Nascimento, 2016) serem discriminadas na sociedade brasileira em geral nesse ambiente de pluralidade e tolerância. Em leituras realizadas e no decorrer do ano de 2017 discussões e propostas surgiram referentes à educação religiosa nas escolas em que notamos que esse debate é antigo desde Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.475/97, que tratou o Ensino Religioso como área do conhecimento.

No que se refere à Psicologia do Desenvolvimento, a pesquisa sobre a temática da Cultura de Paz, no contexto histórico e social de Brasília, pode fornecer elementos para a compreensão de como uma cidade pode se organizar de modo a se constituir em um lugar de acolhimento e desenvolvimento de indivíduos educados para o exercício de uma cidadania construída em ambiente em que a diversidade se faz presente no cotidiano e possibilita a vivência com o diferente, o que pode gerar situações conflituosas e requerer uma educação da sensibilidade, para a alteridade e o reconhecimento radical do outro.

Pensar uma educação voltada para os Direitos Humanos, a cidadania e a Cultura de Paz, é assumir o conflito, as contradições, as dificuldades das relações humanas como limites a serem superados e possibilidades a serem criadas. É pensar o processo de construção de relações solidárias, num esforço constante.

A equipe escolhida por Juscelino Kubitschek (JK) tentou desenvolver um modelo de cidade utópica onde se pretendia eliminar as classes sociais, pelo menos no projeto e durante a obra, todos comiam a mesma comida e moravam juntos. Neste enfoque relacional social, Costa (2005, p. 25) menciona que “a cidade ficou conhecida como Capital da Esperança, nome dado pelo escritor francês André Malraux”.

Esta pesquisa, fundamentada na teoria histórico-cultural, especialmente em obras de Lev Vigotski (1896-1934), pretendeu investigar em que medida essa narrativa se faz presente não só em obras literárias que tratam de Brasília ou em discursos proferidos por personalidades políticas, intelectuais, artistas sobre a cidade, mas por meio de entrevistas com

personagens relevantes de sua história, e em documentos oficiais sobre a construção e a história da capital do Brasil, e em registros de observações da cidade no diário de campo da pesquisadora. Além disso, analisamos as narrativas obtidas por meio de entrevistas semi estruturadas com pioneiros que tenham participado e/ou estudado a história de Brasília, tendo as seguintes unidades de significação: a) Realidade e Utopia da cidade igualitária: contexto de Emancipação Social; b) Pertencimento: Capital e Cidade; c) Relações Sociais e Humanas: compreensões da cidade; d) Brasília enquanto terreno fértil para a Cultura de Paz; e e) Brasília: mística e religiosa.

No decorrer das páginas desta pesquisa encontram-se algumas imagens retiradas de endereços eletrônicos para que o leitor que não conhece Brasília possa interagir e entender as contextualizações aqui trazidas para o debate acadêmico, cultural e social. Apresentamos a Capital do país e a cidade de Brasília em seus aspectos de referencia da psicologia histórico-cultural, ou seja, das interações e mediações sociais.

Esta pesquisa orientou-se pelos pressupostos freireanos relacionados à “vocação de ser mais”, em que politicamente o “sonho utópico tem que ver com uma sociedade menos injusta, menos malvada, mais democrática, menos discriminatória, menos racista, menos sexista” (Freire, 2001, p.118), na busca de um modelo de ser humano e de sociedade que se constituem a partir de virtudes.

Não existe destino que não seja construído por pensamentos, imagens, palavras e ações, para a compreensão da existência baseada na história da capital, nos diferentes olhares sobre a cidade e Cultura de Paz que a rodeia. Essa pesquisa propôs-se a revisitar a dimensão histórica da nossa capital e servir como um chamado para que cada pessoa que nela vive possa assumir a responsabilidade de fazer dela a verdadeira Capital da Paz. Com isso, teve a intenção de olhar Brasília como um lugar único para possibilitar o desenvolvimento de uma cultura candanga, que se construa marcada pela multiplicidade e o encontro de diferentes

costumes, crenças, dialetos, sotaques, músicas, artesanato, práticas, histórias e vivências. Tal cidade é o nicho de produção de cidadãos abertos ao novo, ao diferente que faz convite a refletir sobre espiritualidade e ao reconhecimento radical do outro em sua diversidade. Dessa forma, assumiu-se, na perspectiva do desenvolvimento de sujeitos e cidadãos, a compreensão do processo de construção de subjetividades que valorize ao mesmo tempo a coletividade e os processos singulares de se tornar pessoa e cidadão.

Os brasileiros, em geral, desconhecem o verdadeiro significado místico que envolve a construção de nossa Capital Federal, Brasília. Existem mistérios e segredos, a serem desvelados? Quais os fatores determinantes para a construção de Brasília? Qual seria o processo de compreensão da construção de uma Cultura de Paz na cidade? Como se dá a constituição da subjetividade dos brasilienses e candangos? Como se constroem as instâncias de socialização em Brasília? Afinal, qual o sentido de se assumir o título *Brasília, Capital da Paz?*

O meu ingresso no curso de pós-graduação *stricto sensu* na área de Desenvolvimento Humano concretizou, por meio das disciplinas cursadas, das leituras, discussões, de meu Estágio em Docência e do trabalho junto à minha orientadora, a transformação da inquietude em um problema de pesquisa, o que me permitiu desenvolver esta dissertação de Mestrado.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: Introdução - problema de pesquisa, Fundamentação teórica, Objetivos, Metodologia, Análise e Discussão dos Resultados e Considerações Finais. Esta estrutura foi elaborada tendo como referência a Resolução do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde n. 005/2016, que estabelece Normas para a Apresentação de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado.

No Capítulo 1, a **Introdução**, apresentamos um memorial baseado na experiência pessoal e acadêmica, relacionada à escolha do tema e ao processo de realização do Mestrado.

Além disso, trouxemos as primeiras reflexões sobre o caminho da pesquisa e a estrutura da Dissertação. No Capítulo 2, apresentamos a **Fundamentação Teórica** que sustenta nossas reflexões e práticas do processo de pesquisa. No capítulo 3, destacamos os **Objetivos** que orientam este estudo. O Capítulo 4 expôs sobre a **Metodologia** e o percurso metodológico, salientando o contexto de pesquisa, os participantes e os procedimentos de construção de informações da pesquisa. O Capítulo 5 foi dedicado aos **Resultados e Análise das informações construídas e da Discussão**, tendo como suporte a Fundamentação Teórica. Dessa forma, procedemos à construção de conhecimento a respeito do tema, tendo como fio condutor os objetivos propostos. No Capítulo 6, tecemos as **Considerações Finais**, que apreciam em que medida o objetivo foi alcançado, o sentido da vivência da pesquisadora e avaliam o processo de construção da pesquisa, reconhecendo suas limitações e apontando para possibilidades futuras. Em seguida, colocamos as Referências que subsidiaram nosso trabalho.



Figura 04 – Catedral de Brasília vista de cima.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Assumindo como tema deste estudo a cidade de Brasília marcada por especificidades desde o seu surgimento como cidade planejada para ser a capital do país, propomo-nos a olhar esta cidade como contexto de desenvolvimento de seus habitantes como indivíduos e cidadãos, questionando-se a possibilidade da construção e vivência de uma Cultura de Paz.

O referencial teórico foi selecionado para o estudo dos seguintes temas para serem objeto de análise teórica: compreensões de desenvolvimento humano, cidades, a construção de Brasília, Cultura de Paz; Educação para a paz e Direitos Humanos em Brasília; Potencial Humano: subjetividade, pertencimento, virtudes e valores. Elegemos como fundamentação a psicologia histórico-cultural, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento humano se processa por meio das mediações culturais, das interações e relações sociais que sintetizam uma dimensão ética, princípios morais e valores sociais (Vigotski, 2008)¹. Dessa forma, compreende-se que a cidade é uma instância de socialização, por oferecer referências

¹ Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural que fundamenta a pesquisa temática utilizamos como descritor¹ *Vigotski* para evidenciar a leitura proativa em português e produção científica referenciada nas contribuições do autor, em artigos no Portal CAPES de periódicos nacionais de psicologia e da *scielo*. Nas referências bibliográficas, manteremos a grafia adotada pelos autores.

fundamentais para a constituição da subjetividade, para a condução do cidadão na sociedade e pela busca do desenvolvimento de um projeto de vida.

Este estudo apresenta elementos dos movimentos social, cultural e educativo relacionados à proposta de se assumir o título *Brasília, Capital da Paz*, que tem se expandido, apoiada no pressuposto de que repensar o processo histórico possibilita a ressignificação do momento atual, o que promove a interação no contexto da diversidade e a transformação no campo dos valores, redefinindo os espaços culturais/comunitários e as instituições sociais.

O processo de instituição da expressão *Brasília: Capital da Paz* tem como precedentes: a) A existência, em Brasília, da Universidade Holística Internacional, a Universidade da Paz (UNIPAZ) desde 1987; b) A outorga, em 1988, do título de Cidade da Paz a Brasília, pelo renomado Conselho Mundial da Paz – documento mantido pela UNIPAZ; c) As ações de brasilienses que procuram integração social e humanização por meio da ressignificação de seu espaço urbano com projetos educativos – Brasília de Pedestres da Paz (1996), Brasília da Educação para a Paz, Rodas da Paz (2003); d) A existência do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP) na UnB; e) Brasília como sede de Representações Diplomáticas, Organismos Internacionais e Agências Internacionais de Cooperação, que dividem o mesmo espaço, por meio de suas Embaixadas.

A visão estratégica voltada para a adoção da expressão Cultura de Paz fomenta parcerias que procuram reduzir a violência e a criminalidade, fortalecendo o sentido de segurança social e a qualidade de vida dos cidadãos brasilienses.

2.1 Compreensões de Desenvolvimento Humano

De acordo com a perspectiva histórico-cultural, herdeira do materialismo dialético de Marx (1818-1893), o que difere o ser humano dos outros animais está no fato que o “ser humano altera o mundo que o cerca, criando instrumentos e signos” (Silva, 2017, p.06). O ser

humano age sobre o mundo de forma planejada, libertando-se do campo perceptivo e elaborando modos abstratos na sua ação como atividade mediada, que irá orientar o comportamento humano, na internalização das funções psicológicas.

A mediação por signo e instrumento é de natureza diversa, enquanto o signo constitui uma atividade interna dirigida para o controle do próprio sujeito, o instrumento é orientado externamente, para o controle da natureza. Tanto o controle do comportamento como o da natureza acarretam mudanças no funcionamento cognitivo, o primeiro ocasionando a emergência das funções superiores e, o segundo, a relação do ser humano com o seu ambiente: o ser humano muda a natureza e essa mudança altera a sua própria natureza. É esse movimento dialético, entre o ser humano e sua produção para a cultura de paz em Brasília, que se deseja compreender.

Os desdobramentos da teoria histórico-cultural partem do princípio de que é na ação coletiva, nas interações sociais, que se consolidam conhecimentos que serão internalizados. A questão é, portanto, entender como ocorre a internalização do conhecimento público/coletivo para a cultura de paz no contexto de uma cidade planejada como Brasília. Além disso, a compreensão de desenvolvimento humano na perspectiva da estrutura da sociedade que é constituída por níveis que se articulam de formas específicas, segundo Pires (2007, p. 48) “a infraestrutura que forma a base econômica, e a superestrutura, composta pelos níveis jurídico-político e ideológico”.

A partir deste raciocínio, Vigotski (1998, p. 40) destaca que “a estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento enraizado nas ligações entre história individual e história social”. Essa correlação entre o sujeito e os contextos sociais é percebida como um movimento bidirecional, uma relação de constituição recíproca, na qual toda a sociedade atua de modo ativo.

A internalização do conhecimento público/coletivo para a cultura de paz no que se refere aos processos de desenvolvimento está relacionada com os processos de aprendizagem, e possibilidades de mediação engendradas na apropriação da cultura. A cultura, segundo Vigotski (1979, p. 166) “não cria nada, ela simplesmente modifica o ambiente natural para se conformar aos objetivos humanos”. Biaggio (2015, p. 32) referencia que o desenvolvimento para Vigotski “poderia ser descrito por meio da palavra russa *obuchnie*, que significa ensinar e aprender”.

O processo de aprendizagem é uma ação na qual os sujeitos partilham com outros e depois internalizam as interações sociais. Beú (2012, p. 37) cita uma passagem de conversa de dois migrantes:

- O que está achando da cidade?

Rui quis saber o significado daqueles dois ‘cacos de coco’ que estavam sendo moldados sobre a plataforma do futuro Congresso Nacional. De tudo o que havia visto até o momento, era o que mais lhe chamava a atenção.

- Dizem que é ali que os políticos vão ficar, que nem lagartixa, naquelas paredes redondas.

Rui achou a resposta engraçada, mas logo fechou a cara para a realidade.

O desenvolvimento humano na época da construção da capital do país trazia para cada sujeito a compreensão das malas cheias de esperanças e era visto como a terra prometida. Em tal cenário, é possível vislumbrar que o trabalho era visto como necessidade e na obra marxista tem-se que é a base fundamental para que o ser humano se constituísse como ser social, superando a esfera do ser dominado pela natureza para o ser que pensa e a transforma para garantir sua existência (Marx, 2013).

A partir deste pressuposto, Beú (2012, p. 17), descreve:

Seu sonho era tão objetivo quanto a fome que roía o estômago de milhares de nordestinos atraídos pela ousadia de um presidente recém-eleito: trabalhar na construção da nova capital, fazer um pé-de-meia – quem sabe, até enricar? – e logo depois retornar para o velho torrão. O pai, caixeiro-viajante, já estava por lá arriscando nos negócios.

Um mês depois daquela carta, estava em cima de um caminhão rumo ao longínquo Goiás. Amontoados na carroceria, sessenta e quatro retirantes, entre eles seis mulheres, duas delas com criança de colo. Apesar dos sobrenomes diferentes, as pessoas pareciam ter o mesmo rosto, o mesmo semblante, talvez porque todos ali fossem filhos da mesma esperança (p.17).

O trabalho na sociedade capitalista é a essência subjetiva da propriedade privada que é estranha ao ser humano e à natureza e, assim, à consciência e à vida (Amaral, 2014). A partir dessa constatação, é possível compreender os fenômenos sociais, que permeiam o caráter da relação ser humano e natureza, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma o próprio ser humano. Neste aspecto, Vigotski desenvolve outra categoria de análise, as ‘vivências’ [*pereživânie*], conforme destaca Toassa (2011, p. 13) que são consideradas como “unidades de análise da relação entre consciência, personalidade e meio”, este enfoque será problematizado no tópico Potencial Humano: virtudes e valores mais adiante.

Neste trabalho, refletimos sobre o desenvolvimento humano e a concepção de sujeito epistêmico, que é histórico, situado no espaço e no tempo, que transforma a realidade e cria a si mesmo. E em Brasília, observamos o alto número de indivíduos que transformam sua realidade a procura de emprego, de estudo e aqui ficam, ou buscam ou constroem famílias. A propósito de significações, a temática deste estudo deve abordar a questão do nascimento das cidades e sua inerente relação com os indivíduos e o desenvolvimento humano.

2.2 Reflexões sobre o nascimento das Cidades

Inicialmente devemos compreender a historicidade do nascimento das cidades e Kohlsdorf (1985, p. 35) argumenta que “ao receber a colaboração de sociólogos, historiadores, economistas, juristas, geógrafos, psicólogos, a definição de cidade realizada entrou, talvez, na maior crise de toda a história desta última”.

A chamada ‘crise’ referenciada por Kohlsdorf (1985) ocorre por não haver “um lugar para as dúvidas ou mesmo para a investigação que conduziria a afirmativas gerais e genéricas acerca da definição de cidades ou se seu nascimento” (Sposito; Goes, 2013, IX). Além disso, como as definições de cidade variam segundo a corrente a que autores se vinculam, sentimos a necessidade de fazer a uma reflexão a respeito de como assumiríamos a definição de cidade, compreendida como contexto para o desenvolvimento humano.

As cidades se constituem como realização humana e vão se estabelecendo ao longo de um processo histórico que resultam em assentamentos humanos com variadas características, formas e funções. O fenômeno urbano que tem sua gênese ainda no paleolítico com as primeiras manifestações da fixação do ser humano, se desenvolveu junto à evolução das técnicas, sendo possível o estabelecimento das primeiras cidades. Marx em sua obra ‘Ideologia Alemã’ destacou que “a realidade da concentração, da população, dos instrumentos, da produção, do capital, dos prazeres e das necessidades” (1989, p.64).

Na obra de Sposito (2008) são referenciadas as primeiras manifestações da fixação do ser humano em um território na era paleolítica, estabelecidas pela atenção dada aos mortos. O ser humano, neste período, era nômade e tinha a preocupação com a ‘moradia’ desses mortos, “os mortos foram os primeiros a ter uma moradia permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo” (Sposito, 2008, p. 12).

Sobre este tema, Santos (2014) esclarece que, a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Na leitura e estudos realizados na temática do nascimento das cidades é impreciso

se referenciar a origem das cidades na história da humanidade, mas é fato que existiram desde a Antiguidade. Platão e Aristóteles, filósofos gregos, já apresentavam em suas reflexões algumas preocupações com as cidades e o modo de vida de seus habitantes (Carlos, 2004; Saboya, 2014; Santos, 2014; Topalov *et al*, 2010; Vasconcelos, 2015).

O livro *L'Aventure des mots de la ville*, por Topalov *et al*. (2010) traduzido em oito idiomas e escrito por centenas de autores, argumenta e confirma a diversidade conceitual temática do nascimento histórico das cidades: cidade (português), *città* (italiano), *city, town* (inglês), *ciudad* (espanhol), *gorod* (russo), *médina* (árabe), *stadt* (alemão), *ville* (francês). A multiplicidade de expressões conceituais das cidades pelo mundo caracteriza a importância da temática na dimensão histórica do contexto humano em cultura de paz na perspectiva do sujeito.

De acordo com a leitura desta obra, devemos considerar as localizações geográficas, os contextos históricos e sociais, a cultura, além das formações dos autores para que possamos nos situar no espaço denominado 'cidade'. Salientamos que os aspectos subjetivos ou ainda, as individuações e ao tornar o indivíduo apto para observar e interpretar o comportamento humano, a psicologia do desenvolvimento compreende as características globais do ser humano (Biaggio, 2015). Segundo Toassa (2011, p. 11), “pensar a constituição do humano, da subjetividade e da coletividade para explicar o comportamento humano”, tem na área da psicologia do desenvolvimento, a ação da formação de grupos que possibilita a compreensão das mudanças a partir de várias questões do indivíduo: emoções e vivências.

Como bem demonstra a autora Toassa (2011, p. 13) em sua descrição de que Vigotski (1896-1934) “passa a estudar as emoções, como uma função psicológica superior e como tal determinada pelos elementos da cultura, da história e das relações sociais, tendo a arte e a linguagem papéis estruturantes nessa constituição”. As cidades no contexto social reflete o

pertencimento do indivíduo à sociedade como um ser em construção permanente, em movimento, em constante interação com seu meio, transformando este e a si mesmo.

Na perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, compreende-se que as sociedades humanas surgiram nas primeiras cidades e novas formas de organização social em um processo histórico e político. Palen (1975) destaca que as primeiras cidades tinham sua importância pela maneira como se organizavam socialmente, além disso, observa-se que o produto histórico-social revela a realidade social, e, no dizer de Carlos (2004), “a materialização do processo é a dimensão da produção/reprodução do espaço passível de ser vista, percebida, sentida e vivida” (p. 14).

Como espaço de produção/reprodução e de vida, a cidade concebe o processo dialético e contraditório do modo de produção capitalista, que compreende a desigualdade nas relações culturais, sociais, econômicas da sociedade. Com isso, ocorre a desigualdade ao acesso aos bens da cidade e a violência instaura-se entre os cidadãos devido à multiplicidade de significações e experiências compartilhadas pelos indivíduos, que interfere nas estratégias de planejamento das cidades.

Este fato leva à mudança introduzida pelo planejamento, ou seja, a cidade planejada. Saboya (2014) destaca que a cidade idealizada para a solução de problemas práticos, concretos, busca estabelecer mecanismos de controle dos processos urbanos ao longo do tempo em que “a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal” (p.02).

Nesta concepção, a cidade planejada pode ser definida historicamente como o conjunto de ação considerando a mais adequada para a sociedade na direção dos objetivos desejados politicamente. O planejamento segundo Hall (2002) a qual o urbanista deveria ‘projetar’ a cidade, “uma mudança da velha ideia de planejamento como a produção de projetos para a cidade desejada do futuro, para uma nova ideia de planejamento como uma série contínua de controles sobre o desenvolvimento de uma área”. (p. 6).

As concepções sobre as cidades que são planejadas pelos urbanistas são particulares e se propõem a ‘desenhá-las’ da forma que devem ser, ou seja, um *design* físico ou ainda, um projeto arquitetônico. Como cidade planejada, Brasília, surgiu na perspectiva de uma revolução social, política e cultural.

A proposta do arquiteto e urbanista Lúcio Costa não só desenhou os traços que definiram a capital do país, mas também previu como seria a alma de Brasília, como afirmou:

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país (1957, p. 283).

Taylor (1998) dispõe que as “teorias sobre o planejamento urbano nessa época estavam usualmente preocupadas com projetos ou planos visionários que mostravam como a cidade ideal deveria ser espacialmente organizada” (p. 16). Brasília assim surge de uma visão histórica, mitológica, holística, geográfica e como patrimônio da humanidade; impressões que merecem destaque nas próximas linhas.

2.3 Rumo à Construção de Brasília

Ao buscar na literatura material para este tópico percebemos a vasta bibliografia que repercute a historicidade da construção de Brasília. São historiadores, sociólogos, arquitetos, economistas, mas não localizamos psicólogos que adentrassem neste percurso como objeto de estudo.

Ao compreender o desenvolvimento humano como um aspecto imprescindível para a sociedade, este estudo traz para o interior da psicologia, segundo Toassa (2011, p. 12) “a possibilidade de explicar o humano e sua constituição sob outras bases, as bases dos

Segundo Cruls (1894), onde tem o “tripartite divisor, a cavaleiro sobre o Maranhão amazônico, sobre o rio de São Bartolomeu platino e sobre o rio Preto são-franciscano” (Cruls, 1894, p. 45). O chamado ‘Quadrilátero Cruls de 1892’ (Figura 05), ou ainda a área demarcada proposta para ser o Distrito Federal é um esboço histórico da geo-história da construção de Brasília.

Bertran (1994) destaca em sua obra que “até 1960 a ciência oficial não se convencia do fato de tão exatos encaixes continentais terem constituído um território único” (p.68). E neste ambiente há lições da pre-história em que pesquisas arqueológicas do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás (UCG) e do Projeto Anhanguera de Arqueologia, vinculado à Universidade Federal de Goiás (UFG) verificaram centenas de sítios arqueológicos.

Em 1991, foram encontrados dois sítios com restos de cerâmicas e artefatos de pedra, espalhados por uma área de quase 3.000 m², nas cabeceiras do córrego Ipê, hoje Universidade Holística e Cidade da Paz. E desta forma, tem-se um aparato histórico arqueológico para ser pesquisado por instituições para o ente inominado eco-história (Bertran, 1994) do Distrito Federal.

Estradas e lugares do Distrito Federal demonstram a história da colonização brasileira na união do país que liga Brasília às capitais que a antecederam - Salvador da Bahia e Rio de Janeiro. Além das sesmarias povoadoras do Planalto, que fizeram parte juntamente com a alteridade indígena existente na época (Bertran, 1994). O autor Bertran (1994, p. 11) cita em sua obra que “fragmentos da história indígena regional” que remontam tempos históricos da colonização de Brasília.

Na história da construção de Brasília, conhecidamente tem-se o relato do sonho de São João Bosco que foi escrito pelo padre Lemoyne (1983)

Entre os graus 15 e 20, havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: - quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível (vol.5, p.10).

Neste sonho em relato, observamos nas leituras que São João Bosco jamais tinha visitado o continente, e conforme relata Miranda (2017, p.5)

Dom Bosco, profetizou o surgimento de uma nova civilização localizada nos paralelos 15° e 20°, e os inconfidentes mineiros vislumbraram uma cidade-capital síntese de nossa nacionalidade no interior do país, integradora de nossos brasis, institucionalizada na constituição republicana de 1891.



Figura 06 – Igreja de Dom Bosco.

Conforme mencionado por Dom Bosco, passados setenta e sete anos após o sonho, Brasília era inaugurada no intervalo de coordenadas geográficas e emoldurada pelo Lago Paranoá. E colaborando com Dom Bosco, Couto (2010) relata em sua obra que JK agarrou-se a esse antigo sonho-profecia como símbolo e sinal de uma predestinação:

E veio-me à mente, outra vez, a frase profética de Becchi: E essas coisas acontecerão na terceira geração. Dom Bosco falecera em 1888. Computando-se o período de vinte

anos para cada geração, era óbvio que a década dos 50 seria a da terceira geração. As forças misteriosas que regem o mundo haviam agido no sentido de que as circunstâncias se articulassem e criassem a ‘oportunidade’ para que o velho sonho se convertesse em realidade. Justamente na década dos 50 a ideia havia chegado à maturação, requerendo execução. A visão de Dom Bosco fora, de fato, uma antecipação, uma advertência profética sobre o que iria ocorrer no Planalto Central a partir de 1956 (pp. 34-35).

O sonho de Dom Bosco e a ideia de JK na historicidade da capital do país é detalhada, ainda na perspectiva da “fundação de uma nacionalidade integradora” (Dominici, 2017, p. 38) e contribui para a identidade social da cidade. Guedes (2013, p. 23) destacou que a “identidade social ativa um conjunto de afetos e atitudes para consigo mesmo e o seu grupo de pertencimento, que contribui para o autoconceito (crenças e cognições) e a autoestima (atitudes e emoções)”. A identidade social é, portanto, parte do autoconceito do indivíduo, que é construído a partir da consciência de pertença a um ou mais grupos sociais.

Pontual (2016) destaca que os incondidentes mineiros em pleno século XVIII tiveram as primeiras ideias da mudança da capital do Brasil para o interior, influenciados pelo espírito nacionalista dos movimentos intelectuais da Europa, que deflagraram a Revolução Francesa e Americana. A ideia de mudança para o interior era devido não estar próximo ao mar e não ter ataques da ameaça do império napoleônico, além da integração nacional.

Nazario (2016) traz em sua obra a cronologia a respeito dos acontecimentos que precederam a construção da capital federal:

1750 – O cartógrafo genovês Francisco Tossi Colombina elaborou a chamada Carta de Goiás, sugerindo a mudança da capital do Brasil para essa região. Há ainda registros históricos atribuídos ao Marquês de Pombal, segundo os quais o estadista português defendia a mudança da sede do governo para o vale do Amazonas.

1763 – O Brasil passou a ter nova capital: o Rio de Janeiro (RJ), que sucedeu Salvador (BA).

1810 – Já existia a proposta de fixar a sede do governo no interior do país, longe dos portos, por questões estratégicas de segurança, o que dificultaria ataques de conquistadores.

1823 – Ano da Constituinte do Império, quando José Bonifácio – conhecido pelo epíteto de ‘Patriarca da Independência’ – apresentou projeto para mudar a capital do país, sugerindo o nome ‘Brasília’ para a nova cidade.

1852 - O parlamentar pernambucano Holanda Cavalcanti apresentou projeto ao Senado, dando continuidade à proposta de José Bonifácio.

1853 – O senador piauiense João Lustosa da Cunha Paranaguá – segundo Marquês de Paranaguá – também apresentou projeto sobre o tema. Na ocasião, discursou defendendo a mudança da capital.

1877 – Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, militar, diplomata e historiador brasileiro, fez a primeira viagem ao Planalto Central para localizar a futura capital. Oficializada pelo Ministério da Agricultura, a aventura, feita em lombo de burro, era para indicar regiões propícias à colonização europeia no Brasil. Varnhagen sugeria o nome de Imperatária para a nova capital, que seria a sede do Império.

1883 – Ano do sonho de São João Bosco – Dom Bosco –, italiano fundador da Congregação dos Salesianos. Em seu sonho, ele viu o surgimento de uma nova civilização, entre os paralelos 15° e 20° do hemisfério sul, numa região onde se formava um lago. Brasília está localizada no mesmo espaço geográfico delimitado pelo sonho, erguida às margens do Lago Paranoá – por esse motivo, Dom Bosco é o padroeiro da cidade, ao lado de Nossa Senhora Aparecida.

1891 – A primeira Constituição da República estabelece, em seu artigo 3º, a área de 14 mil Km² no planalto central, a ser demarcada para a transferência da futura capital.

1892 – Nomeada pelo presidente Floriano Peixoto, a Comissão Exploradora do Planalto Central, composta por 21 pessoas e chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls. A chamada Missão Cruls demarcou uma área de 14.400 Km², considerada adequada para a futura capital, que ficou conhecida como ‘Quadrilátero Cruls’ (formado pelas áreas que incluíam as lagoas de Formosa, Feia e Mestre D’Armas). Esse local foi o mesmo indicado por Varnhagen.

1894 – Cruls apresentou ao governo republicano o relatório da comissão exploradora, que ficou conhecido como Relatório Cruls.

1896 – Cruls apresentou um segundo relatório sobre o local demarcado, com informações sobre ligação ferroviária.

1922 – Ano do Centenário da Independência do Brasil, foi lançada a Pedra Fundamental da futura capital do país, perto da cidade de Planaltina, que integra atualmente o Distrito Federal.

1952 – O Congresso Nacional aprovou lei determinando a realização de estudos conclusivos para a edificação da nova capital.

1955 – Foram concluídos os estudos realizados por uma Comissão chefiada pelo Marechal José Pessoa, que contratou a empresa americana Donald Belcher & Associates, de Donald Belcher, para demarcar o local de construção da capital, cuja área foi fixada em 52 mil Km². Nesse mesmo ano, o presidente Café Filho aprovou a área.

1955 – Em comício na cidade de Jataí (GO), o candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek, prometeu transferir a capital do país para o Planalto Central, caso fosse eleito, como metassíntese de seu Plano de Metas.

1956 – O presidente Juscelino Kubitschek encaminhou ao Congresso a chamada Mensagem de Anápolis, propondo, entre outras medidas, a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a futura Novacap. Propôs também o nome de Brasília para sede do governo. Aprovado pelo Congresso, o projeto se converteu na Lei 2.874/56. Nesse mesmo ano, foi lançado o edital do concurso do Plano Piloto, publicado no Diário Oficial de 30 de setembro de 1956. Em outubro, o governo de Juscelino começou, efetivamente, a construção da cidade. Iniciou as obras da residência presidencial provisória, o futuro Catetinho, que foi concluído em nove dias. Começaram a ser construídos o primeiro aeroporto da cidade e o Palácio da Alvorada.

1957 – O projeto de Lúcio Costa foi escolhido vencedor e começam as obras de construção do Plano Piloto.

1958 – Foi feito o primeiro asfaltamento e também fundada a cidade de Taguatinga.

1960 – Brasília é inaugurada. As festividades para a inauguração começaram às 16h do dia 20 de abril. Na madrugada, uma missa celebrada pelo patriarca de Lisboa marca a inauguração da capital. Às 9h30 do dia 21 de abril foram instalados os três poderes da República: Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF).

1961 – Inaugurada oficialmente a Universidade de Brasília (UnB), tendo como primeiro reitor Darcy Ribeiro.

1961-1964 – Nesse período – que abrange os governos de Jânio Quadros e João Goulart – a construção da cidade e a transferência dos órgãos do governo do Rio de Janeiro para Brasília ficam praticamente estagnadas. A partir de 1964, o presidente Castelo Branco, assim como os militares que o sucederam no governo, consolidam Brasília como a capital federal do país (pp. 26-39).

Ressaltamos que o Golpe de 1964 e o início da Ditadura Militar no Brasil, tiveram como ações:

os militares tomaram o poder, e Brasília acabou também por se transformar na capital da ditadura militar.

Ao longo dos 21 anos do regime militar, a cidade, que foi pensada para a modernidade e o progresso, assistiu ao endurecimento desse tipo de governo, às decisões autoritárias dos militares, à cassação de diversos políticos e pessoas contrárias ao regime e, sobretudo, ao fechamento do Congresso Nacional, em 13 de dezembro de 1968, que só foi reaberto em 15 de outubro de 1969 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2014, p. 49).

Os acontecimentos históricos do Golpe Militar repercutiram no processo democrático que havia se instalado anteriormente e muito se perdeu nas restrições de direitos sociais, políticos e culturais. O controle era baseado em coerção e violência, conforme descreve Campos (2015, p. 24)

A partir de 1964, o desenho modernista das quadras de Brasília deixou de celebrar as vanguardas urbanísticas. Na liberdade que os pilotis davam aos moradores, os militares encontraram uma forma de cerceá-la. Sem o impedimento de muros e paredes, não havia como se esconder dos olhos da ditadura. As camuflagens não ficaram restritas aos uniformes e, principalmente depois de 13 de dezembro 1968, quando o Ato Institucional n.º 5 foi decretado — há 47 anos, sob as ordens do general Artur da Costa e Silva — todos eram subversivos em potencial.

Em tempos de Ditadura, não havia em Brasília, representação política, nem autonomia de gestão legislativa, e isso restringia a capacidade crítica a um meio social sindical e de movimentos. Béu (2012, p. 205) descreve que em tempos de ditadura em Brasília, o

alvo principal dos aparelhos de repressão eram os estudantes. Os militares ocuparam o *campus* da UnB de surpresa, em dezenas de viaturas, armados de bazucas, fuzis, metralhadoras e arrastando ferozes pastores alemães. Efetuaram dezenas de prisões, uma delas a do líder Honestino Guimarães, desaparecido para sempre nos porões da ditadura (p.205).

Diferentemente do que previa, o sonho de Dom Bosco que encontrou respaldo na audácia e na coragem de Juscelino Kubitschek, aliando-se à genialidade de Oscar Niemeyer, ao traço de Lúcio Costa (Figura 07) e à determinação e arrojo de Israel Pinheiro, principais colaboradores dessa iniciativa que mudou a vida do País (Anuário do Distrito Federal (2010).

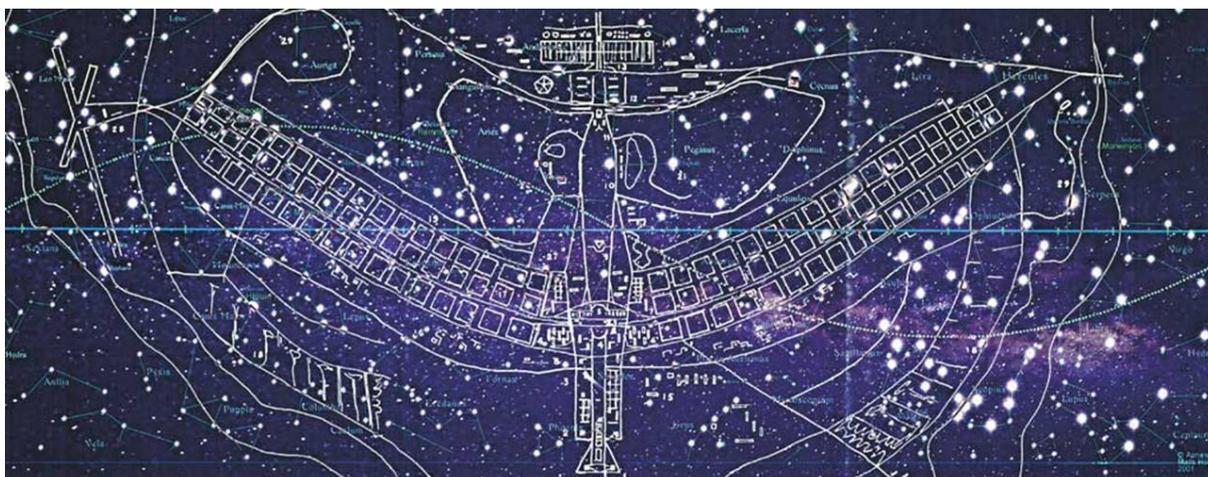


Figura 07 - À noite, os integrantes da equipe de Lúcio Costa, com equipamentos astronômicos, conferiam, pelo céu, os cálculos de cada ponto marcado no solo.
Fonte: Cancagno, Luiz. (2017). Correio Braziliense.

E esta coleção de personagens e fatos históricos registrados nos faz centrar na análise científico-social dos movimentos sociais, culturais e das lutas dos protagonistas, dos esforços diários dos candangos para a construção histórica do contexto de desenvolvimento humano, tendo no horizonte uma cultura de paz em contraponto às utopias.

Lúcio Costa em uma de suas críticas mirava para a condição social dos habitantes de Brasília, em que defendia:

Mas é natural que Brasília tenha os seus problemas, que são em verdade as contradições e os problemas do próprio país ainda em vias de desenvolvimento não integrado, onde a tradição recente de uma economia agrária escravagista e uma industrialização tardia não planejada deixaram a marca tenaz do pauperismo. A simples mudança da capital não poderia resolver estas contradições fundamentais, tanto mais que poderosos interesses adquiridos beneficiam-se desse *status quo* de ‘anomalia crônica’ que, na periferia da cidade, já readquiriu seus direitos (1967, p. 301).

E ainda desenvolveu outros argumentos em defesa da cidade:

Em seguida, começaram a ‘snobar’ a cidade, acusada de ser uma oportunidade perdida porque – entre outras falhas – a população pobre estava mal alojada. Como se por uma simples transferência de capital o urbanismo pudesse resolver os vícios de uma realidade econômico-social secular. Como se o Brasil não fosse o Brasil, mas a Suécia, ou outro país qualquer devidamente civilizado. Ora, aqui, até os últimos anos do século XIX, a população obreira era constituída de escravos. Cada família pequeno-burguesa tinha em casa dois ou três escravos, de modo que depois da abolição, o comportamento escravagista permaneceu. Por um lado, o operário aceitava como natural sua condição de inferioridade – aqui, a atitude reivindicatória do proletariado é coisa recente – e, por outro lado, os burgueses, apesar da familiaridade no trato com os empregados, sempre os mantinham à distância, como anteriormente nas senzalas. Isto explica porque não foi considerada minha proposição inicial de prever, ao longo de todo o eixo rodoviário-residencial, moradia para três níveis diferentes de poder aquisitivo – o que, entretanto, não teria resolvido o problema, já que grande parte da população trabalhadora é ainda menos que pobre. A mão-de-obra afluiu de toda parte, de modo que em torno de cada canteiro surgiram favelas, e foi

necessário transferi-las para outros lugares, à medida que o ritmo das construções diminuía (1967, p. 315).

Canez e Segawa (2010) descrevem que

Lúcio Costa ‘exilou-se’ de Brasília, isto é, manteve-se afastado da cidade por boa parte do período de ditadura militar. Com a gradual redemocratização, e a convite do governador José Aparecido, o urbanista apresentou em 1987 um relatório de avaliação da situação da capital.

E reafirmou o futuro a vocação da cidade, permeada na História:

Não menos evidente é o fato de que – por todas as razões – a capital é histórica de nascença, o que não apenas justifica, mas exige que se preserve, para as gerações futuras, as características fundamentais que a singularizaram.

É exatamente na concomitância destas duas contingências que reside a peculiaridade do momento crucial que Brasília hoje atravessa: de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original; de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem (1987, p. 01).

Com o fim da Ditadura, Lúcio Costa retorna a cidade, a partir de 1984, e a sua defesa da cidade se torna mais intransigente, sobretudo com o reconhecimento de Brasília como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 1988:

Brasília merece respeito. É preciso acabar com esse jogo de ‘gosto-não-gosto’, e com essa balda intelectual de fazer frases pejorativas. O que é preciso agora é compreendê-la. Trata-se de uma cidade não concluída e, como tal, necessitada de muita coisa. O que espanta não é o que lhe falta, mas o que já tem (p.323).

Observamos que a interação social esteve presente em todo processo histórico. Há, então que tirar proveito dos estudos a respeito do que chamou Vigotski (1896-1934) de ‘interação social’ que é a base de toda a vida social, a apropriação participativa que

percebemos nos recursos ambientais, culturais, sociais, educacionais disponíveis em Brasília, o que tem motivado uma reflexão sobre o conceito de harmonia e paz que se busca na cidade capital do País.

A promessa da renovação em uma cidade sem esquinas, com ‘tesourinhas’, ipês floridos em tempos de inverno e seca, comércio local nas superquadras; na busca de frutas (manga, jamelão, amora, goiaba) nas avenidas, características singulares que nos levam ao ativismo social que acontece na capital. A interação social é alcançada a céu aberto nas esquinas, onde os moradores da cidade se encontram para bater papo, em suas largas avenidas no *Eixão* do lazer aos domingos, e ainda, no Parque da Cidade para andar de patins, de bicicleta, praticar *yoga*, meditação.

A re-significação de uma cidade expressa pela busca de melhores condições de vida, “de cura para chagas afetivas que sangravam em seus rincões” (Beú, 2012, p. 13), “cidade da esperança” (Furiati, 2012, p. 23), e ainda “uma estrutura de formas curvilíneas e minimalistas que conferiu à cidade o status de monumento, e a beleza ímpar de seu traçado” (Pereira, 2011, p. 09). E essa busca encontra-se hoje na maioria dos nascidos aqui, definidos pelo termo gentílico ‘brasilienses’.

Na direção dessas reflexões e práticas sobre o significado de lugares, bens materiais e simbólicos, em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco - criou a Convenção do Patrimônio Mundial (Anexo A), cujo objetivo era incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade, permitindo, assim, que as gerações futuras tivessem acesso ao legado recebido ainda no passado. Verificamos ainda, a atribuição da missão em “transformar a sociedade através de uma reconfiguração socioeconômica, política e cultural do país” (Pereira, 2011, p. 09).

Nesse contexto, Brasília, com uma área tombada de 112,25 km², foi inscrita pela Unesco na lista de bens do Patrimônio Mundial em 7 de dezembro de 1987 como o único bem contemporâneo (construído no século XX) a merecer essa distinção (Anuário DF, 2010).

2.4 Cultura de Paz

A Cultura de Paz tem uma abordagem da ação educacional nos paradigmas em educação no milênio. A educação mundial fez surgir o termo “cultura de paz” assunto em diversos setores da atividade humana em uma perspectiva de diálogo com vários setores do conhecimento. Baseia-se a educação mundial na ‘Educação para a paz e Direitos Humanos’ com a compreensão de que os Direitos Humanos, a inclusão social e o cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais estão envoltos na Cultura de Paz.

A Declaração sobre o Direito dos Povos à Paz foi adotada pela ONU em novembro de 1984 em que

Reafirmou que o propósito principal das Nações Unidas é a manutenção da paz e da segurança internacional,

Tendo presente os princípios fundamentais do direito internacional estabelecidos na Carta das Nações Unidas,

Expressando a vontade e as aspirações de todos os povos de eliminar a guerra da vida da humanidade e, especialmente, de prevenir uma catástrofe nuclear mundial,

Convencida de que uma vida sem guerras constitui no plano internacional o primeiro requisito para o bem-estar material, o florescimento e o progresso dos países, e a realização total dos direitos e das liberdades fundamentais do homem proclamados pelas Nações Unidas,

Consciente de que na era nuclear o estabelecimento de uma paz duradoura sobre a Terra constitui a condição primordial para preservar a civilização humana e a sua existência,

Reconhecendo que garantir que os povos vivam em paz é o sagrado dever de todos os Estados,

1. Proclama solenemente que os povos de nosso planeta têm o direito sagrado à paz;

2. Declara solenemente que proteger o direito dos povos à paz e promover sua realização é uma obrigação fundamental de todo Estado;
3. Reitera que para assegurar o exercício do direito dos povos à paz é necessário que a política dos Estados esteja orientada à eliminação da ameaça de guerra, especialmente da guerra nuclear, à renúncia do uso da força nas relações internacionais e ao acordo pacífico das controvérsias internacionais por meios pacíficos de acordo com a Carta das Nações Unidas;
4. Apela para que todos os Estados e todas as organizações internacionais contribuam com todos os meios para assegurar o exercício do direito dos povos à paz mediante a adoção de medidas pertinentes nos planos nacional e internacional.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu Cultura de Paz na Declaração e Programa de Ação sobre Cultura de Paz, em 13 de setembro de 1999, como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados:

No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; No pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional;

No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;

No compromisso com a solução pacífica dos conflitos;

Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras;

No respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;

No respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens;

No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação;

Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz (ONU, 1999).

Apresentamos, uma breve síntese do histórico do surgimento da expressão ‘cultura de paz’,

Tabela 01

Histórico da construção/adoção oficial do conceito de ‘Cultura de Paz’, da ONU

Ano	Contexto
1986	Iniciativa Educacional, no Peru e Coordenada pela Declaração de Sevilha sobre a violência
1989	Congresso Internacional para a Paz na Mente dos Homens, em Yamassoukro (Costa do Marfim)
1992	UNESCO – solicitou um programa específico para uma Cultura de Paz para contribuir com a ONU
1994	Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz em San Salvador (El Salvador) em debate com Federico Mayor
1995	Estados-Membros da UNESCO decidem que a Organização deveria canalizar esforços em direção à Cultura de Paz
1996-2001	Projeto transdisciplinar “Rumo à Cultura de Paz” na estrutura de médio prazo
1997	A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou no ano 2000 o Ano Internacional da Cultura de Paz, com coordenação geral da UNESCO
1998	Na 53. ^a Sessão, a Assembleia Geral das Nações Unidas, proclamou o período de 2001-2010 como a Década Internacional por uma Cultura de Paz e não-violência pelas crianças do mundo
1999	A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração e Programa de Ação para uma Cultura de Paz e não-violência
2000	Ano Internacional da Cultura de Paz

Fonte: Pesquisadora, a partir da leitura prévia de material documental

A Cultura de Paz aponta para uma nova cultura que envolve um novo modo de ser na sociedade. Oliveira (2009) descreve que através da educação, a sociedade tende a caminhar para um maior desenvolvimento humano que envolve acesso a bens e serviços, existência digna pessoal e coletiva, reconhecimento dos direitos políticos, sociais, culturais, ambientais, resgate de valores éticos, tudo isso a partir de um exercício de cidadania.

Na perspectiva da UNESCO (2005, p. 18), cultura é “uma maneira de ser, de se relacionar, de se comportar, de acreditar e agir durante toda a vida, e está em constante evolução”. A Cultura de Paz vem sendo considerada no NEP como um paradigma emergente, que necessita de ações individuais e coletivas para transformá-la em realidade concreta para toda a sociedade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) atua em vários campos de atuação, com a missão da construção da paz:

contribuindo para a paz e a segurança, na promoção e cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo (Artigo 1 do Ato Constitutivo, UNESCO, 1999).

Tomando como referencia o conceito de Geertz (1989) sobre a Cultura na constituição do ser humano, de modo a elucidar porque afirma: “o homem é um animal amarrado a teias” (p.15). Pensando nesse conceito, buscamos compreender as implicações presentes no mesmo e as contribuições assumidas pelo autor, a partir da semiótica para a criação do mesmo. Cabe perceber o estudo de Geertz (1989) dentro do corte de interpretação da cultura, mas, sobretudo, elucidar as contribuições trazidas por este autor na discussão acerca da participação da cultura no processo de hominização e na construção do ser humano, dentro das sociedades.

Nesta ótica da construção do ser humano, Bhabha (2003) destaca que o indivíduo se posiciona frente ao grupo com mais percepção de sua subjetividade. Cita que “o poço da escada como espaço liminar, situado no meio das designações de identidade, transforma-se no processo de interação simbólica, o tecido de ligação que constrói a diferença entre superior e inferior, negro e branco” (p.22). E continua “o ir e vir do poço da escada, o

movimento propõe uma nova forma de pensar a nação, privilegiando suas relações, seus conflitos sociais, suas minorias, seus grupos excluídos” (p.22).

Bhabha (2003) também discorre sobre o conceito de diversidade cultural e diferença cultural, preferindo a utilização desse último termo para o tratamento das questões ligadas à cultura. Segundo ele, a diversidade cultural abrange um universo de coisas, enquanto a diferença cultural representa melhor como enunciados são criados para promover a legitimação de determinadas culturas em relação a outras. Todo problema humano deve ser considerado do ponto de vista do tempo, reconhecendo a cultura de cada sociedade. O autor afirma que estar-se-ia, hoje, em um momento novo da experiência humana, em que a desfiguração das identidades fixas da modernidade estaria deslocando a questão da cultura para um espaço projetivo do “além”.

Por isto, pós-colonialismo, pós-modernidade, marcaria a emergência dos discursos de interstícios no embate cultural, implicando sobreposição e deslocamento do domínio da diferença. Neste, quanto mais se desfigurasse a tradição recebida pelas gerações passadas, mais as diferenças seriam redefinidas e negociadas, conforme as novas relações constitutivas.

Segundo Bhabha (2003), uma das conseqüências importantes desse fato diz respeito às percepções identitárias na contemporaneidade. Antes restritas às lógicas binárias e fixas da modernidade, as identidades de hoje estariam cada vez mais fluídas e transitórias, características de uma época de mobilidade das populações: migrações, diásporas, imigrações, exílios. É a partir desta visão do embate cultural na contemporaneidade, que a Cultura de Paz é pensada nesta pesquisa.

Nesse sentido, o termo ‘cultura’ foi adotado em sua complexidade, assumindo a diferença, os conflitos e embates que historicamente vêm se constituindo e se sintetizando no momento atual, como pensamento, sentimentos e ações, práticas, valores, e, ‘de paz’, como valor inclusivo na perspectiva do desenvolvimento humano, como instrumentos que possam

transformar valores, comportamentos e estruturas geradores de violência em instâncias mediadoras do processo de criação e desenvolvimento de práticas de relações cooperativas, solidárias, inclusivas e democráticas.

Segundo a Unesco (1999) “a Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo que deve levar em conta os contextos: histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano” (p.12). E desta forma, necessita que passemos a compreendê-la e a interagir com a sociedade no sentido de construir e garantir uma cidadania da cultura de paz. No próximo tópico, vamos nos dedicar a pensar em Brasília e a Cultura de Paz.

2.5 Brasília e a Cultura de Paz

A fundação de Brasília em 1960, já no século passado, após duas grandes guerras mundiais, trouxe uma mensagem positiva e pacífica para a Humanidade em que na data de 7 de Dezembro de 1987, a Unesco a reconheceu como Patrimônio Cultural da Humanidade. E recentemente, em 2016, foi escolhida para receber o Prêmio Capital Ibero-americana da Paz para o biênio de 2017/2018.

Conforme o hino não oficial, mas o mais conhecido ‘Brasília capital da esperança’ (Capitão Furtado) constitui-se como uma vocação e se encontra diante do desafio de resgatar a essência de sua identidade: a de uma cidade concebida e construída como espaço privilegiado de um Brasil novo - moderno, criativo, solidário; e a de uma cidade política que, à época de sua fundação, significava prosperidade socioeconômica. No entanto, a verdadeira vocação da Capital da Esperança é impulsionar o processo de transformação do Brasil num país que abrigue o melhor da civilização, ao declamar que se desperte ações para a promoção de paz conforme observamos na letra transcrita:

Em meio à terra virgem desbravada
na mais esplendorosa alvorada

feliz como um sorriso de criança
um sonho transformou-se em realidade
surgiu a mais fantástica cidade
'Brasília, capital da esperança'
Desperta o gigante brasileiro
desperta e proclama ao mundo inteiro
num brado de orgulho e confiança:
nasceu a linda Brasília
a 'capital da esperança'
A fibra dos heróicos bandeirantes
persiste nos humildes e gigantes
que provam com ardor sua punjança,
nesta obra de arrojo que é Brasília.
Nós temos a oitava maravilha
'Brasília, capital da esperança'.

Essa perspectiva de construção da identidade da cidade nos faz resgatar as ideias de Freire (1921-1997), que assume a condição do ser humano afirmando o reconhecimento de que este se encontra num processo constante de devir. O ser humano não pode ser considerado como uma realidade pronta, acabada, mas sim como um ser em busca constante de autorrealização e crescimento, o que pode ser identificado com o seu processo contínuo de humanização. Nesse sentido, Brasília, como contexto de desenvolvimento humano, pensada como Capital da esperança, até em seu planejamento arquitetônico, pode ser considerada como *locus* de construção de um devir consciente, que apresenta abertura para transformações no modo de vida e na construção da subjetividade e cidadania de seus habitantes.

No contexto brasileiro em que vivemos, marcado pelas relações de violência, discriminações, ações injustas, resgatar e trabalhar em prol da Cultura de Paz é trazer de volta o pensamento inicial da vocação de Brasília. Santos (2009, p. 21) afirma que “são conhecimentos concretos nascidos em lutas concretas pela sobrevivência, pela vida decente, pela dignidade, pela igualdade e pelo direito à diferença”, ou seja, pelo desejo de uma qualidade de vida que vários pioneiros vieram buscar na época da construção de Brasília.

E para isso, o espírito de solidariedade surgiu desde o delineamento dos traços iniciais de Brasília em que Juscelino Kubitschek (1902-1976), Lúcio Costa (1902-1998) e o arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012) começaram a planejar no croqui os primeiros riscos de Brasília. A solidariedade neste momento se expressou como um elo que ligou entre si todos os sujeitos envolvidos, num sentimento fraterno, que apontou cada indivíduo como responsável pelas ações, lutas e méritos da construção e envolvimento por todos os que visitam a cidade.

Weil (2013) utiliza a palavra holística, distinguindo-a de totalidade. No caso da temática aqui desenvolvida, seria Brasília em sua construção com autonomia e experiência, que Kerns & Pimentel (2000) transcrevem como o enigma vocacional da cidade. Experiência e autonomia que fizeram e fazem parte do cotidiano dos brasilienses, que a cada dia descobrem e redescobrem a dimensão histórica da cidade como vocação de paz e prosperidade.

2.6 Educação para a paz e Direitos Humanos em Brasília

O desenvolvimento e transformação da sociedade em e para a Educação em Direitos Humanos é um processo permanente de conquistas para Brasília que foi concebida com aspecto de cidade planejada, democrática e vivenciada. Não é possível refletir sobre educação sem pensar no indivíduo, ser humano, sujeito e objeto da educação. Educação enquanto processo social de criar indivíduos de produção social.

Vigotski (1896-1934) afirmava que, o desenvolvimento social e cultural do indivíduo é histórico, localizado na história social humana. E para que ocorra o desenvolvimento é necessário que o indivíduo se aproprie dos produtos culturais da sociedade, tanto os materiais, quanto os intelectuais (Gutierrez; Urquiza, 2013).

E ainda, temos que “todo desenvolvimento cultural passa por três estágios: em si, para outro, para si” (Vigotski, 2000, p. 24). Depreende-se, portanto, que o externo transforma o interno, o que importa destacar que o indivíduo é um conjunto de relações sociais. A educação faz o indivíduo e a transmissão de conhecimento às gerações seguintes seria possível por intermédio da atividade humana: o trabalho.

A atividade é um conceito chave na concepção histórico-cultural, e a educação é um processo de mudança social, segundo Freire (1979) somente é possível porque o indivíduo “é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode se descobrir como um ser inacabado, que está em constante busca” (p.27). Essa busca referenciada por Freire (1979) pode garantir sua completude na educação que tem caráter permanente.

A educação auxilia no processo permanente de mudança e permite entender como ocorrem os processos, a lógica interna, suas contradições e, até mesmo, as formas de superar as contradições da sociedade. Gutierrez e Urquiza (2013, p. 228) descrevem que a educação “é uma forma de fazer e pensar humano e de reproduzir a existência humana”.

A modernidade é marcada pela forma de produção capitalista que implica a construção identitária do sujeito. Percebemos que as identidades vão se configurando em diversos meios e que a influência do capitalismo interfere nas ações e relações humanas. Assim, o duplo caráter de Brasília: capital do país e cidade demonstra esta dualidade do capitalismo que reduz o ser humano à coisa e, para isso, padroniza e unifica tudo a sua volta, em especial, a cultura. Este aspecto será tratado mais adiante.

As transformações ocorridas no decorrer do período histórico deram origem a conquistas importantes para a humanidade, citamos como exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos como reconhecimento de tais direitos. De tal forma, a educação *em e para* os direitos humanos no contexto da diversidade cultural traduz a concretude ao respeito à dignidade da pessoa humana em todos seus aspectos.

Pulino (2016) destaca que

educar ‘em’ e ‘para’ é a criação de um espaço de sensibilidade, aprendizagem e atuação ‘em’ relação de respeito aos direitos humanos, que possam ecoar, ampliar-se para uma perspectiva preche de novas possibilidades de educar e ser educado ‘para’ a cultura dos direitos humanos (p. 11).

Nesse contexto, a educação para a paz e em Direitos Humanos tem ênfase no ser humano em processo de tornar-se membro, de ser singular e cidadão, capaz de transformar e se transformar para se viver em harmonia e bem-estar. Conforme destaca Martins (org.) (2008, p. 21) que a paz

é uma necessidade dos seres humanos, desde seu íntimo, quanto têm controle de seus próprios destinos e convivem criativamente com os outros seres humanos; a paz é um fluido necessário para gerar e consolidar relações interpessoais harmoniosas; a paz é necessária para que uma nação se desenvolva plenamente; a paz entre nações é imperativa para que a humanidade saia dos enormes problemas aos quais foi levada pelo acúmulo de fracassos de quem tem exercido o poder local e global; a paz da humanidade com sua mãe natureza é imprescindível para que a vida evolua com a harmonia necessária.

Observamos que políticas públicas que estejam alinhadas a projetos estratégicos de transformação para a educação para a Cultura de Paz pode provocar mudanças e inverter

paradigmas semeando a ideia da cidade como lugar de possibilidades novas de encantos e igualdades.

Brasília traz em seu bojo histórico que foi de construção de uma cidade e não de luta e violência para seu surgimento projetos de dimensão para a paz, tais como:

- Universidade Holística Internacional, a Universidade da Paz – UNIPAZ; é movimento de educação, cuidado e práticas integrativas para o despertar de uma consciência de inteireza, de onde emana a paz nas ecologias individual, social e ambiental, rumo à sustentabilidade com ética e respeito à vida. A Visão da UNIPAZ é garantir e assegurar que até o ano 2030, o século XXI será transdisciplinar e holístico (Unipaz, 2018).

- em 1988, Brasília recebeu o título de Cidade da Paz pelo renomado Conselho Mundial da Paz – documento mantido pela UNIPAZ.

- Projetos educativos: Brasília de Pedestres da Paz, Brasília da Educação para a Paz, Ong Rodas da Paz; Seminário Internacional Águas pela Paz.

- Sedia Representações Diplomáticas, Organismos Internacionais e Agências Internacionais de Cooperação. Todos os países dividem o mesmo espaço por meio de suas Embaixadas. E é a sede da diplomacia nacional, que se orienta pela promoção da Paz nas Relações Internacionais.

- Parque Urbano Internacional da Paz indutor da integração entre diferentes povos e culturas, com foco na promoção da paz (PNUD, 2018) com previsão de ser inaugurado em março de 2018.

- Templo da Paz: Templo da Boa Vontade (TBV) a sociedade de todas as tradições espirituais e filosofia de vida, inclusive as não religiosas vivenciam momentos de paz e reflexão em diferentes ambientes do local (SETUR, 2018).

- Criado em 1º de dezembro de 1986, o Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos – NEP é uma unidade acadêmica vinculada ao CEAM – Centro de Estudos

Avançados Multidisciplinares. Concebido sob a perspectiva interdisciplinar, a organização do NEP teve como objetivo criar condições para a reunião de pesquisadores, orientados por novas formas multidisciplinares de ensino e de pesquisa, com o estabelecimento de relações recíprocas, entre a sociedade, suas instituições e a própria universidade.

Observamos que no elenco das ações listadas há quatro pilares para um desenvolvimento humano, seja estes: paz, segurança. Direitos humanos e democracia sendo necessário um espaço social para que se organize e se expresse demandas de ordem individual e coletiva, para conforme descrição de Martins (org.) (2016, p. 24) possa ter “uma distribuição de poder cada vez mais equitativa e equilibrada”.

Colaborando com a ênfase da educação para a Cultura de Paz, a autora Zaneti (2016, p. 170) destaca que há a “necessidade de compreensão das raízes das questões tratadas a partir de um olhar complexo e multirreferencial, capaz de integrar os pontos de vista antropológico, sociológico e psicológico, como suportes para a razão econômica e política”. E para que possamos contribuir nesse processo é preciso compreender os sentidos culturais, sociopolíticos que implica perceber as formas de construção e enraizamento na vida e nos padrões culturais cotidianas, bem como na vivência da sociedade brasiliense que tratamos no tópico adiante.

2.7 Duplo caráter de Brasília: capital do país e cidade

A duplicidade do caráter de Brasília se expressa no próprio projeto urbano da cidade, física e arquitetonicamente. Essa distinção se explicita, na medida em que o corpo do avião de divide e abriga *o locus político e administrativo da cidade, ou distrito, e da Capital do país, o locus federal*, ou ainda a região central de Brasília.

Paviani et al (2010) demonstra que a duplicidade pode se mostrar importante na constituição subjetiva e da cidadania dos habitantes de Brasília na transposição da proposta

do Plano Piloto de Brasília – PPB de Lúcio Costa, para a realidade do território. Leitão e Ficher (2010, p. 107) salientam que “a informação que Brasília foi projetada para abrigar 500 mil pessoas é corrente entre seus habitantes, contudo sem que se explicita se esta cifra se refere ao Plano Piloto ou a todo o Distrito Federal”.

Compõem o Plano Piloto: Asa Norte, Asa Sul, Setor Militar Urbano, Setor de Garagens e Oficinas, Setor de Indústrias Gráficas, Área de Camping, Eixo Monumental, Esplanada dos Ministérios, Setor de Embaixadas Sul e Norte, Vila Planalto, Granja do Torto, Vila Telebrasília, Setor de Áreas Isoladas Norte, bem como as sedes dos Três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O desenvolvimento de Brasília contou com a participação decisiva dos candangos (operários que construíram a capital), dos servidores públicos e dos empresários, brasileiros que na década de 1960 apostaram no sonho da nova capital. Esses pioneiros ganharam companhia. A jovem cidade tornou-se o lugar ideal para formar família e trabalhar. A população residente no Plano Piloto representa menos de 10% dos moradores do Distrito Federal, mas concentra 70% dos empregos.



Figura 08 – Brasília e Regiões Administrativas
Fonte: Brb imagens, 2018.

Os moradores de Brasília são maioria no Distrito Federal (Figura 08). Muito longe disso, a população de todas as regiões administrativas do Distrito Federal é 11,8 vezes maior do que a de Brasília. Os números são de um levantamento feito pela Codeplan (Companhia de Planejamento do Distrito Federal), fruto da PDAD (Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios) - 2013 a 2015.

O resultado é a soma das populações das 30 cidades que compõem o Distrito Federal (DF) versus a do Plano Piloto. A área que comporta o perímetro de Brasília tem, segundo o estudo, 210.067 habitantes. Ceilândia, a mais populosa do DF, tem mais que o dobro, com total de 479.713.

Medeiros e Campos (2010, p. 138-139) citam que Brasília, ou seja, o Plano Piloto “é uma estrutura que não mais corresponde às ‘Brasílias’ idealizada, projetada ou construída. Trata-se de uma Brasília metrópole cotidianamente vivenciada e, portanto, transformada”. E continuam destacando que: “Brasília Plano Piloto fosse considerada, então, como uma espécie de área de segurança máxima a ser protegida das massas populares” (p.140).

A capital do país, desordenadamente é ocupada em suas áreas centrais devido a ausência de planejamento regional, sendo foco de migração de regiões mais pobres. Este fato fez com que o poder público adotasse, segundo destacam Medeiros e Campos (2010, p. 140) uma estratégia de erradicação da população migrante para assentamentos populares no entorno do Plano Piloto. Desta forma, a autonomia prevista para as cidades satélites³ (atualmente, são 31 Regiões Administrativas/Cidades satélites) nunca existiu, de fato, na cidade vivenciada.

³ Cidade satélite é uma designação usada para se referir a centros urbanos surgidos nos subúrbios de uma grande cidade, tipicamente para servir de moradia aos trabalhadores. Assim, o centro da grande cidade ficará destinado ao comércio, onde os terrenos são mais caros, e a periferia para habitação. Com a expansão, estes núcleos urbanos periféricos vão constituindo autênticas cidades, pouquíssimo industrializadas e com comércio muito básico e surge daí esta distinção. Atualmente, utiliza-se o termo Região Administrativa – RA. O artigo 32 da Constituição brasileira veda a divisão do Distrito Federal em municípios, por este motivo é usado a expressão cidade-satélite para designar as regiões administrativas do entorno do Plano Piloto de Brasília. Vale salientar que em outras cidades algumas regiões administrativas seriam municípios autônomos. Por exemplo, algumas satélites do Distrito Federal encontram-se há mais de 25 quilômetros do Plano Piloto.

E como decorre, na população brasileira o grau de pertencimento da capital do país ou da cidade? A constituição de um todo indica a objetivação que a relação social expressa como fim, ou seja, a própria razão de ser da comunidade. A relação de pertencimento ao lugar é desenvolvida no processo de apropriação e territorialização do espaço. Isto se dá quando os sujeitos ultrapassam a necessidade da apropriação de um *locus*, ou seja, quando se desenvolvem, neste local, valores ligados aos seus sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica, reformulando o espaço onde vive, ao qual se identificam e se sentem pertencer (Raffestin, 1993).

Ao se trabalhar com o território, deve-se levar em consideração a sociedade e sua espacialização, mais ainda, deve-se levar em conta também o espaço do imaginário, do sentimento que leva à identificação com o território. Assim, o território pode até mesmo constituir-se no imaginário, daquilo que é sonhado, pois segundo Medeiros (2009) é a partir deste sonho que sua construção se inicia. Somente através do conhecimento do espaço vivido e das relações de identidade é possível compreender a territorialidade da sociedade brasileira e seu pertencimento ao lugar, bem como a sua forma de reprodução social e de uso do espaço e na tradição de melhorar a qualidade de vida com o trabalho em Brasília.

Medeiros (2009, p. 149) menciona que

Brasília emerge no cenário internacional, como uma resposta tipicamente brasileira aos preceitos e paradigmas do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, justo em um momento em que o questionamento sobre a prática do planejamento funcionalista, modernista, tem início na Europa e Estados Unidos, com a crítica do *Team X* apontando para o fato de que os projetos alicerçados na Carta de Atenas eram desprovidas do sentido de pertencimento – entendido, a partir de então, como uma necessidade emocional básica.

Neste aspecto, Frampton (1997, p. 330) destaca que

O homem pode identificar-se de imediato com o seu próprio lar, mas não se identifica facilmente com a cidade em que este está situado. ‘Pertencer’ é uma necessidade emocional básica – suas associações são da ordem mais simples. Do ‘pertencer’ – identidade – provém o sentido enriquecedor da urbanidade. A ruazinha estreita da favela funciona muito bem exatamente onde fracassa com frequência o redesenvolvimento espaçoso.

Observamos que a cidade de Brasília se prolifera em condomínios particulares e ademais cidades satélites que ao longo de sua construção e ideia original foram criadas, cidades dentro da metrópole real, ou seja, o duplo caráter de capital do país e cidade vivenciada.

Neste debate, surge o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) que segundo Soares (2003) é “um projeto utópico de cidade igualitária, semelhante às concepções contidas em documentos produzidos na última década”. Os documentos citados pelo autor são: Tratado por Cidades e Povoados justos, Democráticos e Sustentáveis do Fórum Global paralelo à Rio-92; a Carta de Aalborg, da Conferencia Europeia sobre Cidades Sustentáveis (1994); a Agenda Habitat, da Conferência Habitat II de Istambul (1996) e a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, do III Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2003).

O desafio do Estatuto da Cidade é, portanto, reunir possibilidades presentes e ao mesmo tempo apontar direções às diferentes trajetórias para o desenvolvimento geográfico humano desigual existente. E, por assim indo ao encontro do artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

As cidades na atualidade estão marcadas pelo crescimento rápido e sem planejamento, expondo a sociedade cada vez a condições subumanas, criando uma situação de desequilíbrio, em detrimento da dignidade da pessoa humana. Paviani (2010) a respeito da cidade capital e a expansão urbana descreve:

a metrópole se expandiu de forma polinucleada no DF e para além dos seus limites político-administrativos, adentrando no estado de Goiás – área mais conhecida como ‘Entorno’. O polinucleamento se deu com a centralização de funções econômicas, das oportunidades de trabalho e desconcentração da atividade residencial, o que redundou em desemprego estrutural nos núcleos periféricos (Paviani, 2010, p. 228).

Ao destacar a respeito de distâncias, valores e virtudes tem-se a citação de Béu (2012) em que descreve a vida de Feliciano um dos pioneiros que auxiliou na construção da cidade capital do país.

A Guariroba⁴ não parecia mais um fim de mundo. Feliciano não conseguira encontrar o ouro que um dia saiu para garimpar. O parceiro velho de guerra estava ali mesmo, partindo do zero, sem uma peita no bolso e com o corpo todo debilitado de malária. Continuava sobrevivendo de seu antigo ofício, a mecânica....Foi para casa e tinha que atravessar o cruzamento do Mercado Norte, logo adiante. Hora de pico. Automoveis, caminhões e ônibus contornavam o balão com diversos itinerários: Guariroba, Plano Piloto, Brazlândia, Setor P Norte/Sul (Béu, 2012, p.289).

Vários migrantes vieram a Capital do país com o sonho da Era do Ouro que era expresso pela modernidade da Nova Cidade que surgia e prometia um vida de promessas a todos que aqui estavam e ‘poderiam’ trazer suas famílias ou levar grande parte do dinheiro ganho para se materializar em qualidade de vida ou uma vida mais digna eram o que

⁴ Guariroba é uma das quadras existentes da região administrativa de Ceilândia.

almejavam. O ouro, segundo Bêu (2012) não estava “entre os paralelos quinze e vinte, citados na profecia do frei salesiano Dom Bosco” (p.210).⁵

O fato do sonho de Dom Bosco, das promessas de Juscelino Kubitschek e de outras complexidades da época trouxe vários indivíduos a capital do país que aqui estão situados e se situaram com suas famílias nos arredores de Brasília que hoje chamamos de Distrito Federal. Propomos em poucos parágrafos falar desta dualidade entre a capital e a cidade de Brasília, uma vez que manifesta as contradições sociais, culturais, políticas e econômicas que lhe são próprias, que refletem ainda, influências endógenas, exógenas, nacionais e internacionais.

O Plano Piloto, como assim chamado pelos moradores de Brasília, é uma área central do centro urbano, que tem reflexos do planejamento funcionalista que se faz sentir na prática do planejamento urbano no Brasil, mas que deve ser pensado na cidade Brasília idealizada, construída, tombada e revisitada como metrópole vivenciada. Situar o diálogo entre o local e o global como espaço de expressão do potencial humano no limiar segundo Timm (1998, p. 90) “re-revisita à Brasília” como dimensão do vetor da vocação da cidade e instrumento das virtudes e valores traduzidos pelos moradores da cidade Brasília.

2.8 Potencial Humano: subjetividade, pertencimento, virtudes e valores

“O espaço constrói o humano enquanto o humano constrói o espaço”

Lúcia Pulino (2017)

A relação entre o cuidado de si e conhece-te a ti mesmo tem no potencial humano status particular e subjetividades na inserção no interior de regras coletivas em que as virtudes e valores se interligam. Foucault (2010) referencia-se ao ser humano como cidadão do mundo, ou seja, “enquanto um ser que, pela natureza, na ordem natural, está situado no

⁵ Dom Bosco em seu sonho dizia que “quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel”.

interior do *kósmos*” (p.266), desta forma, cidadão de cidades, de comunidades, de pertencimento social.

Este vínculo do ser humano enquanto cidadão de determinada cidade ou país estabelece qual a virtude de que o sujeito tem necessidade em relação a visão de si e dos outros. E continua Foucault (2010, p. 267) a descrever que “em função do conteúdo da representação – recorrer a uma virtude como a doçura, ou a uma virtude como a coragem, ou a uma virtude como a sinceridade, ou como a boa-fé ou como a *enkráteia* (domínio de si)” se percebe o sujeito.

Vigotski (1896-1934) na compreensão do sujeito defendia que toda construção era mediada pelos fatores externos sociais, ou seja, a cidade deve modelar ou explicar o conhecimento. Dessa forma, o indivíduo constrói o seu próprio conhecimento interno a partir do que é oferecido.

Para Vigotski (2003), a zona de desenvolvimento proximal representa o espaço entre o nível de desenvolvimento real, ou seja, quando o indivíduo está apto a resolver um problema sozinho, e o nível de desenvolvimento potencial, faz com colaboração do outro. Assim, de acordo com o autor, temos que os valores e virtudes influenciam nas ações dos indivíduos que pertencem à cidade.

Vigotski (2003, p. 67-68) destacou em sua obra que “as funções mentais superiores são produto do desenvolvimento sócio histórico da espécie, sendo que a linguagem funciona como mediador”. E o grau de pertencimento no caráter da mediação é a forma de conceber o percurso transcorrido pelo indivíduo no seu processo de aprender e temos que segundo Sato (2017, p. 26), “Brasília, foi pensada em uma época na qual a humanidade estava preocupada com a paz mundial”, com isso o indivíduo morador da cidade compartilha atributos e valores com um grupo de outras pessoas que caracterizam um conjunto e um potencial humano para a Cultura de Paz.

Um aspecto interessante dessa noção de grupo e pertencimento é que está presente neste contexto a identidade de cada indivíduo que é caracterizado por aquilo que fazemos. O processo de construção, de vir a ser é uma rede de relações com outros fazeres em que a subjetividade está presente na relação dialética com a objetividade, que se refere ao que é externo.

A autora Bock (2004) enfatiza que

O fenômeno psicológico deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem (2004, p. 6).

A subjetividade, conforme as citações tem um aporte do nível histórico-cultural, no qual as funções psíquicas são entendidas como processos permanentes de significação e sentidos.

O desenvolvimento da subjetividade, portanto, ocorre pelo intercâmbio contínuo entre o interno e o externo, relação essa que Vigotski (1995) descreve quando se refere à gênese das funções psicológicas superiores. E a vida em sociedade, segundo Toassa (2011, p. 147-149),

tem um papel especial em nossos afetos, há bens e males que só um ser humano pode proporcionar a outro: somos, pois, causa de desejo. Nossos próprios afetos variam diretamente com os que imaginamos afetar as pessoas amadas e se associam às causas presumidas desses afetos originais, pois a potencia/impotência dos amados aumenta ou diminui a nossa. A nossa própria pessoa ou ação pode ser considerada causa de um afeto.

Subjetividade, pertencimento, virtudes e valores que são intrínsecos ao indivíduo no sistema de valores morais, que guiam a organização, para edificar modos de agir e pensar, e, segundo Vigotski “educar significa organizar a vida” (Vigotski, 1924/2003, p. 220).

Dellari Júnior (2013) argumenta que na visão de Vigotski, os potenciais humanos só se atualizam e ampliam na ação coletiva, em aliança com a alteridade. O valor da ‘humanidade’ como bem a ser preservado e cultivado, na perspectiva ética implícita em Vigotski: (a) não se traduz como ‘humanismo ingênuo’ nem ‘liberal’; logo, (b) demanda critérios próprios para conceitos como superação, cooperação e emancipação. Sobre o que chamamos ‘humanismo ingênuo’, lembremos que humanos não são apenas nossos ‘grandes feitos’, na criação artística, na ciência, na luta aguerrida pelo bem comum. Não basta algo ser humano para ser bom. Também são humanos (ausentes noutros animais) atos de crueldade, degradação e autodestruição. Infelizmente, exemplo de expropriação, preconceito, censura, tortura, extermínio, dados sempre pelo capitalismo e às vezes mesmo pelo dito ‘socialismo real’, são também realizações humanas.

A partir desse raciocínio, a compreensão é necessária a respeito do vínculo afetivo da consciência com a ação cotidiana que somente pode se dar em função dos modos coletivos de organização da vida. Vigotski (1924/2003) questiona a possibilidade de uma ‘educação moral’, que apenas seria viável mediante a influência organizada da coletividade, e o autor Weil (2013, p. 88) complementa que “a instauração de uma vida social pacífica depende, da educação individual para a paz, sendo necessária uma ação direta sobre as relações humanas interpessoais, inter e intragrupo e internacionais”.

Nesse contexto, os problemas coletivos gerados pelos subjetivos poderão ser resolvidos quando forem resolvidos os do sistema social no que se refere aos valores morais. Desta forma Dellari Júnior (2013, p. 62) conclui que “Vigotski deixa no horizonte a

possibilidade da organização coletiva de nossa conduta moral, numa comunicação pela qual possamos saber dos demais qual a eficácia de nossos atos, e também dizermos sobre a deles”.

Para que haja uma gestão democrática, por exemplo, os valores devem ser estabelecidos pela sociedade e ter desdobramentos dos Direitos Humanos, baseando-se nos princípios da Dignidade Humana, sem o qual não há justiça. Quando ocorre uma má/injusta distribuição de renda no processo de urbanização, observamos a visão de uma cidade dividida: formal e informal. Nas palavras de Oliveira (2001):

Na primeira, moram, trabalham, circulam e se divertem os privilegiados grupos que têm acesso aos sofisticados investimentos público. A outra, denominada informal, está ocupada por população pobre que também trabalha, circula e se diverte na cidade, porém, mora em favelas, em loteamentos irregulares e loteamentos ilegais que cresceram e se expandiram sem a ação efetiva do poder público na dotação necessária dos serviços e equipamentos urbanos básicos (pp. 15-16).

Por meio do trabalho, os indivíduos transmitem às gerações seguintes aquilo que criaram, desta forma, o desenvolvimento da humanidade somente é possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, através da educação com e para os Direitos Humanos.

Nessa linha de pensamento, entende-se que o potencial humano: subjetividade, pertencimento, virtudes e valores estão intrinsecamente ligados aos Direitos Humanos para que a sociedade possa vivenciar a Cultura de Paz, a fim de se alcançar a harmonização, reconduzindo ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

III. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Compreender a cidade de Brasília como contexto de desenvolvimento humano, a partir da perspectiva histórico-cultural da construção de uma Cultura de Paz.

Objetivos Específicos:

- Conhecer e analisar o processo de concepção/construção de Brasília, nas dimensões histórica, física e simbólica; e
- Analisar as especificidades de Brasília - como capital do país e como cidade do Distrito Federal - do ponto de vista histórico, social, cultural e educacional.
- Analisar o sentido da proposta do título: *Brasília, Capital da Paz*.

IV. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Fundamentos teóricos do Método

O método desta pesquisa delineou-se na perspectiva histórico-cultural, fundamentada no materialismo histórico-dialético, que não reduz o ser humano, entendendo-o como uma unidade da totalidade. A autora Chauí (2000, p. 414) apresenta o sentido do termo ‘materialismo’ termo ‘histórico’:

somos o que as condições materiais (...) nos determinam a ser e a pensar. (...). A sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo (p. 414).

No contexto desta dissertação, o materialismo histórico dialético nos permitiu a compreensão da Cultura de Paz contextualizada historicamente e nos dias atuais, na sociedade brasiliense e no mundo. O processo da pesquisa qualitativa começou com o que se denomina fase exploratória da pesquisa, isto é, tempo dedicado às interrogações preliminares sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para o trabalho de campo. Seu foco fundamental foi a construção do projeto de investigação onde se realizou pesquisa documental, observação e entrevistas com os pioneiros de Brasília.

O método foi o caminho que se trilhou para se construir uma compreensão do título *Brasília, capital da paz?*, tomando-se a cidade como contexto de desenvolvimento humano em cultura de paz.

Os fundamentos teóricos do método têm na pesquisa qualitativa a orientação para a compreensão da subjetividade de cada entrevistado em uma perspectiva histórico-cultural das diferentes atividades humanas (educação, saúde, trabalho e vida social). Elegemos, assim os procedimentos de construção das informações: a elaboração de diário de campo, com o registro de

observações, impressões e reflexões da pesquisadora e pesquisa documental. Com os participantes, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas.

Vigotski (1896-1934) destaca que toda ação humana supõe uma mediação, ou seja, a mediação semiótica ou ainda a interação com o outro, a interação social. A mediação semiótica é social e historicamente constituída, no movimento complexo das cidades em que o caráter subjetivo e coletivo consolida-se nos estudos na perspectiva teórico-conceitual que traz relevantes contribuições a psicologia do desenvolvimento e suas variadas práticas.

Ao definirmos o objeto de estudo na temática traçada, compreendemos que delineando de modo claro o problema a partir do qual o indivíduo poderia ser investigado em sua totalidade, assim como o método apropriado para tanto, temos que a cidade e desenvolvimento humano estão intrinsecamente interligados. Nesta relação, Vigotski (1995) referencia que: “toda apresentação fundamentalmente nova dos problemas científicos, conduz inevitavelmente a novos métodos e técnicas de investigação. O objeto e o método de investigação mantém uma relação muito estreita” (1995, p. 47).

Zanella (2007) destaca que

É de fundamental importância que, no processo de pesquisar, se atente para essa relação, pois o modo como o pesquisador se acerca dos fatos que pretende estudar, elaborando-os em forma de problema de pesquisa, já traz consigo, no olhar lançado sobre a realidade, um filtro metodológico, um olhar que deverá ser refinado para a construção do caminho que se propõe trilhar na sua investigação.

Concordando com Vigotski (1997, p. 47),

A elaboração do problema e do método se desenvolve conjuntamente, ainda que não de modo paralelo. A busca do método se converte em uma das tarefas de maior importância na

investigação. O método, nesse caso, é ao mesmo tempo premissa e produto, ferramenta e resultado da investigação (p. 47).

O indivíduo morador na cidade de Brasília, seja ele candango ou brasiliense⁶ em sua historicidade nesta relação dialética, constituído e constituinte nas e pelas relações sociais (Zanella, 2004, 2005) em sua relação sujeito e sociedade.

A compreensão da realidade social da cidade e objetivada em cada indivíduo em que “mostrar na esfera do problema que nos interessa como se manifesta o grande no pequeno” (Vigotski, 1995, p. 64), bem como, nas expressões de desenvolvimento humano e ao mesmo tempo fundamento dessa mesma realidade em seu processo. Nessa perspectiva, este estudo buscou relações entre os fragmentos das falas dos entrevistados/moradores antigos da cidade, que compõem o todo, por meio da contextualização desses fragmentos que se relacionam, determinando o todo e sendo determinados por ele. E ainda, conforme dispõe Vigotski (1995, p. 100) “destacar do conjunto psicológico integral determinados traços e momentos que conservam a primazia do todo”.

Entendemos que se fez necessário pesquisar como pôde chegar a se apresentar do modo como se apresenta hoje, a busca da desnaturalização dos fenômenos a partir de um olhar que enfoca sua historicidade e a complexidade das relações que o instituíram, segundo referenciado por Zanella (2007). Vigotski (1996) destaca que “explicar significa estabelecer uma conexão entre vários fatos ou vários grupos de fatos, explicar é referir uma série de fenômenos a outra” (p. 216). Dessa forma, o indivíduo é compreendido a partir da condição social cultural e histórica, sua ação, a emoção e razão.

As relações existem nas e pelas ações dialéticas que se constituem em que pesquisar é uma atividade complexa e plural, o que aponta para a abordagem reflexiva sobre a adequação do método

⁶ O termo ‘candango’ é a expressão utilizada para designar os trabalhadores que participaram da construção de Brasília e, por consequência, também, os primeiros moradores da cidade. A palavra candango passou a marcar um conceito, ou uma ideologia da igualdade que se traduziu na ideia de ‘grande família’. Essa ideia substituiu as distinções sociais e homogeneizou às relações que se estabeleceram durante a consolidação do sonho-Brasília (SEED, 2018). E ‘brasiliense’ é a expressão utilizada para quem nasce em Brasília.

ao que se investiga. Nesse sentido, as contribuições de Vigotski (1896-1934) tem relação entre o objeto de pesquisa, os caminhos que foram trilhados na investigação e a produção de conhecimentos para a análise do que se quer pesquisar pela orientação teórico-epistemológica assumida pela pesquisadora.

Dessa forma, nos propusemos a investigar a partir das falas dos indivíduos, de informações documentais e de registros feitos no processo de pesquisa, numa dimensão histórico-cultural. À pesquisadora, por fim, coube produzir um conhecimento, tendo o objetivo proposto como guia: a compreensão da cidade de Brasília como contexto de desenvolvimento na perspectiva de uma Cultura de Paz.

4.2 Participantes

Os participantes da pesquisa foram 6 indivíduos, 4 homens e 2 mulheres. A seleção dos participantes se caracterizou por ser proposital, já que deveriam ter uma relação de vivência do fenômeno estudado na pesquisa (Creswell, 2007), ou seja, ser morador de Brasília há 40 anos ou mais. e ter algum tipo de proximidade da cidade de Brasília, ou como compromisso com movimentos ligados à cidadania brasiliense. Os participantes foram consultados sobre sua disponibilidade, e tiveram adesão voluntária.

O critério de seleção foi por conveniência (Pires, 2008), devido os entrevistados comporem o universo das unidades de análise. Os métodos escolhidos para análise da entrevista foram a transcrição fidedigna e análise das falas para atender aos objetivos da pesquisa, e também se caracterizou por ser proposital, já que os participantes selecionados vivenciam o fenômeno estudado na pesquisa (Creswell, 2007).

O número de sujeitos participantes desta pesquisa atendeu ao critério qualitativo, que segundo Gonzáley Rey (2005), “não se legitima pela quantidade de sujeitos a serem estudados, mas

pela qualidade de sua expressão” (p.35). A seguir apresentamos a caracterização dos entrevistados e os nomes escolhidos (Tabela 02) – fizemos a opção de cores do ipê para preservar a identidade, sem discriminar o gênero e serem referenciados na construção da análise das informações.

Tabela 2

Caracterização dos entrevistados

Ipês/Codinome	Sexo	Idade	Nível de formação	de Tempo de Moradia em Brasília	Função
Roxo	M	84	Superior	47	Advogado trabalhista
Azul	M	84	Superior	48	Professor, Historiador
Branco	F	74	Superior	40	Professora e Produtor de Eventos
Vermelho	F	73	Analfabeta	47	Acolhedora de crianças abandonadas
Amarelo	M	79	Superior	46	Professor Universitário Emérito
Verde	M	90	Superior	59	Advogado, ex Deputado Estadual e Federal

Nota: Entrevista realizada no 2.º semestre/2017.

As árvores de Ipês, são um símbolo de Brasília (Figura 09), bem como os entrevistados que são conhecidos da área cultural, social e acadêmica de Brasília. Essas árvores são caducifólias, isto é, perdem todas as suas folhas em uma determinada época do ano. Logo depois, elas são tomadas inteiramente por flores de cores vivas e se tornam atrativos de todos os moradores da cidade. E elas realmente têm um colorido especial, já que a cidade em seu período de seca perde o seu verde característico e fica com aspecto mais árido. Os ipês florescem para acalmar os olhos e vários candangos e brasilienses tiram fotos e participam de concursos nesta época de floração, é impossível vê-las e não nota-las em meio a folhas secas.



Figura 09 – Ipês colorindo os monumentos de Brasília.

A escolha dos participantes foi feita de forma criteriosa em parceria com a Orientadora levando em conta a variedade de olhares e a experiência de vida na cidade dos entrevistados. Participaram da pesquisa apenas entrevistados que conforme já mencionado participaram de alguma forma com a construção de Brasília, todos oriundos de outros estados brasileiros.

A pesquisadora utilizou da adesão do participante à pesquisa de forma autônoma, autêntica e da maneira mais espontânea possível, tanto pelo compromisso aos princípios éticos quanto pelo fato da ausência dessas atitudes dos participantes em fragilizar a consistência dos resultados. Por isso, a proteção do participante por meio da não identificação foi uma necessidade ética e, ao mesmo tempo, técnica. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A) vem, nesses casos, funcionar como um impeditivo ético e técnico para contextualizar a pesquisa.

4.3 Contexto de pesquisa

A pesquisa foi realizada na cidade de Brasília, em locais especificados conforme o tipo de procedimento e de acordo com as possibilidades dos participantes e da pesquisadora. Cada entrevistado escolheu onde e em qual horário seria feita a entrevista conforme contato telefônico e/ou *email* para agendamento do horário.

A pesquisa de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas, com a duração média de 1 hora cada, feitas com base no roteiro (Apêndice B). O período das entrevistas foi de setembro a novembro de 2017, e o diário de campo foi escrito entre outubro e novembro de 2017.

As entrevistas foram gravadas em áudio do celular e transcritas integralmente conforme a fala e erros de grafia e/ou concordância nominal. As etapas da entrevista seguiram o protocolo de pesquisa: contato com os entrevistados, TCLE, acordo do horário e local da entrevista conforme disponibilidade do entrevistado e por último a realização da entrevista.

4.4 Instrumentos

Nesta pesquisa, definiram-se a entrevista semiestruturada e o diário de campo como procedimentos da construção de informações. A observação foi registrada no diário de campo como instrumento que forneceu detalhes à pesquisadora, por basear-se na descrição de situações, ambientes, contextos, performances dos sujeitos, e suas próprias percepções, sentimentos, ideias, enquanto observadora.

O diário de campo foi escrito livremente com as observações e percepções da pesquisadora, e a acompanhou durante todo o processo de pesquisa de setembro a outubro de 2017. As compreensões foram sendo articuladas a partir das reflexões trazidas das particularidades que estavam para além de ‘simples’ anotações no diário de campo. Para Araújo et al. (2013)

o diário de campo tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos e/ou do pesquisador do estudo como um esforço para compreendê-las; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término (p. 54).

Assim, conforme os autores, temos que o diário de campo foi peça de análise de informações juntamente com as transcrições da fala dos entrevistados, mediante o caráter subjetivo da pesquisadora. Compreendemos o caráter subjetivo da pesquisadora enquanto indivíduo cuja personalidade se constituiu a partir da cidade de Brasília, onde nasceu e viveu durante toda a infância e adolescência. Matos e Hobold (2015) descrevem que

A subjetividade atua como resultado de muitos sentidos constituídos no curso das vivências de cada um; o repertório enquanto ocorrem os desdobramentos simbólicos das experiências; as emoções dando sentido subjetivo aos conteúdos; o pensamento organizando as informações; e a linguagem como expressão dos sentidos subjetivos constituídos e constituintes da subjetividade de cada sujeito (p.300).

Nesse processo caracterizou-se a relação dialética entre o sujeito e o contexto, e entre os sujeitos das relações. González Rey (1995) enfatiza que “o aprendizado é concebido como um processo humano complexo que se expressa como configuração subjetiva e processo interativo”. O caráter subjetivo da pesquisadora foi motivado pelo sentido das vivências de sua realidade, simbólica, singular e plural de acordo com as construções, desconstruções e reconstrução de significados e de sentidos.

De acordo com González Rey (2007)

A definição da categoria sentido subjetivo orientasse a apresentar o sentido como momento constituinte e constituído da subjetividade, como aspecto definidor desta, enquanto é capaz de integrar formas diferentes de registro social e semiótico numa organização subjetiva que

se define pela articulação complexa de emoções, processos simbólicos e significados, que toma formas variáveis e que é suscetível de aparecer em cada momento com uma determinada forma de organização dominante (p. 170).

Dessa forma, o diário de campo, auxiliou na perspectiva da pesquisa qualitativa para o caminho a ser percorrido na análise da construção da subjetividade do indivíduo em Brasília.

Outro procedimento foram as entrevistas semiestruturadas com roteiro a ser seguido não rigidamente, mas apenas como pistas para a conversa com os participantes na qual a pesquisadora pode acrescentar perguntas ou esmiuçar algum ponto, conforme a resposta dos participantes, tendo como fio condutor o objetivo da pesquisa. A entrevista semiestruturada não seguiu uma ordem de perguntas, mas foi guiada por um roteiro de questões, que, na relação com a entrevistadora, vai se ampliando, tomando atalhos (Moré, 2015).

O conhecimento construído foi um produto possível, engendrado por interpretações e reconstruções elaboradas ao longo de cada estudo, conforme descreve Moré (2015). Entendemos que a entrevista semiestruturada, no contexto da pesquisa qualitativa, trouxe à tona informações de ângulos diferentes tanto do contexto, como do fenômeno investigado, o que permite a compreensão das transcrições das falas dos entrevistados sendo o procedimento de análise das informações construídas. Nesse sentido, consideramos a utilização da transcrição das entrevistas e do diário de campo como necessária, visando à melhor contextualização dos dados. A entrevista foi entendida como um espaço relacional que se caracterizou por uma proposta de diálogo.

Por fim, a pesquisa ocorreu apenas no período após finalizar a etapa de autorização do Comitê de Ética do PGPDS/UnB caracterizando a defesa dos interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade. Desta forma, a temática de estudo contribui no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução CNS 196/96, II.4).

4.5 Procedimentos de análise das informações construídas

Os procedimentos de análise das informações construídas basearam-se nas entrevistas semiestruturadas e no diário de campo da pesquisadora que segundo Bardin (2006, p.15), “é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados”. Desta forma, se configurou como um conjunto de técnicas que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das entrevistas realizadas. Tanto as entrevistas quanto o Diário de Campo, foram construídos a partir das memórias registradas.

Bardin (2006) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. A primeira fase, a pré-análise, pode ser identificada como uma fase de organização. Nela estabelece-se um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Normalmente, segundo Bardin (2006), envolve a leitura “flutuante”, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material. Inicia-se o trabalho escolhendo os documentos a serem analisados.

No caso das entrevistas do estudo, elas foram transcritas e a reunião constituiu o corpus da pesquisa. Para tanto, foi necessário obedecer às regras de exaustividade (deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada); representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (as informações devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria).

Os procedimentos adotados na preparação de entrevistas para a análise foram: transcrição - entrevistas devem ser transcritas, logo depois de encerradas; conferência de fidedignidade - ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos. Segundo Alberti (2013), transcrever e ler cada entrevista realizada, ajuda a corrigir erros, a evitar respostas induzidas e a reavaliar os rumos da investigação.

Nesse contexto, compreendemos a necessidade de após a transcrição das entrevistas semiestruturadas e exaustivas leituras e anotações das unidades de significação de cada entrevistado que retornasse ao corpus da fundamentação teórica para descrever tópicos que estivesse presentes na análise e nas falas transcritas.

O foco nas relações apresentadas nas falas transcritas foi de suma importância, ou seja, cada fragmento continha um movimento de mutualidade. E conforme Vigotski (1982) a relação entre pensamento e linguagem que se, constituem reciprocamente e formam o pensamento verbal no movimento de oposição de forças.

A busca pelas relações foi o que nos permitiu conhecer a transição do coletivo das entrevistas ao singular das transcrições e compreender as unidades de significação: a) Realidade e Utopia da cidade igualitária: contexto de Emancipação Social; b) Pertencimento: capital e cidade; c) Relações Sociais e Humanas: compreensões da cidade; d) Brasília enquanto terreno fértil para a Cultura de Paz; e e) Brasília: mística e religiosa.

Neste sentido, observamos que na perspectiva histórico-cultural tem-se a compreensão da linguagem do outro que é necessário ir além das palavras, buscando também o pensamento que a constitui, já que por trás de cada pensamento há uma intenção afetiva. Desta forma, na investigação temática de estudo a busca dos sentidos se torna fundamental, posto que o sentido é expressão dialética dos planos singular e coletivo a seguir descritos nos resultados e construção da análise das informações no próximo capítulo.

V RESULTADOS E CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

As entrevistas realizadas com os seis participantes e o diário de campo da pesquisadora colaboraram para a construção das análises das informações, expostas a seguir em unidades de significação que auxiliam na busca da compreensão da dimensão social e afetiva da perspectiva da cidade de Brasília enquanto terreno fértil para a cultura de paz.

Classificamos as falas dos entrevistados, bem como as próprias reflexões de pesquisadora despertadas pela observação da cidade no diário de campo, de modo a observar os indicadores guiados pelas perguntas de pesquisa, do objetivo geral e pelos pressupostos teóricos.

No entanto, vale ressaltar que algumas falas, tomaram rumos opostos à concepção inicial da pesquisadora, cuja visão se remetia à Brasília como: *Capital da Paz*, levando em conta sua origem utópica descrita nos registros históricos do plano inicial da construção de uma cidade capaz de oferecer a seus habitantes um espaço propício para o desenvolvimento humano calcado em virtudes culminando com o nascimento de uma nova civilização.

Estas contradições aparecem com clareza e poesia na letra da música “Faroeste Caboclo” de Renato Russo (1992):

Não tinha medo o tal João de Santo Cristo
Era o que todos diziam quando ele se perdeu
Deixou pra trás todo o marasmo da fazenda
Só pra sentir no seu sangue o ódio que Jesus lhe deu

Quando criança só pensava em ser bandido
Ainda mais quando com um tiro de soldado o pai morreu
Era o terror da cercania onde morava
E na escola até o professor com ele aprendeu

Ia pra igreja só pra roubar o dinheiro
Que as velhinhas colocavam na caixinha do altar
Sentia mesmo que era mesmo diferente
Sentia que aquilo ali não era o seu lugar

Ele queria sair para ver o mar
E as coisas que ele via na televisão
Juntou dinheiro para poder viajar
De escolha própria, escolheu a solidão

Comia todas as menininhas da cidade
De tanto brincar de médico, aos doze era professor
Aos quinze, foi mandado pro reformatório
Onde aumentou seu ódio diante de tanto terror

Não entendia como a vida funcionava
Discriminação por causa da sua classe e sua cor
Ficou cansado de tentar achar resposta
E comprou uma passagem, foi direto a Salvador

E lá chegando foi tomar um cafezinho
E encontrou um boiadeiro com quem foi falar
E o boiadeiro tinha uma passagem e ia perder a viagem
Mas João foi lhe salvar

Dizia ele: Estou indo pra Brasília
Neste país lugar melhor não há
Tô precisando visitar a minha filha
Eu fico aqui e você vai no meu lugar

E João aceitou sua proposta
E num ônibus entrou no Planalto Central

Ele ficou bestificado com a cidade
Saindo da rodoviária, viu as luzes de Natal

Meu Deus, mas que cidade linda,
No Ano Novo eu começo a trabalhar
Cortar madeira, aprendiz de carpinteiro
Ganhava cem mil por mês em Taguatinga

Na sexta-feira ia pra zona da cidade
Gastar todo o seu dinheiro de rapaz trabalhador
E conhecia muita gente interessante
Até um neto bastardo do seu bisavô

Um peruano que vivia na Bolívia
E muitas coisas trazia de lá
Seu nome era Pablo e ele dizia
Que um negócio ele ia começar

E Santo Cristo até a morte trabalhava
Mas o dinheiro não dava pra ele se alimentar
E ouvia às sete horas o noticiário
Que sempre dizia que o seu ministro ia ajudar

Mas ele não queria mais conversa
E decidiu que, como Pablo, ele iria se virar
Elaborou mais uma vez seu plano santo
E sem ser crucificado, a plantação foi começar

Logo logo os maluco da cidade souberam da novidade
Tem bagulho bom aí!
E João de Santo Cristo ficou rico
E acabou com todos os traficantes dali

Fez amigos, frequentava a Asa Norte
E ia pra festa de rock pra se libertar
Mas de repente
Sob uma má influência dos boyzinhos da cidade
Começou a roubar

Já no primeiro roubo ele dançou
E pro inferno ele foi pela primeira vez
Violência e estupro do seu corpo
Vocês vão ver, eu vou pegar vocês

Agora o Santo Cristo era bandido
Destemido e temido no Distrito Federal
Não tinha nenhum medo de polícia
Capitão ou traficante, playboy ou general

Foi quando conheceu uma menina
E de todos os seus pecados ele se arrependeu
Maria Lúcia era uma menina linda
E o coração dele, pra ela o Santo Cristo prometeu

Ele dizia que queria se casar
E carpinteiro ele voltou a ser
Maria Lúcia pra sempre vou te amar
E um filho com você eu quero ter

O tempo passa e um dia vem na porta
Um senhor de alta classe com dinheiro na mão
E ele faz uma proposta indecorosa
E diz que espera uma resposta, uma resposta do João

Não boto bomba em banca de jornal

Nem em colégio de criança, isso eu não faço não
E não protejo general de dez estrelas
Que fica atrás da mesa com o cu na mão

E é melhor senhor sair da minha casa
Nunca brinque com um Peixes de ascendente Escorpião
Mas antes de sair, com ódio no olhar, o velho disse
Você perdeu sua vida, meu irmão

Você perdeu a sua vida, meu irmão
Você perdeu a sua vida, meu irmão
Essas palavras vão entrar no coração
Eu vou sofrer as consequências como um cão

Não é que o Santo Cristo estava certo
Seu futuro era incerto e ele não foi trabalhar
Se embebedou e no meio da bebedeira
Descobriu que tinha outro trabalhando em seu lugar

Falou com Pablo que queria um parceiro
E também tinha dinheiro e queria se armar
Pablo trazia o contrabando da Bolívia
E Santo Cristo revendia em Planaltina

Mas acontece que um tal de Jeremias
Traficante de renome, apareceu por lá
Ficou sabendo dos planos de Santo Cristo
E decidiu que com João ele ia acabar

Mas Pablo trouxe uma Winchester-22
E Santo Cristo já sabia atirar
E decidiu usar a arma só depois

Que Jeremias começasse a brigar

Jeremias, maconheiro sem-vergonha
Organizou a Rockonha e fez todo mundo dançar
Desvirginava mocinhas inocentes
Se dizia que era crente, mas não sabia rezar

E Santo Cristo há muito não ia pra casa
E a saudade começou a apertar
Eu vou me embora, eu vou ver Maria Lúcia
Já tá em tempo de a gente se casar

Chegando em casa então ele chorou
E pro inferno ele foi pela segunda vez
Com Maria Lúcia Jeremias se casou
E um filho nela ele fez

Santo Cristo era só ódio por dentro
E então o Jeremias pra um duelo ele chamou
Amanhã às duas horas na Ceilândia
Em frente ao lote 14, e é pra lá que eu vou

E você pode escolher as suas armas
Que eu acabo mesmo com você, seu porco traidor
E mato também Maria Lúcia
Aquela menina falsa pra quem jurei o meu amor

E o Santo Cristo não sabia o que fazer
Quando viu o repórter da televisão
Que deu notícia do duelo na TV
Dizendo a hora e o local e a razão

No sábado então, às duas horas
Todo o povo sem demora foi lá só para assistir
Um homem que atirava pelas costas
E acertou o Santo Cristo começou a sorrir

Sentindo o sangue na garganta
João olhou pras bandeirinhas e pro povo a aplaudir
E olhou pro sorveteiro e pras câmeras e
A gente da TV que filmava tudo ali

E se lembrou de quando era uma criança
E de tudo o que vivera até ali
E decidiu entrar de vez naquela dança
Se a Via-Crucis virou circo, estou aqui

E nisso o sol cegou seus olhos
E então Maria Lúcia ele reconheceu
Ela trazia a Winchester-22
A arma que seu primo Pablo lhe deu

Jeremias, eu sou homem, coisa que você não é
E não atiro pelas costas, não
Olha pra cá filha da puta, sem vergonha
Dá uma olhada no meu sangue e vem sentir o teu perdão

E Santo Cristo com a Winchester-22
Deu cinco tiros no bandido traidor
Maria Lúcia se arrependeu depois
E morreu junto com João, seu protetor

E o povo declarava que João de Santo Cristo
Era santo porque sabia morrer

E a alta burguesia da cidade
Não acreditou na história que eles viram na TV

E João não conseguiu o que queria
Quando veio pra Brasília, com o diabo ter
Ele queria era falar pro presidente
Pra ajudar toda essa gente que só faz

Sofrer

Deste modo, a produção de significado da pesquisadora, passou por um processo de reinvenção, onde novos paradigmas se estabeleceram, provocados por momentos de dúvidas e questionamentos mais profundos. Vigotski (2003) enfatiza a questão da dimensão dos sentidos como polifônica e polissêmica que sustenta que, mais do que intencionalidade e clareza, há o imprevisto, o plural, o acontecimento em si, enfim, a própria existência em processo.

Momentos de inquietude fizeram parte da elaboração desta pesquisa, na medida em que a pesquisadora compreendeu a necessidade de considerar aspectos da cidade e da influência desta na constituição da subjetividade de seus habitantes. Houve distanciamento das impressões guardadas na memória de sua infância vivida aqui e principalmente na idealização construída internamente durante os anos em que viveu nos grandes centros urbanos e alimentou quimeras relacionadas a este lugar, conforme disposto em trecho diário de campo,

Meu coração fica apertado em ver o descaso, o abandono e o momento difícil que estamos vivendo nesse país. A cidade que em minha memória tinha a vocação de se transformar em palco da mediação de conflitos internacionais, a capital da paz, que iria mostrar ao planeta todo que existem possibilidades reais de se enfrentar as dificuldades de forma amorosa e pacífica, vive momentos de decadência assustadores. Estou vendo aqui a minha direita o Teatro Nacional, tão lindo... eu já me apresentei tantas vezes nesse teatro, desde criança,

quando e fazia ballet na Norma Lilia. Vinha aqui fazer as apresentações de fim de ano do Quebra Nozes. Já fui bombom, já fui soldadinho de chumbo, já fui rato...E depois de adulta, já me apresentei várias vezes e ambas as salas: Martins Pena e na Villa- Lobos. Com diferentes companhias teatrais em turnê pelo Brasil. Já apresentei inclusive uma peça de Martins Pena, aqui na sala Martins Pena. Se não me engano foi em 1998, “As desgraças de uma criança”, eu dei vida à protagonista Ritinha ... As memórias vindo o teatro fechado há tantos anos. Sinto dor.

O Teatro fechado, a Biblioteca Nacional fechada, os livros apodrecendo. A cultura se deteriorando, nossa cultura virando pó. Ah, meu Deus, que vontade de chorar. Estou me lembrando também de outra peça que eu fiz aqui :

Decameron, de Bocaccio. Foi um sucesso, eu me lembro tanto da minha mãe me vendo no palco cheia de orgulho e alegria. A família inteira sentada e aquela sala Villa-Lobos lotada. O público aplaudindo a filha da Terra, que foi fazer sucesso lá fora. Preciso conter as lágrimas, pois o que vivemos em Brasília hoje me remete a cenas de estarrecedora ruína.

A experiência emocional vivida - *perijivanie* - da pesquisadora tem nas “contradições e os conflitos próprios das relações humanas” (Capucci, 2017, p. 118), ou, como afirma Vigotski (2009b), “as experiências, emoções, que aparecem não como funções de sua vida mental pessoal, mas como um fenômeno que tem uma significância e um sentido social objetivos, que servem como um estágio de transição da psicologia à ideologia” (p. 20). Isto mediante, a ação de rever as impressões guardadas na memória afetiva e acrescentarmos a elas o fato de que durante a elaboração da pesquisa, o país passou por *impeachment* presidencial (2016) e a nação se viu diante de um abalo na confiança da democracia, reconquistada pelo povo brasileiro a duras custas, após os anos da ditadura militar.

À difícil constatação do momento político desfavorável, somou-se a necessidade de reelaboração do relato histórico (Figura 10), encontrada em trechos de entrevistas como a do ipê azul sobre o mundo do trabalho e as peculiaridades do cenário brasiliense:

Ipê azul: A obra começou em fevereiro de 57. Época de uma grande seca nordestina, e a mão de obra abundante era trazida, ou por gatos. Que eram, digamos assim, agenciadores de mão de obra. Mas uma coisa meio escrava, e vinha pra cá justamente porque lá não tinha aonde trabalhar no Nordeste. Então quando Brasília foi inaugurada havia uma necessidade de mão de obra, né? Porque as obras eram dia e noite, dia e noite, chamavam “o esforço de Brasília”, né? E as empreiteiras contratavam pessoas que tinham possibilidade de fazer.

Os empreiteiros de mão de obra, exigiam, iam buscar pessoas.



Figura 10 – Candangos trabalhando na construção

Conforme documento da Seplan (1978) Brasília nasceu com a missão de “representar o país para si mesmo” (p.10), um marco nacional permanente, onde Mello (1987) descreve que os cidadãos brasilienses aparecem como os “moradores do símbolo”. E desde o início da construção da

cidade aos dias atuais percebemos complexidades cujas tensões afloram na disputa discursiva sobre o mundo do trabalho.

Segundo Costa e Barroso (orgs.) (2015) ao falar do trabalho é também validá-lo nos campos historiográfico e ético pelas múltiplas manifestações, memórias, práticas e narrativas, desta forma, o Ipê azul descreve que:

Tinham umas chamadas gaiolas que eu cheguei a ver. Eles pegavam essas gaiolas, iam pra municípios próximos como Goiás, Minas, para buscar operários, depois quando isso parou um pouco eles foram buscar em Pernambuco, Bahia, Piauí, Maranhão. E traziam nessas gaiolas, eram....



Figura 11 – Candangos na boleia do caminhão para trabalhar na construção

E continua a descrição (Figura 11) o entrevistado Ipê Azul:

....caminhões com uma carroceria (nesse momento o entrevistado hesita entre algumas palavras) de caminhão e onde era acoplado um....uma espécie de....a gente chamava de gaiola porque tinha uma janelinha, sabe? Isso deve ter no Arquivo Público. Porque esses caminhões eram cobertos por zinco e fazia um calor desgraçado, então tinha umas

janelinhas assim, os operários metiam a cara ali, eu vi muitos desses, uma pena não ter fotografado. Então, quer dizer, eu digo que era um trabalho escravo porque as pessoas vinham até o ponto em que, ali pros anos de 69, começou a ter uma reação a isso e se criou “retorno com dignidade”, porque já não se precisava em 69, em 70, 71, tantos operários, então eles pagavam uma passagem pra pessoa voltar a origem, quer dizer, era um castigo porque a pessoa voltava a origem, porque talvez não tinha conseguido emprego aqui. Então as relações humanas se deterioraram muito, também porque exploraram muito a mão de obra através das viradas que você tinha aqui dia e noite, porque o cara trabalhava 24 horas às vezes, sem dormir.

Pesquisadora: Mais uma pergunta sobre essa coisa dos trabalhadores. Então eles vieram de todas as partes do Brasil, a princípio com esse sonho, né? De construir a capital.

Ipê Azul: É, porque o emprego era abundante nos anos 70, nos anos 50, não é?

Pesquisadora: Apesar desse título de escravo, não era escravo, eles tavam recebendo....

Ipê Azul: Sim, recebiam e tal, mas digamos, havia uma certa migração forçada, né?

Pesquisadora: Forçada....

Ipê Azul: Pela origem da seca, e também porque não tinha muita escapatória aqui, ou fazia o que era ofertado, né?

Costa e Barroso (orgs.) (2015) descrevem que

O trabalho é um fazer e uma representação, esquadrinha a cidade na sua trama cultural e histórica, engendra dinâmica e fluxos, constrói subjetividades e promove desigualdades e exclusão social. Faz parte do *ethos* humano, da experiência e organização do mundo. As vivências no trabalho e as formas e modos de inserção social que dele derivam, obrigam-nos a refletir sobre a rede de interações entre o conhecimento sobre o trabalho e a prática do trabalho (p.106-107).

Este trecho dos autores ilustra a articulação do trabalho que reverbera práticas que conferem o saber-poder que ordena a sociedade e a relação trabalho e sociedade sendo complexa, o trabalho é uma matriz social que faz parte da emancipação social. Na releitura do diário de campo, percebemos o espanto da pesquisadora diante de conteúdos inesperados trazidos pelo entrevistado. A construção da Capital da Esperança, afinal não teve apenas os momentos empolgantes e animadores dos relatos oficiais, onde tem a descrição na fala do entrevistado Ipê Vermelho em conversa com a entrevistadora que

Ah, ouvia falar das construções, das pessoas, dos caminhão, é, que chegava, né? Dos candango...falando, e falando do sucesso, né? Dos prédio levantando, então aquelas coisa tudinho, de construção e de nova....vida nova, de oportunidade que dava pras pessoas. Isso me encantava, porque a gente vive de sonho, né? Tem que sonhar! Mesmo velhinha, a gente tem que sonhar! Então, tem que ter projeto de vida, né? Eu to nessa idade mas eu tenho projeto, tenho muitos projeto, não sei se vou realizar mas posso deixar para meus filho realizar, mas tenho projeto. A pessoa não....que não tem sonho, que não tem um projeto de vida, deve ser muito triste, né? Então....

Pesquisadora: *E aí você chegou aqui, e aí cê viu....*

Ipê Vermelho: *A oportunidade de justamente realizar meu sonho.*

Pesquisadora: *E realizou, né?*

Ipê Vermelho: *Sim.*

Pesquisadora: *Você se sente realizada?*

Ipê Vermelho: *Eu me sinto realizada.*

A influência social, as descrições históricas que são do indivíduo, são compreendidos nesta análise das informações para esclarecer os momentos importantes que integram a realidade de cada

entrevistado (Vigotski, 1995). Ao interagir neste espaço histórico de sua lembrança com a construção o Ipê Roxo, destaca em sua fala que

A inauguração de Brasília, o Brasil inteiro ficou assim, em êxtase, em êxtase!

E eu sempre olhei, eu sempre olhei Brasília assim como....como aquilo que era o símbolo que se usava na época, muito forte, da palavra alvorada, o Palácio da Alvorada, o novo alvorecer, com um novo Brasil a partir dali. E realmente ela tem um significado pro país, espetacular. Pro país porque? Porque o Brasil era um país periférico, né? Ele....o interior dele inclusive aqui era completamente abandonado, não existia nada.

Neste sentido, demonstramos que a concepção da realidade da construção de Brasília na experiência vivenciada pelos entrevistados em suas falas transcritas e do diário de campo da pesquisadora é complexa, da interdependência entre fenômenos, da mútua constituição de sujeitos e sociedade (Vigotski, 1995). As falas transcritas fazem parte de um todo, pois é, ao mesmo tempo, manifestação da totalidade e determinante desta totalidade, pela maneira como se relaciona com a subjetividade. Por isso, as relações de constituição da totalidade que as compõem, e também das perspectivas dos sonhos e utopias vivenciadas propiciadas por estas relações.

Neste ponto, temos a síntese das contradições descritas pela dialética marxista. É algo que engloba tanto as utopias, os sonhos idealizados pelos indivíduos, quanto os desafios impostos pelas condições difíceis encontradas. Desta forma, buscamos compreender as falas dos entrevistados em unidades de significação para a construção da análise das informações a seguir descritas em tópicos.

5.1 Realidade e Utopia da cidade igualitária: contexto de Emancipação Social

Essa unidade de significação contextualiza ação e pensamento na sustentação dos ideais modernos de emancipação social propostas no projeto inicial da construção de Brasília pelo plano elaborado por JK, Lúcio Costa, Israel Pinheiro e toda equipe que construiu a capital. Marx (1818-

1883) fundamenta a teoria da emancipação nos processos produtivos históricos para que se assegure a sua epistemologia.

Apresentamos uma compreensão sobre o processo de construção da capital, nos embates com os idealizadores e os movimentos dos candangos. Nele são discutidas as questões da realidade e utopia da cidade igualitária: a capital da modernidade, da esperança, a autonomia e a ação de homens e grupos em múltiplas temporalidades, bem como mazelas da construção da capital do país.

Segundo Marx (1978), a emancipação humana deve ser efetivada a partir de um duplo ato revolucionário, quer seja um ato de natureza política - através do qual o proletariado possa alcançar o poder político e inicie a destruição do Estado político e do seu fundamento; quer seja um ato de natureza social, uma revolução através do qual se possa transformar radicalmente a forma de sociabilidade, superando-se o mercado e a política.

De fato, a capital da modernidade, em sua forma pensada e vivenciada pelos atores da construção tem o reinventar do coletivo. Este reinventar é de certa forma um ato político e social conforme descrito na entrevista transcrita, a partir dos trechos:

Ipê Azul - Olha, é muito legal porque você, como diz o próprio Lúcio Costa, que do alto do apartamento a mãe chama as crianças que estão no jardim, tão debaixo do pilotis brincando se estiver chovendo, né? E estão ao alcance da visão da mãe, quer dizer, isso também foi no começo, porque hoje os blocos tão se protegendo com grades, recentemente o Tribunal mandou tirar as grades do Guará. O que é estranho, porque é uma proteção da população em função da desigualdade que chama a criminalidade, entende? Se você tivesse igual....o que não conseguiu o Plano Piloto que dava pra conseguir, ter uma cidade sociedade num país capitalista onde você tem todas as mazelas do capital.

Isso não tá no plano do Lúcio Costa, entende? Plano do Lúcio Costa é que viva a cidade mais equitativa, o que também não aconteceu em função do que eu chamo de centrifugação

da população. Quem tava em favela aqui, e eu assisti a guerra que foi limpar a favela do Ceub nos anos 80, a favela da 110, a favela da 309 norte. E que foi acho que no governo do José Aparecido, em que usaram cães, cavalos e helicópteros....Então (nesse momento o entrevistado hesita entre algumas palavras) e jogaram as pessoas pra diversos lugares, eu sei que parte das pessoas dessas favelas foram parar em anexos do Gama, uma parte foi para um galpão que existia em Sobradinho, ficaram ali uma temporada até se ajustar um lugar pra eles. Fizeram um anexo em Sobradinho.

Quando ele planejou o Lago Sul e o Lago Norte, ele planejou com grandes áreas verdes pra que as casas estivessem ligadas entre si. Mas como a nossa sociedade não conseguiu lidar....dos erros que ela está investida, as pessoas sentiram a necessidade de colocar grades, e de colocar cercas, cercas eletrificadas, quer dizer, tudo isso contrariou substancialmente o plano originário. Mas o plano era de casas no meio de jardins, casas no meio de jardins. E ainda mais que eles imaginavam uma cidade, no máximo 500 mil habitantes, não pensavam mais do que isso. E no Plano então, que se planejou que os prédios, sempre sobre pilotis, para que se tivesse o sentido de abertura, de espaço, não é um bloco fechado. E pra que também, ao mesmo tempo, fosse um passo para que as crianças pudessem se encontrar, pudessem estar ali, juntas. Pudessem se relacionar. Tudo isso infelizmente não está sendo conseguido alcançar porque nós temos permitido na nossa sociedade que ainda exista miséria, que exista abandono, que existe.... E porque que existe? Porque o capitalismo selvagem só pode levar isso. Uma organização social de competição só pode levar a confrontos. Tem que ser uma....tem que voltar a razão de ser da existência, não é competir pra se dar bem. A pessoa vai pra....buscar o estudo, a escola, o conhecimento, porque a.... papai, mamãe, a sociedade, “você tem que competir”. Eu

felizmente tive uma mãe que me dizia “Busque o conhecimento pra bem servir, bem servir”.

Eu acho que é essa mudança espiritual que a gente precisa fazer.

O entrevistado Ipê Roxo colabora nesta vertente, como se lê:

não existia ninguém que tivesse numa faculdade e tivesse nascido em Brasília. Então eu perguntava em sala de aula, sabendo que todos vieram de fora: “Tem alguém que veio do Amazonas?”, sempre tinha, “Tem alguém que veio do Pará?”, sempre tinha, “Tem alguém que veio do Piauí?”, sempre tinha. Estado por Estado, sempre tinha pessoas vindas do país inteiro, do país inteiro. E aí o que eu achei mais interessante, na pergunta, os que mais vinham era de Minas, Goiás e Rio de Janeiro, né? Mas sempre tem do Rio Grande do Sul? Tem. Tem Santa Catarina? Tem. Aí eu dizia: “Eu vim de São Paulo”. “Ah, você veio da capital?”, “Não, eu vim lá de cidade tal”, aí o outro: “Eu vim do Rio Grande do Sul”, “Cê veio de Porto Alegre?”, “Não”, sempre pessoas do interior! Interessantíssimo isso.

Então, a amálgama que se fez aqui foi da maior pureza que é o povo brasileiro.



Figura 12 – Juscelino Kubistchek e Lucio Costa com o croqui de construção

A figura 12 é caracterizada pela transcrição da fala do entrevistado Ipê Verde:

Ipê Verde: Toda semana ele ia pra Brasília, ele saía do Rio passava o dia inteiro vendo obra até de noite, de madrugada. Um dia ele levou todos os ministros, levou todos os ministros....ele tinha onze ministros na época (risos). Todos os ministros, governador de Minas Gerais e tal....levou pra conhecer Brasília. Ficaram “vamo adiar isso, vamo adiar isso” “não”, o negócio é o seguinte “eu vou levar vocês”, levou todos os ministros e tal, eu fui ficar com os ministros e ele chegou (risos), “Ali onde é o Catetinho”, ali era a fazenda antiga e os aviões menores podiam descer ali, para os maiores tinha uma outra pista pra descer. Aí foi, quando chegamo lá....só tinha mato. - Aí o pessoal só podia andar de caminhonete ou de jipe pra chegar....e só tinha mato...mato, mato, mato....não tinha nada.

Aí paramos num lugar que ele ia falar com o pessoal como ia ser Brasília....onde hoje é a Praça dos Três Poderes, parou o carro ali. Falou assim: “Aqui, vai ser o Palácio do Planalto, aqui o Congresso, e aqui o Palácio da Justiça”, ele falou, todo mundo ficou assim olhando..... e ele falou com convicção.

Pesquisadora: *No meio do mato?*

Ipê Verde: *No meio do mato! (risos).*

Pesquisadora: (risos) *Com um monte de ministro?*

Ipê Verde: *Com um monte de ministro....*

Nessa direção, as informações trazidas pelos entrevistados tornam possível a compreensão de que se reconhecermos no presente aspectos do passado, podemos distinguir as especificidades da constituição do indivíduo. O processo da emancipação social na constituição do indivíduo morador e construtor da capital se fez na realidade histórica que é por este singularmente apropriada, conforme também expõe o entrevistado Ipê Amarelo em conversa com a pesquisadora,

Brasília hoje ela....ela é uma cidade que não é exemplo, na minha opinião, porque ela é uma das cidades de maior injustiça social no Brasil. Eu fiz também um artigo, eu reinventei uma palavra, né? Porque, inspirado num estudo da CODEPLAN, que viu que....qual o IDH da....do Lago Sul. E mediu também o IDH da Estrutural, e o IDH do Lago Sul é um pouquinho maior, um pouquinho melhor do que na Noruega, que é o país que tem o melhor IDH do mundo, isso quer dizer, se o Lago Sul fosse um país, seria o maior IDH do mundo, o país (incompreensível). E a Estrutural tem o IDH que é igual ao Congo, que é o menor IDH. Então, eu fiz um artigo chamado....eu sou bom só pra fazer título de artigo, o artigo não fica bom como o título (risos), chama “Norucongo no quadrilátero”, quer dizer, nós temos aqui a Noruega....

Pesquisadora: *Noruega e o Congo.*

Ipê Amarelo:e o Congo no quadrilátero....e foi interessante porque antes de mandar eu cliquei lá Norucongo no Google, né? E não tinha, apareceu zero, e hoje você vai e tem umas quatrocentas referências Norucongo....

Pesquisadora: Ah, muito bom....

Ipê Amarelo:....quer dizer, eu inventei a palavra. Aquele Bacha, o economista, tinha feito Belíndia uma época atrás comparando a Bélgica com a Índia, e eu Norucongo. Brasília é....são duas faces, né? Tem o Plano Piloto, Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, que é uma realidade. O outro lado da moeda é....não é brincadeira, quer dizer, são aquelas favelas na Ceilândia....enfim, a periferia de Brasília não foi....sobre o ponto de vista urbanístico, não foi planejado, não foi nada. São ainda cidades mais ou menos dormitório, né?

Pesquisadora: É, então você....você viu a deteriorização do sonho, né? Tinha mesmo um sonho? Quando....quando você chegou aqui, tinha essa coisa de ser uma cidade pra ser diferente?

Ipê Amarelo: Olha, quando eu vim, não só eu, mas as pessoas que iam vindo um pouco antes, ou vieram depois um pouco, nós achávamos que éramos pioneiros, estávamos construindo uma....uma Universidade diferente, que foi a....o sonho do Darcy e do Anísio Teixeira, e....e....e a gente queria....trabalhava mais na Universidade, mas queria....queria ter um local, né? Que....até pra viabilizar, concretizar o sonho do Dom Bosco, entende?

Pesquisadora: A nova civilização!

Ipê Amarelo - Uma nova civilização. Eu acho....esse espírito não....não acabou não, sabe? E tamos assim em plena....em plena luta, né? Não sei se cê conhece a Escola da Ponte em Portugal?

Pesquisadora: Uhum, claro.

Ipê Amarelo: *A Escola da Ponte em Portugal, que é uma revolução na aprendizagem, uma....que abandona essa aprendizagem já caduca. O José Pacheco, que é o fundador da....da Escola da Ponte, ele veio pro Brasil, ficou alguns anos em São Paulo orientando um projeto lá A Escola da Ponte repercutiu muito no mundo todo. Em janeiro desse ano ele me escreve uma mensagem e diz “vocês brasileiros”, imagina um português.*

Pesquisadora: *“Vocês brasileiros” (sotaque de Portugal) (risos).*

Ipê Amarelo: *“Vocês brasileiros tem complexo de vira lata” (sotaque de Portugal) (risos). O conceito do Nelson Rodrigues, quando o Brasil perdeu a copa lá pro Uruguai, de reproduzir tudo o que vem do hemisfério norte. “E da educação, vocês tem aqui no Brasil teóricos na educação espetaculares, eu já estudei um....o Brasil é que tem que mudar esses....”*

E ele falou “Eu quero fazer o grande projeto da minha vida”. É gozado, um cara que faz o projeto da Escola da Ponte ainda não tá satisfeito, “E quero fazer em Brasília”, e já tava....tava trabalhando nisso já há alguns anos, em fazer um projeto experimental, um protótipo no Paranoá, na cidade do Paranoá, que vai ser a comunidade de aprendizagem do Paranoá. E....(nesse momento o entrevistado hesita entre algumas palavras) e que tem a frente umas 25 professoras e professores da Secretaria de Educação, que tão indignados com a....com o atual sistema, não aguentam mais. E o Pacheco quer fazer....começar no Paranoá, estender pro DF, estender pro Brasil e exportar pro hemisfério norte.

Sabe aquela frase lá no Planalto, de Juscelino, “Desse Planalto Central vai ser o guia....”. Brasília tem o dever de ser uma cidade experimental, em todas as dimensões, na educação, na ciência e tecnologia, na mobilidade urbana, na....(nesse momento o entrevistado hesita entre algumas palavras) distribuição de riqueza, enfim. Porque essa era a ideia, desse lugar se radiar experiência. Brasília tem uma vocação de ser uma cidade laboratório, e de aquilo que der certo ter a força de, como capital, de distribuir pro resto do Brasil.

Observamos que a emancipação social também surge com o processo educativo lançado por: Darcy Ribeiro - criação da Universidade do Distrito Federal AEUDF (1935-1939) e Anísio Teixeira - encarregado do planejamento da UnB, em 1959 em pensar uma educação integral de qualidade e pública. Este percurso foi construído pelo pensamento e pela ação que sintetizam a coerência entre suas produções intelectuais e suas ocupações em cargos públicos e políticos, materializando, assim, suas ideias. Estas duas Universidades situadas no Plano Piloto, onde deveria ter deslocamentos dos moradores de outras cidades para o centro.

O foco dos dois idealizadores era na transformação e na busca de soluções para os problemas da sociedade brasileira, em outras palavras, a cultura da paz. Segundo Teixeira (1988), a universidade deveria “formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva” (p.35). E nos dias atuais, percebemos que a UnB está situada não apenas no Plano Piloto na Asa Norte, mas também nos campi das RAs de Planaltina, Ceilândia e Gama, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

E, não foi em vão o legado de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, pois agora em 2018, segundo Grigori e Galvão (2018) mais de 100 alunos das RAS de Ceilândia e Brazlândia conseguiram uma vaga na UnB. Estes jovens terão a chance de construir a própria história e serem protagonistas de sua existência humana.

Fidalgo (2018) descreveu em sua crônica que

como na época de sua inauguração, quando os grandes pensadores do país se reuniam por aqui com a missão de construir um Brasil novo, um grupo de educadores comprometidos com a criação de uma sociedade melhor se prepara para colocar em prática uma ideia revolucionária. (p.38)

O pedagogo português José Pacheco criador da Escola da Ponte⁷ diz que “escola são as pessoas, não são edifícios” e com um coletivo de professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) atua, há cerca de três anos, na elaboração do projeto Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (CAP). Entre as propostas da iniciativa está a criação de uma escola pública ofertando o Ensino Fundamental I para a comunidade do Paranoá Parque⁸ (Vieira, 2017).

A construção dos saberes e como motor da transformação social, provocando mudanças, ainda tão necessárias em nosso mundo. E o entrevistado Ipê Branco cita na passagem transcrita de sua entrevista que a educação é o eixo central do projeto de nação que sua geração busca construir,

Ipê Branco: Depois viemos para a 104 Norte, eu morei na 104 Norte, num apartamento muito bom que tinha ali, do Exército, minha filha estudava ali na escola ali do lado, onde ela conheceu o marido dela, os dois brincando juntos na mesma escola ali, naquela escola pública que tem ali, que eu não lembro o nome. Os dois fantasiados e ela segurando....ele segurando uma espada, e eles tiveram uma briguinha com a espada, né? Se conheceram ali. E depois vieram a se casar, né?

Pesquisadora: Particular. Você acha que tem alguma diferença disso da época que você criou os seus filhos pra agora? Você acha que o ensino público tá diferente ou não?

*Ipê Branco: Olha, eu penso que tá renascendo. Duas semanas atrás eu fui na escolinha da 102, na escola da 102 Norte, onde eu voto, ali onde tem os generais, e fui conversar com a diretora,
... E eu vejo que eu sinto que, ao contrário do que dizem aqui, que o brasileiro não reage, que não vai pras ruas, eu penso que esse não ir-se pras ruas é estar dentro de si mesmo*

⁷ A Escola da Ponte é parte integrante do chamado Movimento da Escola Moderna (MEM) alicerçado nas ideias pedagógicas do francês Célestin Freinet. Integra o "Projeto Fazer a Ponte" que defende, desde sempre, a promoção da autonomia e da consciência cívica dos alunos, privilegiando o seu progressivo envolvimento nas tarefas e na responsabilidade de gestão da escola, conforme descreve Pacheco.

⁸ Setor habitacional do programa Morar Bem do Governo de Brasília na RA do Paranoá;

variando as situações pra que não exista confronto. Porque se sai na rua e acontecem confrontos, e vidas são perdidas, pra que isso?

Colaborando no contexto de reinventar a emancipação social o entrevistado Ipê vermelho destaca que sua trajetória de vida foi reinventada para ter acesso ao desenvolvimento enquanto sujeito:

Ipê Vermelho - Ah, Brasília essa época ela tinha muito barraco ainda, muitas....estrada....coisa de chão, que não tava asfaltado. Taguatinga tava asfaltado só o começo, só a Comercial. E eu fui explorar Brasília, só que eu fiquei pegando o ônibus errado, porque eu não sabia ler as placa, não sabia pra onde ia. E enfim, saí me perdendo durante um pouco e ficamos debaixo de uma marquise. Então....

Pesquisadora: Ah, então no começou vocês ficaram sem teto?

Ipê Vermelho: É, ficamos, porque nós não tinha....nem tinha dinheiro pra alugar. Ficamos debaixo de uma marquise, ficamos um mês na marquise.

Foi, muito frio, mas meu marido e eu, nós combinamos, que ele ficava e eu ia vender as coisa, que ele não é muito assim pra vender e (nesse momento a entrevistada hesita entre algumas palavras), com as criança pequenininha, né? Doente. A minha filha especial, já com seis anos, mas não andava, a outra com três e o outro com um ano.

O reinventar a emancipação social imprime sentidos e gerenciou ações dos candangos e diversas concepções conferindo a participação diferenciada na ordem social. São práticas construídas a partir de “representações sobre desempenho e competência” (Costa e Barroso, orgs., 2015, p. 107) na distribuição de valores sociais, um imaginário social que fornece o ‘fermento’ para classificar as atividades e criar hierarquizações entre os homens no seu fazer produtivo.

Dominici (2017) descreve o significado da experiência urbanística, que Brasília deve ser preservada para a posteridade, como testemunho de importante realização humana, que buscou criar

um espaço urbano propício ao desenvolvimento individual e coletivo. Conforme dispõe o entrevistado Ipê vermelho

é uma cidade alegre, é uma cidade acolhedora, é uma cidade que tem oportunidade. Então que nenhum outro lugar, que eu conheço e que eu vou, não tem. Porque há muito bairrismo nas pessoas nos lugares, e aqui não existe. Aqui o que existe é amor por Brasília, né? Todos nós somos donos da terra. E nós....e a terra não é nossa, e o Padre Cícero falava que qualquer lugar que você tivesse bem, cuidando da sua família, se alimentando, que lhe desse o pão de cada dia, essa era a sua terra. Então ele falava isso há mais de cem anos atrás. Então a Brasília é minha terra.

Demonstramos nos resultados das falas transcritas e do Diário de Campo que os candangos se expressam através do que fizeram e observam acontecer na cidade que foi construída à época e das interpretações que daí decorrem nos processos de luta por uma sociedade mais justa. E acreditaram no sonho de que a capital do país seria propícia para uma vida melhor.

Capital das oportunidades que prevalece até os dias atuais, onde ocorrem vários concursos públicos, lutas concretas pela sobrevivência, pela dignidade, pela igualdade, pelo direito à diferença, pelo direito de existir e de perpetuar uma vida decente. Todos compreendem a realidade social apresentada pela Capital como tarefa. E a tarefa do conhecimento prático dos seus protagonistas, resultados direito da experiência vivenciada em grupo social (Santos, 2009, orgs.), onde os Candangos eram uma família que tinham os mesmos objetivos da aspiração de um mundo melhor em que eles sentiam com o sentimento de pertencimento, que será tratado na próxima unidade de significação.

5.2 Pertencimento: capital e cidade

A sensação de pertencimento na perspectiva histórico-cultural tem no termo ‘tornar-se’ ênfase nas memórias e narrativas dos entrevistados sendo uma construção social envolvendo o sujeito (eu) e seus pares (o/os outro/outros) necessária ao desenvolvimento da pessoa em diferentes contextos. Conforme nos relatou o entrevistado Ipê Verde:

A maior prova que isso é importante porque quando inaugurou todos eles falavam da “minha capital”, “porque eu....” (risos), aí fazia....

Pesquisadora: *Todo mundo era dono....*

Ipê Verde: Pois é, era dono. E trazia parente pra ver “Eu fiz essa obra aqui....Eu....” (risos).

Pesquisadora: *Ah, que lindo isso, sentimento de pertencer, né? /pausa longa/ Muito bonito....*

Ipê Verde: Brasília todo mundo conhece, tem uma beleza, mas foi uma cidade muito bonita, e vai crescer mais....que infelizmente toda cidade que cresce muito, em qualquer país, é muito difícil você segurar pra tudo ser perfeito. Eu acho ninguém fala mal de Brasília....antigamente, tinha os caras que diziam: “não vai sair, não vai dar certo”. Eu já falei que ficava com medo, eu queria que saísse, mas ficava com medo de não sair....“E se não saísse? Que negócio ia ser. O país ia ficar mal (risos). Israel era muito engraçado, pra você conversar com ele, cê conversava com ele dois minutos. O cara chegava logo “que que você quer?” “cê tá pensando isso, eu to pensando, depois, eu vou cobrar isso, cê pode fazer isso que eu vou cobrar”. (Incompreensível) vai sair. Ah, a Catedral vai sair. Até o presidente chegar....aí eles ficavam falando....falavam com o pessoal.... “Cês tão construindo uma cidade, cês vão construir isso...”. E doutor, quantas vezes o presidente....”Meu pai, meu avô construíram essa cidade” (risos). Fica, né?

O pertencimento, ou sentimento de pertença, especifica a relação do sujeito com o contexto ambiental em que esse participa as quais esse sujeito interage. E continuou o entrevistado Ipê Verde:

Brasília tem a grandeza do brasileiro. Todo brasileiro vai ajudar a fazer um país muito maior, muito melhor. Brasília é tão importante, tão importante, que eu vou mostrar pra você o seguinte, uma vez, o presidente quando vinha de noite, quando ele ia de noite mesmo, ele ia....chovendo....todo numa capa de borracha. Vou contar um episódio pra você, que aconteceu, pra vocês verem que que é o espírito de Brasília. Um dia chegamos à Brasília, e já tava acabando Brasília, eles tavam acabando o Congresso. Nós paramos na parte do Congresso e tinha o pessoal todo trabalhando, o Presidente também de baixo de chuva com capa....é....todo mundo....Israel....aí o Presidente chegou batendo o martelo, todo mundo batendo o martelo, aquela coisa, e ele chegou “Como é que é? Vai ou não vai?”. Aí o Presidente “ó, cês prestam atenção, cês não tão construindo qualquer coisa, cês tão construindo uma coisa que vai ficar na história do Brasil, vocês que vão fazer essa história....é vocês que vão escrever....é aqui”.

Sabemos que a história de vida marca a trajetória do sujeito em diferentes esferas de interação, desta forma colabora o entrevistado Ipê Roxo na contextualização do pertencer:

Parece que ela está levitando e isso a gente vê muito bem no Supremo Tribunal Federal. Parece uma caixinha de....voando....solta no espaço, solta no espaço. E eu sinto que a beleza é uma das coisas mais importantes da vida. A beleza....E eu acho que a atuação feita pelos construtores, especialmente pelos arquitetos, elas estavam voltadas para a beleza. Agora, por exemplo, a UnB, que é uma instituição importante, poderosa, que precisa ser defendida contra os processos que estão aí de privatizações de isso e aquilo. Porque só....só

uma entidade pública de ensino pode ter aspectos do poder crítico que não tá submetido a....

O pertencimento ao referir-se a si mesmo ao indicar sua expressão para com Brasília, utilizando o pronome pessoal na primeira pessoa do singular: ‘eu’, no fragmento descreve o significado de ser pioneiro, tornar-se pioneiro, de estar presente, de sentir fazer parte, conforme também mencionou o Ipê Branco “Ela é uma cidade plural, ela é uma cidade versátil”. E o entrevistado Ipê Amarelo “Então, Brasília hoje ela....ela é uma cidade que não é exemplo, na minha opinião, porque ela é uma das cidades de maior injustiça social no Brasil”.

A perspectiva do desenvolvimento humano assume os sujeitos em um mundo bem mais amplo e complexo, em que os entrevistados relembram mudanças que foram acontecendo e que o sonho se transformou em utopia conforme traduz o entrevistado Ipê Azul:

Não distribui renda, por exemplo, porque tem que acumular lucro. Então se você acumula lucro você não dá o bem-estar para aqueles da escala inferior da pirâmide (nesse momento o entrevistado hesita entre algumas palavras) da pirâmide habitacional, da pirâmide, entende? Da desigualdade que você tem aqui. Tanto que se você olhar a PEDE, pesquisa de emprego e desemprego, já se classifico 4 Brasília, eu to escrevendo....vou escrever um artigo sobre isso. Quer dizer, uma Brasília que é o Plano Piloto e os lagos, né? Mais o Cruzeiro e tal. Que você tem a mais alta renda, e cerca de 40% dos melhores empregos são ofertados pelo Plano Piloto e as adjacências. Um segundo ramo com renda alta mas um pouquinho menor que o centro da metrópole, que são, por exemplo, Taguatinga, o Gama, e outros locais. E que tem alguma possibilidade de empregar pessoas. O terceiro grupo de média a baixa renda, aí entra locais....acho que Sobradinho, Planaltina e tal, aonde a renda é baixa e oferece empregos mais ou menos, um pouquinho mais da metade da população que trabalha, trabalha no próprio local, mas com salários pequenos. E a muito pobre, que aí

você pega tipo o Por do Sol, Sol Nascente e tal, os locais de muita baixa renda, a Ceilândia toda, né? Porque a Ceilândia tem no Conjunto....é....baixa renda. E....aqui....a Estrutural, né? O Varjão. Enfim, lugares pobres que empregam pouco e quando empregam, empregam com salário mais baixo que o grupo 3. Isso está na PEDE, se você entrar no site da Codeplan tem tudo isso lá documentado. E todo mês lançam a PEDE do momento que mostra que nós temos 308 mil desempregados. Então, quer dizer, o ideal do Plano Piloto se esvaeceu no aspecto econômico, que esgotou o modelo que temos. Eu já escrevi sobre isso, tá no preâmbulo do Correio, um artigo sobre mudanças do perfil de empregos no DF. Porque esse do....emprego público, o emprego público emprega 16% das pessoas. E os serviços talvez mais uns 60%, comércio, transporte, não sei o que....Empregam mas você não tem mais como expandir isso, né? Então por isso que você tem 308 mil desempregados, vai cair agora por causa da oferta de emprego do Natal. Então no meu ponto de vista, a questão que você fala do ser humano, é....os que se colocaram bem desde o começo progrediram, tem loja, tem firma, tem filiais, né? Filial daqui tá em Taguatinga, tá em todo o lugar, né? Se você for, por exemplo, no....Samambaia, você fica admirada com o desenvolvimento do comércio lá e sobretudo, uma coisa que eu já escrevi no Correio, que é a verticalização das cidades. Você tem blocos em Ceilândia, lá perto, quem vai pra Águas Lindas e Samambaia, com mais de....são centenas de apartamentos, quer dizer, casas....as casas iniciais que eram unifamiliares hoje são blocos de apartamentos, então a questão humana passa a ser a segurança também. Porque morar em casa é mais vulnerável, você vai ao Núcleo Bandeirante, por exemplo, que eu vou muito. O Núcleo Bandeirante continua um empório, né? Você vai lá, tem feira, tem o que você quiser, ferragens e ferro. Continua tendo aquele padrão do começo de Brasília, né? Uma gama de serviços que faz com que ela seja uma verdadeira cidade satélite, assim como Taguatinga, um pouco Sobradinho, um

pouco o Gama, porque têm pessoas que diz “Não, não dá pra chamar de cidade satélite”, eu digo “Pode e deve!”, porque em 1970, 71, quatro professores da Geografia foram....3 professores da Geografia foram a São Paulo para constituir um grupo de trabalho do Instituto Panamericano de Geografia e História para termos um vocabulário de geografia urbana. Então ela tem, em quatro línguas, francês, inglês, espanhol e português, qualquer termo que você quiser dizer....decifrar. Por exemplo, metrópole, tá lá, (incompreensível), tá lá, né? Cidades satélites. Cidades satélites segundo o que a gente fabricou lá é a cidade que tem uma relativa autonomia em relação ao centro. Então, elas podem ser chamadas de cidades satélites sim, e não é pejorativo. Porque diz “Ah, cidade satélite é uma cidade secundária”. Não! O ABC paulista tem uma indústria poderosa e é satélite de São Paulo, né? Então eu diria que é uma cidade que ainda preserva muito da qualidade no seu centro, da qualidade inicial, os lagos foram pra onde escapuliram os mais ricos, né, os mais bem dotados, empresários, funcionários públicos de alto padrão, etc. Com casa, piscina, bem-estar absoluto, né? E as outras cidades vão diminuindo à medida que você vai se afastando do centro. Então, por isso que eu falo em centrifugação dos pobres para os anais mais externos do próprio Distrito Federal. Por exemplo, Santa Maria é pobre, Recanto das Emas é bastante pobre também, isso tudo tá na....eu recomendo que você quiser alguns dados você veja a pesquisa de amostra....pesquisa distrital de amostra por domicílio, PEDAD, né? Tem 2011, acabei de ver aí, aliás...2011, 2013 e agora saiu de 2015....se prepara para de dois em dois anos fazer essa pesquisa. Tem todas as condições humanas lá dentro, e tem....

A descrição do entrevistado Ipê Azul indica que a progressão é uma transição entre uma época de utopia com a capital da esperança e a de tensão em ser ou não capaz de continuar a viver em Brasília com dignidade e esperança. Veloso (2015) descreve a “dimensão perversa da modernidade” (p. 225) em que novas aprendizagens vão requerendo outros esforços para pertencer

a capital. Esta perversidade está inserida também nas contradições da sociedade onde o preconceito categoriza tudo que se relaciona a Brasília, como pejorativo usam o termo “um mar de lama” – se referem aos seus moradores como corruptos, ou seja, somente conseguem ter a visão deformada pela política.

E podemos compreender através das falas transcritas, que o sujeito opera transformações no mundo a que pertence e o mundo, por sua vez, proporciona transformações a esse sujeito, que ao entender o seu contexto enquanto parte indissolúvel de sua composição subjetiva estimula de forma potencializada as aprendizagens inerentes dessa interação. Os fragmentos das falas, elencados nessa unidade de significação, indicam as vivências positivas, o sentimento de pertencimento, as interações sociais, as sementes da pobreza. Todavia, cabe um questionamento sobre o que seria as compreensões da cidade e as relações humanas estabelecidas à época?. Como tornar-se pioneiro, como tornar-se eu morador? Para uma possível resposta, a unidade de significação Relações Sociais e Humanas: compreensões da cidade pretendeu mostrar o peso de se viver em uma realidade concreta e as perspectivas de mudança para a capital nas condições oferecidas e acolhidas pelos então moradores.

5.3 Relações Sociais e Humanas: compreensões da cidade

As relações humanas na perspectiva histórico-cultural têm nas interações sociais, mediações que se proponham a compreender a cidade com sentimento de alteridade e afetividade, buscando abranger os inúmeros significados e subjetividades. E o pertencimento já referenciado, para estar inserido nas mediações sociais, passa por compreender como esses sujeitos se entrelaçam, dando forma às redes de relações que se estabelecem na cidade. E a partir disso, inserir os diversos elementos culturais que trazem significado ao dado contexto, conforme expõe o entrevistado Ipê Vermelho:

Ipê Vermelho: *Toda pessoa traz os seus costumes pra cá, e praticam ele muito bem, né?*

Respeitado. Entendeu? E a crença, cada uma tem a sua, né?

Pesquisadora: *Mas como que essas religiões tão diferentes, de pessoas que vem de lugares tão diferentes, convivem nessa cidade?*

Ipê Vermelho: *Por causa do respeito, tem que ter respeito.*

Pesquisadora: *E você acha que tem isso aqui em Brasília?*

Ipê Vermelho: *Olha, no meio em que eu vivo, né, existe respeito, né? Nós temos....eu tenho muito contato com as obras sociais, com as pessoas que fazem, né? E tem respeito. E como eu tenho um acolhimento muito grande, que as pessoas me acolhem com o meu trabalho e tudo, então isso é um respeito grande que tem pelo meu trabalho. Entendeu? De todas as crença. Eu tenho todas as pessoas de religiões diferente, outros que nem tem religião, mas está aí, né? Solidária.*

Vigotski (1998, 2001, 2004) sustenta que o desenvolvimento do indivíduo é um processo construído nas e pelas interações que o indivíduo estabelece no contexto histórico e cultural em que está inserido. E o entrevistado Ipê Vermelho descreveu as compreensões da cidade que ocorreram a partir do processo de interação social, e, portanto, é a partir da inserção na cultura, uma vez que as interações sociais são responsáveis pela aquisição do conhecimento construído ao longo da história. E é a partir das relações sociais, da inserção do sujeito na cultura que este foi se apropriando de novos conhecimentos e assim se desenvolvendo, conforme transcrição da fala do Entrevistado Ipê Roxo:

E assim nasceu a União Planetária, mas nasceu como? Doze pessoas que estavam presentes na audiência, na palestra.... “Eu quero aprofundar esse tema, não me contento, não me contento com uma palestra, eu quero aprofundar”, “Então vamo fazer um grupo de estudos pra estudar”. Fizemos um grupo de estudos que se reuniu semanalmente durante dois anos e meio, discutindo política e espiritualidade. Como? Começamos estudando Platão, depois

Aristóteles, Karl Marx....estudando. Aí vimos que tínhamos que conhecer mais de História, mais de Sociologia, mais de Antropologia, mais de Psicologia, chamamos parlamentares importantes que estão aí pra falar pra nós, Pedro Simon, o Requião, Eduardo Jorge, muitos deles....pra....porque nós estávamos buscando entender o assunto e o que fazer, e o que fazer. E o interessante é que depois de dois anos, nós éramos mais de sessenta nos reunindo, e uma reunião de sessenta fica um pouco complicada porque um fala um minuto e os outros não tem tempo pra falar. Então dividimos em três grupos e aí a partir desse momento nós começamos a fazer reunião de três grupos e lá, seis meses depois, nos reunimos para ver o que que um grupo apurou, o que que outro grupo apurou, com o objetivo de que, tem como fazer uma humanidade digna da raça humana justa, fraterna, feliz, né? E é muito interessante. O primeiro grupo veio....O relator do primeiro grupo dizia assim “nós chegamos a conclusão de que não há como fazer essa humanidade sem mudar o homem. Homens altruístas fariam essa humanidade, homens egoístas fazem o que está aí.”, aí vem o segundo grupo dizendo “Olha, nós chegamos a conclusão de que a questão é pedagógica. Nós temos que ter uma pedagogia de virtudes. Porque as virtudes é que podem estabelecer a evolução humana, nós podemos dizer que o grau de civilização de uma sociedade se mede pelo grau de virtude que a sociedade tem”. Aí vem o terceiro grupo, nossa, o que será que eles vão trazer de....pra esse....já tinha fechado tudo o que a gente....aí vem o terceiro grupo “Nós chegamos à conclusão que enquanto a gente não descobrir que o outro não existe, que o outro faz parte da nossa vida, que nós só existimos por que nos relacionamos com o outro e, portanto, nós somos o outro. E que existe uma unidade da vida, que quando um homem fere outro homem, ele não fere outro homem, ele fere a humanidade inteira, ele fere a si próprio”. Olha que....que conclusões lindas, né? E diante disso disse “Então vamos atuar, vamos....” foi então quando se criou a União Planetária. “Mas o que que nós vamos

fazer?”. Então se decidiu “Vamos defender a paz mundial, vamos defender o desarmamento mundial, vamos defender que os países, ao invés de estarem competindo uns com os outros, estejam auxiliando uns aos outros de mãos dadas. Vamos defender a natureza, o planeta, a vida planetária. Vamos defender a vida de....das nossas florestas, dos nossos rios. Vamos defender a justiça social.” É incrível que a gente possa achar natural viver num mundo em que uns tem muito e outros vivem numa miséria absoluta. Não se trata de tirar dos ricos pra dar pros pobres, não é esse o problema, o problema é dar dignidade, de dar condições pra que não exista miséria, não exista abandonados. Aí se entendeu que era preciso um trabalho forte de divulgação, de divulgação. Porque uma das coisas que nós aprendemos nesse percurso de....que nós fizemos de estudos, que as transformações sociais, elas se fazem primordialmente pela sugestão e pela imitação do exemplo. Então quando vem um programa de televisão e sugere um comportamento, aquele comportamento é alcançado pela sociedade, e a sociedade com uma mera sugestão faz a....

E quando nós podemos ter exemplos, exemplos grandiosos, exitosos, de dignidade, as pessoas também se inspiram nesses exemplos, se chegou até a conclusão de que substancial parte do que a gente vê na mídia, especialmente na televisão, nos filmes, é um veneno pra sociedade. Eu me lembro de um primeiro vídeo que nós fizemos, ele tinha um título.... “Tire o lixo da sala”. O lixo da sala era a televisão. Porque ela, infelizmente, tem programas maravilhosos, mas têm uma maioria de programas que não são criativos, não são dignos, e que sugerem, e que divulgam o mal. Porque a divulgação do mal ela propaga o mal, a divulgação do bem ela propaga o bem, então nós resolvemos trabalhar firmemente nisso. Tivemos o apoio de Hermano Albuquerque, que era um dos donos da TV Mais, que existia aqui em Brasília. Ele nos abriu espaço na televisão e aí nós então embarcamos nisso com

todo o nosso amadorismo e toda a falta de recursos pra um trabalho desse porte, e desse tamanho.

E o entrevistado Ipê Vermelho continua em sua descrição das compreensões da cidade, que vai ao encontro da concepção vigotskiana, em que a mediação é o processo que caracteriza a relação do ser humano com o mundo e com a interação social,

É, justamente aconteceu que....como as pessoas são solidárias....ainda hoje são solidárias. Eu só fiz essa obra grande, tudo isso aconteceu porque pessoas de todos os lugares, anjos....que eu falo que é anjos que Deus colocou aqui, de todos os lugares, de todas as constelações que Deus mandou, me ajudaram. Então, é, eles me ajudaram a construir isso. As pessoas ajudam. As pessoas solidárias, as pessoas boas, que tem essa....esse sentimento de amor pelo outro, ele te ajuda. A minha....a todas....as obras existem porque existem essas pessoas. Porque ninguém faz nada sozinho.

Pesquisadora: *Mas as pessoas estão em todos os lugares, né? Porque*

Ipê Vermelho: *Mas Brasília é melhor, porque Brasília tem pessoas de todos os lugares, e parece que Deus escolheu os melhores pra aqui. Aqui tem pessoas boas, entendeu?*

Pesquisadora: *Eu concordo.*

Ipê Vermelho: *Viu? Aqui Deus colocou todas as pessoas boas, tá? As pessoas....eu até não gosto muito de falar de política nenhuma. A pessoa “Ah, Brasília é lugar de ladrão”, eu digo “não, Brasília é lugar de pessoas boa. Alguns que vem são vocês que mandam”. (risos)*

O entrevistado Ipê Amarelo continua em sua fala sobre as compreensões da cidade, que, interpretadas segundo a concepção vigotskiana, apresenta a mediação como o processo que caracteriza a relação do ser humano com o mundo e as suas interações sociais.

Porque na realidade o ser humano, na minha concepção, ele é muito, muito inseguro, né?

Inseguro contra as intempéries da natureza, das coisas que acontecem, e muito inseguro

sabendo que ele é mortal, né? E isso faz com que haja uma, uma espécie de....de....de....de agregação, de uma pessoa procurar se socializar, formar grupos, pra dar uma segurança contra essa coisa natural de insegurança do ser humano que tem a consciência de que pode acontecer....acontecer algo, e a morte, etc. E o que aconteceu em Brasília quando eu cheguei, é....muita gente tava chegando em Brasília, então havia uma....uma força que estimulava a agregação dessas pessoas, que a maioria das pessoas tinha lá um convívio familiar de onde vinham e chegaram aqui isolados. Então isso, eu acho que agregação ela contribui pra paz, né?

A interação social é visualizada na transcrição do entrevistado Ipê Verde na questão iniciada pela entrevistadora conforme dispomos:

Pesquisadora: Mas conta da vida do senhor. O senhor....qual é o parentesco com o Juscelino Kubitschek? Primo de primeiro?

Ipê Verde: É, porque, deixa eu te explicar. Minha mãe era irmã do pai dele.

Pesquisadora: Ah, a sua mãe é irmã do pai dele....

Ipê Verde: E quando o pai morreu, ele ficava hospedado na casa de mamãe. Papai morreu, um mês depois, aí foi e falou “agora ele é meu filho”. Meu irmão....

Percebemos que o acolhimento entre os candangos era necessário devido que muitos deixavam suas cidades e famílias e para cá vinham desbravar a aventura dos sonhos e conquistas a serem realizadas. O acolhimento deslumbra o aconchego, a linguagem, a interação social por ele vivenciada, ao considerar seu contexto social e cultural (Vigotski, 1998, 2001, 2004) onde ocorre o desenvolvimento do indivíduo. Portanto, por meio das interações sociais estabelecidas ao longo da história de vida, a inserção cultural e social é possível e permite que o sujeito explore as vertentes afetivas e emotivas do seu desenvolvimento, conforme trechos do Diário de Campo da pesquisadora

O fato é que para quem vive em Brasília, a família muitas vezes é composta de pessoas com as quais não existem laços sanguíneos. Sempre chamei de tios os amigos

dos meus pais e os pais dos meus amigos, agora, fazendo estas observações da cidade e diante das memórias despertadas por elas, percebo que chamá-los de tio e tia, não é apenas um modo de falar, eles são realmente as pessoas mais próximas, que me conhecem a fundo e estão sempre dispostas a oferecer suporte emocional. São eles que torceram por mim nos jogos de campeonato estudantil... Me lembro perfeitamente da reação da tia Verinha, mãe da minha amiga Adriana quando viu meu nome na lista de aprovados da UnB. Eu estava dormindo na casa dela e ela me acordou eufórica me felicitando e compartilhando verdadeiramente comigo, daquele momento importante da minha vida.

Me lembro também do Tio José Augusto Pinheiro, que certa vez entrou na quadra onde eu morava dirigindo um ônibus da sua empresa para me buscar para uma viagem de férias ao Rio Araguaia... Eu tinha apenas doze anos e meu pai não queria me deixar ir. Mas ele não teve dúvidas, buzinou, me mandou entrar no ônibus e eu fui, com a roupa do corpo... Depois ele se entendeu com meu pai, que era um de seus melhores amigos e eu passei o mês vestindo as roupas da filha dele, Alessandra, que era minha melhor amiga... E ainda é!

E o entrevistado Ipê Branco continua em sua fala transcrita:

Que eu gosto, muito linda aquela igrejinha....a ponte, aquela ponte maravilhosa....JK....todas elas, mas aquela principalmente, né? Aquilo ali, aqueles arcos, pra mim seria o Arco do Triunfo aqui. Transpondo da França pra cá, seria o Arco do Triunfo, né? O próprio lago, né? O lago com as grandezas dele, as histórias que estão ali, afundadas ali....a água que espelha o céu....o Senado, a Câmara, tudo isso que foi construído, né? Trazem, assim, a certeza da capacidade, da diversidade do ser humano. A feira ali da Torre, né? Aquela Torre ali, com aquelas gemas ali em cima, aquele povo ali fazendo....eu acho uma delícia comer tapioca lá, tem umas senhoras fazendo umas tapiocas gostosas. É onde o artesanato brilha, é onde o ser demonstra e mostra, aliás, a sua

criatividade, a sua capacidade de viver o momento presente, e o grande aprendizado que nós estamos tendo. Sabe o que é pra mim? A solidariedade. A solidariedade graça do planeta, quanto mais nós tivermos menos....

O entrevistado Ipê Roxo também contextualizou que as relações sociais na época da construção envolviam os trabalhadores e os idealizadores, onde tudo era muito próximo, seja a infraestrutura, ou os arquitetos e urbanistas. E todos apesar de virem de vários estados tinham o mesmo objetivo de vida ver a capital do país e da esperança e isso fazia deles um grupo social, o dos companheiros, conforme o entrevistado Ipê Roxo situa no transcrito,

A forma de organização, a forma de vida, a forma de estrutura, e aqui se procurou, inclusive, voltando ao que falamos no passado, de que a vida estivesse mais concentrada nas quadras com atendimento logístico de comércio próximo, sempre, todas as quadras. Grande número delas com escolas de primeiro grau já dentro da própria quadra. Então há um....um conjunto de fatores que trazem esse aspecto novo e de vitalidade. A vitalidade ela sempre está no processo novo de movimento. A vida é movimento, a vida é....a vida é essa atuação de transformação. E acho que o povo brasileiro tem essa vocação e os mais ousados vieram para aqui e trazem esse espírito, esse espírito novo, espírito audacioso, mas não a audácia de passar por cima do outro. A audácia onde a espiritualidade, o companheirismo está em primeiro lugar.

Pesquisadora: *É, isso talvez explique o que eu ia te perguntar agora, que é como que gente tão diferente, vindo de tantos lugares diferentes do país, conseguem conviver harmonicamente aqui?*

Ipê Roxo: *É, eu vou tentar dizer isso e dar uma explicação pra isso. Bem louca, mas na minha cabeça....*

Pesquisadora: *(risos).*

Ipê Roxo: Eu acho que, na sociedade humana, vamo pegar aqui Brasília, por exemplo, tem cerca de 3 milhões de habitantes. Acho que desses 3 milhões, 90% é gente boa, mais (incompreensível), lutando aí pela vida. Mas 10% é de gente boa. Mas desses 10% tem outros 10%, que seria 1%, de gente ótima, e desses 1% que é gente ótima, tem outros 10% que são excepcionais. Então, a gente vê que na soci....isso acontece seja em Brasília, seja em São Paulo, seja no país (nesse momento o entrevistado hesita entre algumas palavras). Brasília como era, assim, a mensagem do novo, a mensagem da esperança, a mensagem da fé, a mensagem da oportunidade, ela atraiu naturalmente o que há de melhor das pessoas do país. Os que vieram lá do Amazonas, do Pará, do Piauí, lá do interior, eram pessoas ousadas, mas dispostas ao trabalho, e quem é disposto ao trabalho é disposto ao companheirismo, a estar junto com os outros. Então, naturalmente, houve uma seleção natural, de almas. Uma seleção natural de almas pra estar em Brasília. E essa seleção natural é que produz essa cidade que tem tanto encantamento e que consegue até suportar os problemas da política nacional que não estão....não estão dentro....

Vigotski (1997) nos ajuda a compreender o que o participante diz, pois o autor sustenta que os processos sociais influenciam as funções psicológicas.

Ao sermos afetados, se alteram as conexões iniciais entre mente e corpo, pois os componentes psíquicos e orgânicos da reação emocional se estendem a todas as funções psicológicas superiores iniciais em que se produziram, surgindo uma nova ordem e novas conexões (Vigotski, 2001, p. 139).

A condição afetiva se configurou como cerne da transformação social e do pensamento de cada indivíduo para a compreensão da cidade. As relações sociais estiveram presentes nas condições afetivas do indivíduo e na sua constituição como agente social e político. O que afetava o

candango e como ele afeta o outro é um terreno fértil para a Cultura de Paz, temática de estudo na próxima unidade de significação.

5.4 Brasília enquanto terreno fértil para a construção Cultura de Paz

A unidade de significação de Brasília enquanto terreno fértil para a Cultura de Paz tem a efervescência dos ditos por todos que aqui estiveram com seus sonhos na construção de Brasília com a dinâmica do nascimento importante da cidade-capital.

Diário da Pesquisadora:

As lembranças da minha vida misturadas aos croquis do Niemeyer. Nesse auditório, aqui dentro do Memorial JK em que me foi concedido o título de Embaixadora do Ministério da Saúde, por causa de uma grande campanha que fiz, de doação de leite materno, encabeçada pela Sociedade Brasileira de Pediatria e FioCruz.

Meu amadurecimento profissional foi diretamente influenciado por minha origem candanga. e agora, a partir desta pesquisa estou trabalhando como Embaixadora da Paz do Distrito Federal.

A nova capital era vista como consagração, ou ainda, ponto de partida de projeto nacional, a despertar ilusões: Brasília, capital do futuro; Brasília, capital da Esperança; Brasília, afirmação da cultura nacional. Pedrosa (1981) destaca que “é muito mais que urbanismo, seria uma hipótese de reconstrução de todo um país” (p. 34), conforme expõe as transcrições:

Ipê Roxo: E a gente fica sem ver exatamente o que que é democracia. E é com esse povo de Brasília tão hospitaleiro, tão ousado, tão ético, tão voltado pro bem, é possível a gente mostrar como a capital da esperança, não só do Brasil, mas do mundo. Porque? Porque aqui tem solo fértil pra se criar uma mentalidade de que nós temos que defender a democracia, mas tanto a democracia da ética, não a democracia do pugilato, do confronto,

não, a democracia de que os mais fortes vencem os mais fracos, como é aquilo que se confunde com o capitalismo que está aí. A democracia tem que ser ética. A base da democracia filosófica é a igualdade, mas não a igualdade imposta, como alguns regimes buscaram a igualdade imposta, não, a igualdade conquistada como valor ético, como valor social. Então, Brasília tem a possibilidade, dentro dessa abertura, desses valores das pessoas que estão aqui, de você, Maria Paula, que é uma pessoa tão linda, tão dedicada ao bem do mundo, né? De mostrar ao mundo que nós podemos fazer uma civilização bela, ética, justa, humana. Claro que é um trabalho e que não se faz da noite para o dia, mas aqui eu vejo o terreno adequado, propício pra isso, pra esse trabalho.

Aspecto que eu vou chamar principal de uma terra abençoada, aonde as energias cósmicas favorecem pra que isso seja aqui. E segundo, pelo seu povo, que é um povo corajoso, ousado e ético. Um povo que não está voltado como muitos outros só pra ganhar dinheiro, pra isso e pra aquilo, pra uma vida hedonista só, não, claro que existe tudo isso, mas existem pessoas maravilhosas que estão aqui, e que podemos citar muitos nomes se quiser, podemos citar nomes, mas aonde se vê que tudo conspira a favor disso. A questão das representações diplomáticas são....nenhum país do mundo tem tantas representações diplomáticas quanto o Brasil tem. O Brasil tem, no seu espírito aberto abriu espaço pra todas as representações diplomáticas. Então, eu vejo que Brasília tem uma missão para com a pátria e para com o mundo, para com o mundo. Que o mundo que seja formatado em cima da ética, da dignidade, não aquela moralidade estreita, não, ética verdadeira, né? E que....e qual país que nós queremos? Em que os mais fortes vençam os mais fracos e se dão melhor e aí então ficam com fortunas e outros passando miséria? Não é essa democracia e essa organização que queremos, mas sim a ética da virtude, que os mais fortes usem a sua inteligência, a sua capacidade, para socorrer os mais fracos, e não para explorar os mais fracos. Então eu vejo

que essa mensagem pode sair de uma forma muito, muito brilhante. E eu, que estou na União Planetária, que é uma entidade que trabalha pela união de todos os povos, eu vejo o seguinte: que é preciso mudar a mentalidade do mundo, né? Do mundo. É uma coisa sem sentido um país competindo com o outro país.

A capital de Brasília traduz em sua historiografia a cultura do comprometimento de promover e vivenciar o respeito à vida e dignidade de cada indivíduo. Isto mediante, o pensamento e a ação contida nos manifestos de construção da cidade.

As crenças, valores e costumes assumiram a prática da não-violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, o que pressupõe que a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça estivessem contidos na cidade que foi construída com planejamento, conforme podemos verificar nas transcrições do Ipê Branco, do Ipê Amarelo e no Diário de Campo da pesquisadora.

Pesquisadora: E os valores, crenças e costumes que você considera importantes na vida cotidiana de Brasília?

Ipê Branco: A ética. A ética, a ética verdadeira, a ética no sentir, no fazer. A ética aprendida dentro de casa com os pais. A ética espiritual que tem no Sermão da Montanha, o exemplo mor, em Pietro Baldi, que veio para o Brasil. A cidadania vivenciada por tudo e por todos na essência do ser. É trazer à tona a possibilidade do real sentir, do real viver. É uma coisa que não está por construir, porque já é. mas é aquela história, pode ser até um delírio de viver, mas o que importa é que é, e tá sendo.

Ipê Amarelo: Então isso, eu acho que a agregação ela contribui pra paz., o ser humano precisa, precisa de....de....por causa dessa insegurança, é... inconsciente até, não fica pensando nisso, não fica com medo, ela precisa....ela precisa se....(nesse momento o

entrevistado hesita entre algumas palavras) torcer prum time de futebol, ela precisa ser dum partido político, ela....ela....isoladamente ela se sente desprotegida.

Diário de Campo: Penso que podemos começar a mudança de nosso destino devolvendo à nossa bandeira a palavra amor, ao invés de “ordem e progresso” devia ser “amor, ordem e progresso”. Porque que a gente tirou o amor da nossa bandeira? Porque que a Praça dos Três Poderes não é a Praça da Harmonia entre os Três Poderes? Minha busca com essa pesquisa é ter entendimento do quanto a gente desta cidade pode ser o farol dessa nação, o farol desse planeta. Brasília foi criada para ser o farol do planeta, pra iluminar todo mundo. Quando eu penso nas superquadras, naqueles prédios todos com os pilotis abertos, no quanto já brinquei por ali com as minhas amigas. Eu tinha uma grande amiga Maristela que morava na 208, e a gente brincava tanto de baixo do prédio dela. Brincava de polícia e ladrão, pique pega, pique esconde, pique bandeira, todos os piques. E a gente convivia e é tão lindo porque quando conceberam o Plano Piloto, era pra ser uma área de convivência harmônica e que não promovesse a segregação, o plano inicial era esse. Por isso que o solo é publico, Para que todos possam brincar juntos e penso que essa é a verdadeira Cultura de paz. A possibilidade de você sair do próprio umbigo e ver que tem o outro. Mas Para que isso possa ser construído há que se retomar o nosso projeto inicial de capital.

Nesses meses em que estive na cidade, fiz muitas palestras: Na Ceilândia com o Movimento Jovens de Expressão, fiquei com o coração partido de ver a pouca estrutura em que aquelas pessoas vivem. São lindos, são jovens maravilhosos, cheios de criatividade, tão muito bem, não estou querendo vitimizá-los. Mas o acesso é muito restrito. São poucos daqueles jovens que tão na UnB como meus colegas, são poucos. Eu fui na Estrutural também, ai, que dor, aquelas crianças que desmaiam de fome no meio da aula, que mal conseguem aprender

porque tão com a barriguinha vazia. Em Taguatinga vi tanto uma coisa linda que é a colaboração, as pessoas verdadeiramente solidárias umas com as outras, com histórias de vida incríveis, mas também tanta dificuldade, tanta exclusão. Eu fiz também um Workshop de dois dias com jovens acolhidos que são crianças que não tem nem pai nem mãe ou o pai e a mãe tão presos. São as chamadas crianças institucionalizadas. Vi tanta cicatriz, tanta dor, tanto abandono.

A cada dia que prossigo nesta pesquisa, observo o quanto é mais complexo do que eu imaginava. Eu tinha uma imagem idealizada de Brasília que era o que eu guardava da minha infância, que foi o que me constituiu. Uma cidade em que seus habitantes tem acesso constante à beleza. Um povo criado com os traços, as linhas e as curvas maravilhosas de Niemeyer, os murais de Athos Bulcão. Uma população que vive em superquadras, onde se encontram paredes inteiras de Athos Bulcão.... na UnB também, os alunos tem a oportunidade de transitar por um campus muito belo, por exemplo, dentro da faculdade de educação, tem uma parede feita por Athos Bulcão. Conviver com essa beleza toda amplia os horizontes. Seja rico, seja pobre, qualquer um que andar pela cidade é impactado pelo poder do belo. Imagino que o impacto intelectual, o impacto emocional, o impacto espiritual que a beleza nos causa deva possibilitar novas possibilidades de desenvolvimento humano. O quanto Brasília me educou e me educa até hoje para o altruísmo. E eu tinha essa imagem muito cristalizada e achava que era assim. No começo até falava na vocação de Brasília enquanto capital da paz. Hoje apenas questiono. Não sei mais se é vocação, botei um ponto de interrogação no título. Tirei a palavra vocação do texto, reescrevo constantemente minha pesquisa. Porque o que eu vejo é que existem pessoas que tem isso dentro de si e que se colocam a serviço. Mas são raras, principalmente aqui no Plano Piloto, são raras. O que fazer pra despertar em todos, essa vontade de construir uma sociedade melhor?

Como retomar uma sociedade que preza a dignidade? O comprometimento com a verdade, com a retidão, com a honestidade, com a construção? Precisamos nos reeducar exatamente como fizemos com a faixa de pedestre. Quem sabe fazendo campanhas pra cultura de paz?

O poder da palavra é miraculoso! O que falamos se manifesta na realidade. Então precisamos começar a falar mais da paz, dar mais visibilidade às iniciativas de paz, mostrar os pequenos heróis da vizinhança. Me refiro à aquela pessoa que vê uma briga e ao invés de virar de costas e falar “não tenho nada com isso”, vai lá e interfere, grita, pede ajuda. Vai lá e faz com que aquela cena seja reescrita. Essa pessoa se torna um herói em sua vizinhança.

Precisamos estimular isso em todas as esquinas, em todas as vizinhanças, em todas as praças, em todas as casas, em todos os corações. É assim que vamos nos estabelecer enquanto sociedade pacífica, respeitadora dos direitos uns dos outros, das limitações uns dos outros, das diferenças, das culturas. Não só respeitar, mas apreciar o diferente. Compartilhar saberes! É essa a minha busca, é essa a minha investigação.

Sempre soube que eu nasci da promessa de Brasília enquanto uma plataforma pra ascensão dos valores da nação, pra ascensão da sociedade, da civilização, da nova civilização, de um povo verdadeiramente bem-intencionado, e capaz de praticar diariamente a retidão, o exercício da construção das virtudes e sinto que é isso o que precisa ser retomado uma vez já está presente na imagética da cidade.

Esteve sempre presente nas conversas, no diálogo, Brasília como transformadora da vida da sociedade para a cultura de paz, com ações sociais e educativas, tais como Rodas da paz e Campanhas da Faixa de Pedestre que contribuem para a paz no trânsito em Brasília. Isso remete a Vigotski (2008) “é com a linguagem que pensamos e dela nasce à lógica com que deciframos o mundo” (p.36). Referenciamos a capital do país, pelo desenvolvimento do pensamento é

determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos lingüísticos do pensamento (Vigotski, 2008), que são construídos a partir da concretude da experiência histórico-cultural dos candangos e brasilienses.

A experiência de vida de cada indivíduo é um processo ativo, onde a sociedade envolvida adquire seus próprios conceitos apelando para similaridades, diferenças e características especiais dos objetos e eventos. A cultura de paz implica no esforço para modificar as ações e o pensamento das pessoas no sentido de viver e falar da não violência. Na capital do país onde se situam várias representações diplomáticas, diversas culturas nacionais e internacionais, formando um mosaico sincrético de cultura e de religião convida a refletir sobre espiritualidade e reconhecimento radical do outro em sua diversidade, sendo um terreno fértil para a cultura de promover a paz.

Dupret (2002, p. 66) salienta que “o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta, precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem”. Na capital do país encontramos um aglomerado urbano devido o crescimento acelerado da população que não destoa do início da construção que indivíduos vinham de vários estados. Mas, o que percebemos no meio social e ambiental é a falta da presença da paz em nós, entre nós, entre nações, entre povos.

Brasília não nasceu de um conflito, ou de uma guerra, como muitas outras cidades, e sim de um sonho que foi motivador da mudança social e um elemento criativo essencial nas relações humanas. Entretanto, temos na capital do país uma das maiores favelas da América Latina, a comunidade Sol Nascente, a apenas 32 quilômetros da Praça dos Três Poderes, onde se tomam todas as decisões da República, situada na RA da Ceilândia (Borges e Martins, 2017).

Para os migrantes que aqui chegam e não conseguem se estabelecer, há a dificuldade de criar vínculos sociais e afetivos e a “tensão da experiência da despersonalização da migração originam um grande número de doenças psíquicas” (Costa e Barroso, 2017, p.227).

Ao utilizarmos o termo *Brasília: Cultura de Paz* devemos compreender que tentar erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, lutando para atingir um desenvolvimento sustentado e o respeito pelos direitos humanos, reforçando as instituições democráticas, promovendo a liberdade de expressão, preservando a diversidade cultural e o ambiente é imprescindível. Por fim, a terminologia da cultura da paz tem relação direta com os valores humanos que precisam ser colocados em prática, a fim de passarem do estado de intenção para o exercício da ação, transformando-se, concretamente, em atos. Tais valores, que se traduzem em éticos, morais e estéticos, nos encaminham para o despertar de expressões de amor e manifestações de reconhecimento radical do outro.

A busca da paz constitui-se como uma questão econômica, política, social, ética, estética. Como um processo que envolve as mais diversas dimensões da existência humana, desde as relações concretas do cotidiano, até a construção de um *ethos* amoroso e solidário do humano.

5.5 Brasília: mística e religiosa

Conforme já referenciado na fundamentação teórica, a Via Láctea foi usada como base para construção de Brasília. Com base na Via Láctea, os engenheiros demarcaram os pontos que orientaram as edificações que deram singularidade à capital da República. Documentos mostram como o plano urbanístico de Lúcio Costa saiu do papel sob orientação dos astros.

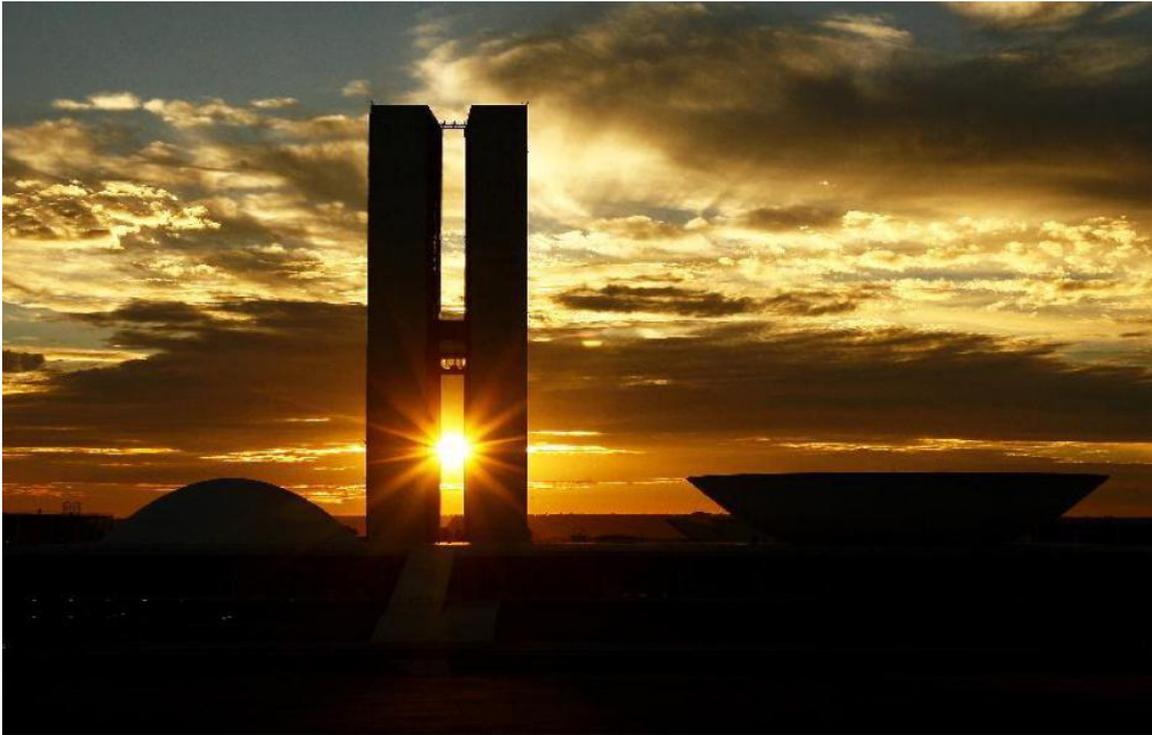


Figura 13: Brasília: Mística e religiosa

As falas dos entrevistados ressaltaram aspectos de Brasília desconhecidos da nação brasileira. Peculiaridades ligadas à magia das pirâmides, astronomia, alquimia e poderes sobrenaturais envolveram a construção desta cidade e grande parte de seu povo sente enorme curiosidade sobre os mistérios de Brasília. Mesmo para quem não transita pelas rodas cujos temas são o universo místico da capital, uma aura de curiosidade exala, trazendo questões metafísicas para a discussão.

Ipê Roxo: Um dado muito interessante, eu conversando com o embaixador de um país, ele me disse “Quando nós vamos verificar qualquer local, seja da Europa, na Ásia, na África, sempre são lugares em que a terra foi manchada de sangue.” Brasília nem índio tinha aqui, nem índio tinha aqui. De maneira que foi uma terra que nunca foi banhada de sangue com lutas, né? É uma....é uma terra abençoada, né? Há uma história que....que eu conheço e vou aproveitar pra contar, essa história me é contada por Ursula Grattapaglia, que é uma

alemã extraordinária, que junto com o seu marido Giuseppe Grattapaglia, eles sempre deixaram o conforto da Europa que tinham, ele um dos mais importantes engenheiros da Fiat, e ela uma poliglota que fazia....

Pesquisadora: *Traduções.*

Ipê Roxo: Traduções para as diversas línguas que ela conhece. E eles abandonaram aquilo para vir servir aqui e criaram a fazenda Bona Espero em Alto Paraíso. Embora não seja exatamente Brasília, mas pra mim tudo está ligado, tá ligado. Ela me conta que um dia estando no vôo, do seu lado tinha um senhor, e que vendo ela lendo um livro que era em esperanto, perguntou que livro era aquele, de que língua era, de onde ela era, e ela disse que “Ah, eu sou de um lugar que o senhor não conhece”, uai, disse “Não, eu conheço o Brasil todo, conheço tudo”, aí disse, “Ah, eu sou de Alto Paraíso”, “Ah, eu conheço muito Alto Paraíso”, “Mas como que tu conhece muito Alto Paraíso”, disse “Eu era piloto pessoal do Juscelino Kubistchek. Eu era o piloto que estava sempre levando ele de um lado para o outro. E ele sempre me levava a Alto Paraíso, com pequenos aviões, claro”....

Pesquisadora: *O Juscelino Kubistchek ia pra Alto Paraíso?*

Ipê Roxo: Juscelino Kubistchek. Ia pra Alto Paraíso. “E descia numa pista que está ali, tem o Morro da Baleia, tem a pista assim”, descreveu a casa, e ela disse “essa pista está na nossa propriedade, está em Bona Espero”.

Pesquisadora: *Gente, que coincidência.*

Ipê Roxo: “Está na nossa propriedade”. E ele disse “Mas que coisa fantástica”. “Mesmo depois que resolveram que Brasília seria onde está, porque ele sonhava que fosse em Alto Paraíso, a capital da República, ele várias vezes veio comigo aqui e disse ‘Brasília está ali, será a capital do Brasil, mas a capital espiritual do Brasil vai ser aqui em Alto Paraíso’”.

Pesquisadora: *Olha que interessante.*

Ipê Roxo: *Olha que coisa fantástica.*

Pesquisadora: *Fantástico, né? Porque tem uma energia....*

Ipê Roxo: *Uma energia mesmo, né? Uma energia.*

Pesquisadora: *Sim.*

Ipê Roxo: *Outra informação que me deram, eu não sei até que ponto é verdadeira, de que quando começaram a construção do Congresso Nacional, que depararam, quando começaram a fazer as fundações, com cristais e que, então disse “aqui embaixo tem uma mina de cristal”. E chamaram Juscelino “o que que a gente faz? Vamo mudar? Ou?”, ele disse “Não, construa em cima da mina”.*

Pesquisadora: *Ah, (risos) aí explica então, porque, né? O porque dessa....da mística, né? Que envolve a cidade, que envolve os habitantes daqui. Eu queria que você me falasse um pouco sobre coisas de Brasília que tem só aqui, que em nenhum outro lugar você pode encontrar.*

Ipê Roxo: *Bem, eu acho que Brasília tem coisas muito especiais. Primeiro eu diria que tudo que é bom frutifica. Eu to envolvido com um trabalho, que sempre está voltado pras coisas do bem, positivas, encontro sempre as portas abertas, escancaradas. Escancaradas. Quando eu vou fazer o mesmo trabalho em outras cidades, mesmo com toda a beleza que elas tem e encantamento, eu nunca tenho as oportunidades tão grandes de aceitação de um trabalho aberto, holístico, espiritual. Sem fanatismos, mas voltado pro belo, pro bem, pro nobre, pro ético. Eu acredito que Brasília e o Brasil podem mostrar ao mundo uma nova face dos relacionamentos humanos, da organização social, especialmente no que diz respeito à democracia. Porque a gente ainda vive num período de, a gente diz que, tal país tá invadindo tal país em defesa da democracia.*

A identidade da cidade Brasília: mística e religiosa tem um significado cultural e socialmente atribuído, em que os trajetos históricos trazem as marcas de suas origens, seus estágios, afetos e sentidos (Costa e Barroso, orgs, 2017).·E no diário de campo da pesquisadora encontramos:

Nas fotos tiradas pelo telescópio Hubble, o planeta terra tem uma região que emana um brilho intenso visível do espaço sideral! Essa região é aqui. A própria construção da cidade tem para além da modernidade das formas, significados mais profundos relacionados aos mistérios da geometria sagrada. É incrível saber que existe uma cidade egípcia, descoberta há pouco tempo pelos arqueólogos, que tem muitas, mas muitas semelhanças com a capital do Brasil.

a cidade egípcia de Akhetaton foi construída há 3750 anos para dar início a uma nova era, sem corrupção nem guerras. As coincidências começam pelo traçado urbanístico da Brasília de hoje e da Akhetaton da antigüidade. Brasília tem forma de avião, (O famoso plano-piloto...) será que não é forma de um grande pássaro com as asas abertas? Lá o formato é da deusa egípcia Ísis, esposa de Osíris o falcão alado e mãe de hórus, na mitologia ... as duas cidades têm precisamente 16 quilômetros de envergadura.

As duas cidades são cidades planejadas e foram construídas mesmo no centro dos respectivos Países em 4 anos; Akhetaton, 4 anos também...

tem como base duas avenidas largas e espaçosas que se cruzam: o Eixo Rodoviário, na posição norte-sul, e o Eixo Monumental, na leste-oeste. A curva das suas asas sugere um grande pássaro. A cidade de Akhetaton, traçada à semelhança de um pássaro, tinha avenidas largas e espaços vagos entre as construções para que o deus Sol estivesse sempre presente entre eles.

Brasília e Akhetaton são voltadas para o infinito e para a imensidão. "O céu é o mar de Brasília", disse o urbanista Lúcio Costa. Akhetaton era a cidade do horizonte e do sol. O horizonte sem fim é uma das marcas de Brasília.

Os indivíduos se moldam, elaboram e reelaboram as teias que os ligam e uma mensagem se sobressaiu na fala do entrevistado Ipê Vermelho, que extrapola o sentido de religiosidade. É sobre o poder da gratidão, sobre o contentamento com o que se tem, com o que se é. Uma verdadeira semente de sabedoria, que irá crescer e florir nesta dissertação.

Ipê Vermelho: Eu quero que essa semente, caia no coração das pessoas, e ela faça isso florescer, né? E deixe aquele lado de....se questionar, de....de reclamar, e de....de querer, de querer, de....né? Pra outro....ser feliz. Pra dizer "Graças a Deus. Nossa, como eu sou feliz.". Só em viver e ter o dom que Deus deu, esse presente da vida, já é um milagre, entendeu? Então, porque tanta coisa que....querer, querer, e não aproveitar a vida, não ser feliz?

Pesquisadora: Isso. Vamos ser feliz!

Ipê Vermelho: Justamente.

Pesquisadora: Obrigada meu amor. Te agradeço demais! Adorei nossa conversa!

Ipê Vermelho: De nada.

A percepção humana dos moradores da capital denotam expressões arquitetônicas que traduzem em valores para saber viver em uma nova concepção de vida. Lima e Franciconi (2015, p. 2), destacam que “o principio básico é o da interação, atividades compartilhadas entre pessoas, e o principal paradigma preconizado é o da mediação, pois, a relação do ser humano com o mundo não é direta. São mediadores por excelência, a cultura, o outro social, os instrumentos e os signos”. O entrevistado Ipê Roxo contextualizou em sua transcrição sobre a interação social mediada por uma

palestra realizada e uma passagem de sua infância em que a mãe o ensinou a rezar para os prisioneiros,

Ipê Roxo: Eu um dia fiz uma palestra sobre dois pontos que sempre me tocaram muito, que é a espiritualidade e que é o trabalho social. A palestra se chamava “Política e espiritualidade”, a palestra era muito simples, ela dizia que o político que não fosse humanista, não tivesse voltado para a sociedade, não tivesse espiritualidade dentro de si, tanto faz que de uma religião ou de outra, mas não tivesse esse amor pelas pessoas, pela vida, pela coletividade, ele seria um mau político. E que o espiritualista que ficasse rezando e, mas não tivesse as suas mãos prontas para servir, ele também não seria um bom espiritualista, e que espírito político e espiritualidade ao invés de estarem em foco, não se complementam, e que nós temos que fazer esse casamento, um casamento da política com a espiritualidade, da espiritualidade com a política. E esse casamento exatamente através de uma organização social digna da raça humana.

Ipê Roxo: Eu diria o que a minha mãe me disse, quando me ensinou a rezar pelos prisioneiros: “Nós os chamamos de marginais, mas com regra eles foram marginalizados, são vítimas de uma sociedade cruel e injusta e desumana”.

Demonstramos com a transcrição anterior do Ipê Roxo que a expressão máxima da cultura de paz acolhe até mesmo os agressores por terem noção de que estes também são vítimas. Devemos aprender a viver com a diferença e ensinar também esta ação.

O sentir, o pensar de Brasília sendo uma cidade inspiradora em religiosidade que engrandece e enaltece vários indivíduos é descrita pelo Ipê Branco,

Bom, o que eu sinto de Brasília é que é uma cidade luz, é uma cidade planejada em outros....outras esferas. Juscelino pra mim é....vou falar o que eu sinto....é um ícone....perene. Ele....eu acredito em vidas passadas, né? Eu sei que eu estive no Egito e eu sinto

que de fato ele seria uma presença daquela época aqui na figura de Juscelino, minha avó amava Juscelino, me lembro que ela até teve uma vez uma coisa de ter recebido uma carta dele, sabe? Eu vejo que todo o labor desse povo todo que construiu Brasília, porque eu tenho um respeito pelos trabalhadores, que eu não chamo mais de trabalhadores, os que trabalham (incompreensível)...os realizadores, eu to vendo dois ali em cima, olha lá, construindo, tá? Esses são os verdadeiros heróis que construíram o que a mente grandiosa de construtores que faziam lá no papel, fazem e estruturam, eu nem sei citar os nomes todos, né, que tão aí, mas esses sim. E a miscigenação que ocorre desde sempre, porque a gente....todos os lugares do Brasil, né? Muitos vieram pra cá sem vontade de vir, mas conseguiram entender, e aqueles que vieram ao chamado, permanecem, enaltecem, engrandecem e agradecem Brasília.

A compreensão dos aspectos da religiosidade e do misticismo é bem descrito no Diário de Campo nas relações entre pensamento e fala, de certa forma retoma as reflexões anteriores sobre as relações dialéticas entre coletivo e singular, sujeito e cultura, apresentando-as sob a égide de uma unidade, a saber, os significados ou sentidos. Significados e sentidos, por sua vez, são produzidos por sujeitos em suas complexas relações, via atividade que é marcada pelas trajetórias e experiências de cada um e de todos e ao mesmo tempo pelas condições e características do contexto histórico em que vivem. Desse modo, toda e qualquer atividade humana foco de investigação psicológica requer, para sua compreensão e explicação, o olhar sobre os sentidos que têm para os sujeitos em relação, olhar esse que considere a indissociabilidade de sujeitos, de suas condições de possibilidades e a realidade histórica do contexto do qual ativamente participam, conforme descrito:

Dou início a estas reflexões a partir do circuito de igrejas de Brasília e a primeira escolhida é a Igreja Dom Bosco. Assim pretendo honrar o sonho de Dom Bosco, bem como o sonho de nosso povo, em criar uma nova capital, capaz de dar origem a uma nova nação.

Finalizando o Diário de Observação da Cidade, temos a Catedral Rainha da Paz. Comecei com uma igreja e vou terminar com uma igreja quero fazer essa visita porque é muito simbólica. Nem sei bem se aqui é o começo ou o fim da Esplanada dos Ministérios. Talvez em alguns dias seja o começo e em outros o fim.

“Em 1991, o Papa João Paulo II realizou celebração eucarística na Esplanada dos Ministérios para a qual Oscar Niemeyer, que nasceu em 1907 e morreu em 2012, desenhou o pódio retangular coberto por uma estrutura metálica de duas águas, com forma de tenda militar. Por ação de Dom Geraldo Ávila, que nasceu em 1929 e morreu em 2005, então Arcebispo militar do Brasil, a estrutura foi doada para a construção da Catedral Militar de Brasília. Em 1993, foram elaborados os projetos de adaptação. Em 12 de dezembro de 1994 Dom Geraldo inaugurou a Catedral, na qual seu corpo está sepultado.” Isso me trouxe a lembrança de uma vez que eu fui lá na Ermida Dom Bosco com minha mãe e fomos andando até uma linda capelinha que apesar do mato crescendo em volta, enfeitava a paisagem. Os traços arquitetônicos ainda mais lindos em meio ao descaso das autoridades. Tiramos muitas fotos naquela ocasião, eu e minha mãe.

Vou terminar minha observação fazendo uma oração pra mãe de Deus.

Ave Maria, cheia de graça, o senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres, bendito é fruto do vosso ventre, Jesus. Santa Maria mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora de nossa morte. Amém.

E assim, eu, Maria Paula Fidalgo, mãe de Maria Luiza Fidalgo Suplicy e de Felipe Fidalgo Suplicy, encerro o meu Diário de Observação da Cidade, enquanto pesquisadora de Mestrado da Universidade de Brasília, com muita gratidão, com muito amor. Salve Brasília!

A esse respeito, Vigotski afirma que: “o sentido da palavra é ilimitado. A palavra ganha sentido no contexto da frase, mas a frase ganha sentido, por sua vez, no contexto do parágrafo, o

parágrafo o deve ao contexto do livro e o livro o adquire no contexto de toda a criação do autor” (1991, p. 333-334). E o sentido do pensamento de Brasília ganha movimento na entrevista do Ipê Vermelho:

E como é uma vida....é, graças a Deus. Eu quero que essa semente, caia no coração das pessoas, e ela faça isso florescer, né? E deixe aquele lado de....se questionar, de....de reclamar, e de....de querer, de querer, de....né? Pra outro....ser feliz. Pra dizer “Graças a Deus. Nossa, como eu sou feliz.”. Só em viver e ter o dom que Deus deu, esse presente da vida, já é um milagre, entendeu? Então, porque tanta coisa que....querer, querer, e não aproveitar a vida, não ser feliz?

Estudar os fenômenos em movimento é o mesmo que dizer que os estudamos historicamente, pois se compreende a historicidade dos processos como movimentos dialéticos, marcados por oposições, concordâncias, simetrias e assimetrias, enfim, tensões que se objetivam em sínteses inexoravelmente provisórias. O sujeito, nessa perspectiva, apropria-se da realidade nos aspectos que lhe são significativos, sendo a maneira como se apropria única e fundamento de sua própria singularidade.

Desta forma, a história é para a Psicologia Histórico-Cultural o próprio movimento em que o sujeito, ao se apropriar, recria a realidade cotidianamente. Esse movimento por sua vez se objetiva em práticas sociais diversas que se apresentam como sínteses que contemplam aquilo que é passado no que é presente, o que, por sua vez, se funda em um projeto de futuro, constantemente atualizado. Afirma Vigotski que: “A luz da história ilumina o presente e nos encontramos simultaneamente em dois planos: o que é e o que foi” (1995, p. 65), planos esses que dão (in)finitas possibilidades para o que pode vir a ser.

Nesta pesquisa, pudemos construir uma compreensão sobre Brasília como contexto de, desenvolvimento humano, na perspectiva de uma Cultura de Paz, a partir de pesquisa documental, observações e percepções e sentimentos registrados no Diário de campo, e a partir das entrevistas com os participantes. Assumindo a teoria histórico-cultural de Vigotski, nossa construção levou em conta a história da cidade, a singularidade da experiência dos participantes da pesquisa e suas histórias pessoais, o que permite que compreendamos que as concepções e práticas expressas por cada uma das pessoas entrevistadas foram construídas no cotidiano de sua experiência como candangas ou brasilienses. Assim, a pesquisa obteve uma diversidade de posicionamentos sobre a cidade, uns mais apoiados em visões políticas ou econômicas, outras mais místicas ou religiosas, outras culturais. No entrelaçamento desses posicionamentos, a cidade e o cidadão se constituem mutuamente.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da trajetória percorrida pela pesquisadora durante um curso de mestrado faz com seja ressaltada a necessidade de dar sentido a cada etapa da construção de conhecimento sobre o tema.

Neste sentido, nosso esforço se inicia levando em conta que o desenvolvimento humano se dá por meio tanto das mediações culturais, como das relações sociais, descritas sob a ótica dialética da teoria marxista que dá suporte ao olhar da psicologia histórico-cultural de Vigotski (1896-1934).

Nosso estudo parte deste aporte teórico, que leva em conta a importância da conquista de maior equilíbrio entre as classes sociais para que se alcance um contexto de desenvolvimento humano na perspectiva de uma Cultura de Paz.

Foi neste sentido que consideramos a concepção e construção da cidade de Brasília como marco histórico, buscando analisar o sentido da proposta do título: *Brasília Capital da Paz*, para o biênio de 2017/2018, proposto em Maio de 2017, pela união das cidades capitais ibero-americanas em Madri.

Ressaltamos a importância da cidade enquanto instância de socialização por oferecer referências fundamentais para a constituição da subjetividade e para a forma como o sujeito se conduz na busca do desenvolvimento de seu projeto de vida.

Elaboramos a pesquisa levando em conta a constituição do sujeito e seu propósito na sociedade, suas características e especificidades em relação ao fato de ter nascido em Brasília ou participado da construção da capital.

A jornada histórica da transferência da capital para o interior do país, começa na primeira Constituição escrita logo após a independência da República Federativa do Brasil, mais de um

século antes de ser efetivamente concluída. A necessidade de desbravar o interior inalcançável do país e integrar os povos de todos os estados dessa grande nação foi alcançada.

A construção da capital em curto espaço de tempo e os fatos ocorridos nos mais de cinquenta anos transcorridos desde então, permitiram que ela se tornasse palco de iniciativas capazes de sustentar esforços significativos na construção da cultura de paz.

As falas emocionantes dos pioneiros participantes deixaram claro o quanto os laços afetivos de amizade e solidariedade foram estabelecidos entre os que aqui vieram construir suas vidas. Brasilienses e candangos, com suas matrizes fundadas na diversidade de raças, credos e culturas, contribuíram para a chance de estabelecer entre si vínculos profundos, comparáveis aos familiares. A esperança nunca abandonou quem veio para Brasília construir a nova nação!

Comprendemos através das histórias de vida narradas pelos entrevistados, que o alicerce fundamental desta grande aventura foi, é e será o sonho! E assim, chegamos à conclusão desta pesquisa: estamos diante da síntese, entre a utopia da cidade igualitária que atraiu pessoas do país todo e a dura realidade opressora vivida, especialmente pelos operários, para que a cidade fosse construída.

Ao mesmo tempo, o sonho idealizado a partir de boas intenções, tanto do povo sofrido que abandonou suas vidas em seus estados natais para construir a capital, ganhando assim, identidade, pertencimento e autoestima; quanto dos construtores que projetavam na construção da nova capital, a chance de reinventar a nação.

A dialética do materialismo histórico se mostra pertinente em diferentes aspectos levantados pelos resultados da análise das informações. O sonho que moveu essa grande empreitada, se apresenta como elemento ao mesmo tempo de alienação e de libertação. Alienação, na medida em que os operários assumiam um trabalho sob condições, muitas vezes indignas e sem poder usar a liberdade de escolha. Usando uma analogia simples, eram peões num jogo de xadrez cujas regras

não alcançavam. Por outro lado, e simultaneamente, estavam vislumbrando uma grande oportunidade de se reinventarem e escaparem das condições por vezes também alienantes, humilhantes e indignas. Observamos em termos práticos o pressuposto do materialismo dialético de que nada é bom ou mau em si. A tensão entre os dois opostos: a possibilidade de se criar uma condição digna para a pessoa que se coloca a serviço da nação e ao mesmo tempo, essa mesma pessoa sendo colocada em condições indignas, quase desumanas.

As contradições explícitas encontradas no sentimento de pertencimento humanizador, do ser humano que se vê como fazendo parte da construção da ‘nova civilização’, ao mesmo tempo em que vive o desconforto, a saudade de casa e a dor ao desempenhar suas funções. E ainda, a grande contradição de encontrarmos uma pesquisadora do gênero feminino desvendando mistérios e segredos relacionados aos candangos, que pertencem a um universo reconhecidamente masculino.

Compreendemos que a Paz, portanto, surge como uma perspectiva, um horizonte, um processo de construção a partir da superação do conflito, da contradição, da indignidade. A Paz não existe em si. Existe sempre como conquista, em oposição à violência, e à exclusão.

A subjetividade coletiva, construída na relação com os outros, proposta por Vigotski (1896-1934), mostra que o contexto do desenvolvimento humano não é uniforme e considera que essa relação pode ser desenvolvida de modo a cultivar a paz, ou não.

Consideramos ter havido um momento fundamental na pesquisa. O momento da perda de ingenuidade da pesquisadora ao se deparar com a necessidade de mudar o título, que a princípio era uma aposta no sentido de que esta era sim, a Capital da Paz, até a necessidade de acrescentar um ponto de interrogação no título, que afinal ficou sendo: *Brasília, capital da Paz?*

Aí a construção de conhecimento se iniciou de fato, com a *perijivane* da pesquisadora, que partiu para campo em busca de uma visão construída sistematicamente no processo de pesquisa, que

alargasse seus horizontes sobre o tema. Como estava previsto na metodologia assumida, a pesquisadora atuou, ao mesmo tempo, como participante da pesquisa.

Novamente temos aqui um processo de transformação dialético, que envolveu as decepções e a necessidade de reelaboração ao mesmo tempo em que possibilitou novas descobertas. Aproveitando a dupla condição de pesquisadora e pessoa pública, investida de uma nova postura, aberta ao desconhecido e às novas possibilidades, empreendeu diversas palestras sobre cultura de paz na periferia da cidade, desvendando novas perspectivas acerca da complexidade das relações humanas, ampliando assim, sua visão de mundo.

Diante destas elaborações, pensamos ter contribuído para a construção de uma visão sobre a questão da subjetividade e do sentimento de pertencimento dos indivíduos que nasceram e/ou moram na cidade de modo a se apropriarem de sua identidade. Este processo mostrou-se aberto a várias possibilidades de construção de cidadania e de pertencimento.

Considerando o objetivo proposto para a pesquisa, consideramos que assumimos Brasília como contexto de desenvolvimento humano, oferecendo uma compreensão ampla e complexa dessa sua condição. Com suas especificidades enquanto cidade e capital do país podem ser assumidas como a realização de sonhos e melhoria de vida, muito embora os sonhos de uns se concretizem à custa da exploração de outros. Pode ser concebida por sua origem e vivência ligadas ao misticismo e à espiritualidade, dependendo da experiência e das crenças de cada cidadão. Considera-se, enfim, que o título Brasília, *Capital da Paz* pode-se aplicar à cidade, desde que se entenda essa designação como colocada em um horizonte de possibilidade, uma proposta de superação das condições de desigualdade, de exclusão e injustiças, e de fomento a uma educação em e para a paz e os Direitos Humanos.

Pensamos ter contribuído para a construção de uma visão epistemológica, ética, estética e política do desenvolvimento humano e da construção da cidadania, baseada na perspectiva

histórico-cultural. Enfatizamos a importância da subjetividade e do sentimento de pertencimento, desenvolvido com base na experiência das pessoas que nasceram e/ou moram em Brasília, de modo a se apropriarem da cidade e construírem sua identidade conscientemente, sem a necessidade de assumirem uma identidade homogeneizada, a partir de chavões e preconceitos.

Ressaltamos a importância deste trabalho como estímulo para que os educadores da cidade, por sua vez, tenham acesso a estudos como este, com a intenção de promoverem nas crianças candangas/brasilienses a consciência de sua identidade enquanto cidadãos de Brasília, a Capital Federal da República.

Reconhecemos as limitações da pesquisa ao abarcar apenas o contexto do Plano Piloto, apontando para a necessidade de novas pesquisas que possam ampliar a área a ser estudada, incluindo as demais regiões administrativas do Distrito Federal.

Para finalizar, consideramos oportuno comentar que a pesquisadora, investida da força da construção desta dissertação de mestrado, irá enriquecer o universo simbólico deste país, ao se colocar no cenário artístico de modo a ampliar as perspectivas de quem tem contato com ela por sua atuação pública, agora enquanto mulher, atriz, apresentadora de TV, mãe e pesquisadora.



Figura 14: Monumentos “Os Candangos”

REFERÊNCIAS

- Alberti, V. (2013). *Manual de História oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Amaral, G. (2014). *A Categoria Trabalho em Marx: alguns apontamentos sobre sua centralidade ontológica*. São Paulo: UNESP.
- American Psychological Association. (2012). *Manual de publicação da American Psychological Association* (6a ed., D. Bueno, trad.). Porto Alegre, RS: Penso. (Tradução da 6a ed.: *Publication manual of the American Psychological Association*, 2010).
- Araújo, L. F. S. de; Dolina, J. V.; Petean, E.; Musquim, C. dos A.; Bellato, R.; Lucietto, G. C. (2013). Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa. *Revista Brasileira em Pesquisa*, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauer, M. W. Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bertran, P. (1994). *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-histórica do Distrito Federal – do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo.
- Beú, E. (2012). *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bhabha, H. (2003). *O local da cultura*. 2.reimp. Belo Horizonte: UFMG.
- Biaggio, A. M. B. (2015). *Psicologia do Desenvolvimento*. (24a.ed.) Petrópolis: Vozes.
- Bock, Ana Mercês Bahia. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicologia para América Latina*, (1) Recuperado em 20 de janeiro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Borges, A.; Martins, L. (2017). *Sol Nascente: a grilagem de terra em uma das maiores favelas da América Latina*. Caderno Especial. Jornal Folha de São Paulo.
- Brasil, Presidência da República. (1958). *Inauguração do Palácio do Planalto*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República.
- Brasil. Constituição Federal de 1988. (2010). *Constituição Brasileira*: Brasília: Senado Federal.
- Campos, R. (2015). *Saiba como o regime militar endureceu e transformou a rotina de Brasília*. Brasília: Correio Braziliense.

- Canez, A. P.; Segawa, Hugo. (2010). *Brasília: utopia que Lúcio Costa inventou*. Anais do 1º Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa (AEAULP). Lisboa: AEAULP.
- Capucci, R. R. (2017). *Perejivanie: um encontro de Vigotski e Stanislavski no limiar entre psicologia e arte*. (Dissertação de Mestrado). UnB, Brasília.
- Carlos, A. F. A. (2004). *Uma leitura sobre a cidade*. *Cidades: Revista científica/Grupo de estudos urbanos*. (n.1, vol. 1). Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos.
- Carlos, A. A. (2007). *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo. FFLCH.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. (2014). *O golpe de 1964 e a instauração do regime militar*. São Paulo: FGV.
- Costa, C. B. da; Barroso, E. P. (orgs.) (2015). *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Costa, L. (1957). *Brasília, Plano Piloto original: Memória Descritiva*, manuscrito original. Brasília: GDF.
- Costa, L. C. G. da. (2005). *História da literatura brasiliense*. Brasília: Thesaurus.
- Costa, L. (1995). *Registro de uma vivência*. (2a ed.). São Paulo: Nobel.
- Costa, L. (1987). *Brasília revisitada 1985/1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana*. Rio de Janeiro, mimeo.
- Couto, R. C. (2010). *Brasília Kubitschek de Oliveira*. São Paulo: Record.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. (2a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Cruls, L. F. (1894). Comissão exploradora do Planalto Central do Brazil. Relatório. Rio de Janeiro, H. Lombaerts & C.
- Dellari Junior, A. (2013). *Princípios Éticos em Vigotski: Perspectivas para a Psicologia e a Educação*. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP. (v. 24, n. 1). p. 45-63, jan./abr.
- Delors, Jacques (coord.). (2012). *Educação: um tesouro a descobrir*. Trad. José Carlos Eufrázio. (7a ed.). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.
- Demo, P. (1995). *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, Autores Associados.
- Distrito Federal. (2010). Anuário do Distrito Federal. Brasília: GDF.
- Dominici, M. C. M. (2017). *Brasília: retomar o futuro*. Brasília: Thesaurus.

- Dupret, L. (2002). Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. *Psicologia Escolar e Educacional*, 6(1), 91-96.
- Fidalgo, M. P. (2018). *Brasília iluminado o Brasil*. Caderno Crônicas. Jornal Correio Braziliense. Brasília: Correio Braziliense.
- Foucault, M. (1970). *A ordem do discurso*. Trad. Graciano Barbachan (data da digitalização: 2004). Coletivo Sabotagem.
- Foucault, M. (2010). *A hermenêutica do sujeito*. (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). *O Governo de si e dos outros*. (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Frampton, K. (1997). *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, P. (1979). *A Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *A Educação na Cidade*. (5a ed.). São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (1993). *Política e Educação*, Cortez, 1993.
- Furiati, G. M. Q. (2012). *Brasília na poesia de Nicolas Behr: idealização, utopia e crítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Geertz, Clifford. (2008). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Grigori, P.; Galvão, W. (2018). *Escolas de Ceilândia e Brazlândia aprovam mais de 100 alunos na UnB*. Jornal Correio Braziliense. Caderno Cidades. Brasília: Correio Braziliense.
- Guedes, S. M.; Techio, E. M.; Paranhos, J.; Moreira, T.; Brantes, C.; Sobrinho, J. B.; Santana, V. (2013). *Imigração e Trabalho: Um Estudo sobre Identidade Social, Emoções e Discriminação contra Estrangeiros*. *Psicologia em Pesquisa*. UFJF. 7(2). 151-163 Julho-Dezembro.
- Gutierrez, J. P.; Urquiza, A. H. A. (orgs.). (2013). *Direitos Humanos e Cidadania: desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos*. Campo Grande: UFMS.
- Hall, P. (2002). *Urban and regional planning*. (4.^h ed.). New York: Routledge.
- Kerns, I.; Pimentel, E. F. (2000). *Brasília Secreta*. São Paulo: Pórtico.
- Kohlsdorf, M. E. (1985). Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In *O espaço da cidade – contribuição à análise urbana* (pp. 15 –72). São Paulo: Projeto.
- Lemoyne, J. B. (1983). *Memórias Biográficas de Dom Bosco*. Volume V. Traducción de Basilio Bustillo. Ediciones Don Bosco. Central catequista Salesiana, Madrid.
- Leitão, F.; Ficher, S. (2010). *A infância do Plano Piloto*: Brasília, UnB.
- Lima, C. K. T. de; Fransiconi, L. A. (2015). A dinâmica do universo simbólico cultural religioso. *Anais do V Seminário Nacional de Atendimento*. Puc: Unesco.

- Martins, J. R. V.; Sousa, N. H. B.; Marton-Lefèvre, J. (orgs.). (2008). *Educação para a paz e Direitos Humanos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral.
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política*: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1978). Notas Críticas al Artículo: El Rey de Prusia y La Reforma Social. Por um prusiano. In: *Obras de Marx y Engels*. Barcelona: Grijalbo, p. 227-245.
- Marx, K.; Engels, F. (1989). *A Ideologia Alemã (1846)*. São Paulo: Moraes.
- Matos, S. S. de.; Hobold, M. de. S. (2015). Constituição de sentidos subjetivos do processo ensino e aprendizagem no Ensino Superior. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. (Volume 19, Número 2). Maio/Agosto. 299-307.
- Medeiros, A. E.; Campos, N. (2010). *Cidade projetada, construída, tombada e vivenciadas: pensando no planejamento urbano em Brasília*. Brasília: UnB.
- Medeiros, R. M. V. (2009). Território, espaço de identidade. In: Saquet, Marcos Aurélio; Sposito, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP.
- Mello, M. T. F. N. de. (1987). *O espetáculo dos moradores do símbolo: a mobilização por 'diretas já' da perspectiva de Brasília*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, ECA/USP.
- Moré, C. L. O. O. (2015). A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. Atas CIAIQ2015 >>Investigação Qualitativa em Ciências Sociais/
- Museu de Astronomia e Ciências Afins (2010). *Luiz Cruls, um cientista a serviço do Brasil*. (2a ed.). Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Nazario, M. de O. (2016). *Senado Federal – 50 anos de Brasília*. Brasília: Senado Federal.
- Oliveira, I. C. E. de. (2001). *Estatuto da Cidade: para compreender*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, p. 15-16.
- ONU. Organização das Nações Unidas. (1999). *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz*.
- Palen, J. J. (1975). *O Mundo Urbano*. Forense. Universitária. Rio de Janeiro.
- Paviani, A. (2010). *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: UnB.
- Paviani, A. et al (2010). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: UnB.
- Pedrosa, M. (1981). *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo: Perspectiva.

- Pereira, E. W.; Coutinho, L. M.; Rodrigues, M. A.; Henriques, C. M. N.; Souza, F. H. de M.; Rocha, L. M. da F. (2011). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Pires, A. (2008). *Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico*. In: Poupart, J., Deslauriers, J. P. Groulx, L. H. Paperrière, A., Mayer, R. & Pires, A. (org.). *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petropolis: Vozes.
- Pires, S. F. S. (2007). *Protagonismo infantil e promoção da cultura de paz: um estudo sociocultural construtivista*. (Tese de Doutorado). Brasília: PGPDS/UnB.
- Pontual, H. D. (2016). *Senado celebra 50 anos de Brasília e Dia de Tiradentes*. Brasília: Senado Federal.
- Pulino, L. H. C. Z. (2017). *Orientação de Dissertação*. Brasília: PGPDS/UnB.
- Pulino, L. H. C. Z., Soares, S. L. Costa, C. B., Longo, C. A. Sousa, F. L. De (orgs.). (2016). *Educação, direitos humanos e organização do trabalho pedagógico*. Brasília: Paralelo 15.
- Pulino, L. H. C. Z.; Soares, S. L.; Costa, C. B.; Longo, C. A.; Sousa, F. L. de. (orgs.). (2016). *Educação em e para os Direitos humanos*. Brasília: Paralelo 15.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.
- Russo, R. (1992). *Faroeste Caboclo. Música Album Música para Acampamentos*.
- Saboya, R. T. (2014). *O surgimento do Planejamento urbano*. São Paulo: Urbanidades.
- Santos, B. de S. (2009). *As vozes do Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, A. E. (2014). *Do surgimento da cidade ao processo de conurbação: elementos teóricos para análise*. Anais do VII CBG, Vitória.
- Sato, A. K. (2017). *O nosso quadrado místico*. *Jornal Correio Braziliense*. Caderno Cidades. Brasília: Correio Braziliense.
- Seed. Secretaria de Educação do Governo do Paraná. (2018). *Os Candangos*. Retirado em janeiro de 2018. <http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=231>
- Seplan. Secretaria de Estado e Planejamento. (1978). *Documento histórico da Construção de Brasília*. Brasília: Seplan.
- Setur. (2018). *Secretaria de Turismo do Distrito Federal*. Brasília: Setur.
- Silva, D. N. H. (2017). *A formação de conceito: uma questão central na relação de ensino-aprendizagem (ensaio epistemológico)*. [Apostila de disciplina, aula 11]. Brasília: PGPDS.
- Soares, P. (2003). *O Estatuto da Cidade e a construção de 'espaços de esperança'*. Encontro Estadual de Geografia. Porto Alegre: Anais Ulbra.

- Sposito, M. E. B. (2008). *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto.
- Sposito, M. E. B.; Goes, E. M. (2013). *Espaços Fechados e Cidades*. São Paulo, UNESP.
- Taylor, N. (1998). *Urban planning theory since 1945*. London: Sage.
- Teixeira, A. S. (1988). *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Timm, P. C. (1998). *Brasilianas*. Brasília: Paralelo 15.
- Toassa, G. (2011). *Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- Topalov, Christian et al. (2010). *L'aventure des mots de la ville*. Paris: Robert Laffont.
- Unesco. (1995). *Década das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável: 2005-2014: Documento final do plano internacional de implementação*. Brasília: UNESCO, OREALC.
- Unesco. (1999). *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Brasil: Unesco.
- Unipaz. (2018). *Universidade da Paz*. Brasília: Unipaz.
- Vasconcelos, P. de A. (2015). As Metamorfoses do Conceito de Cidade. Mercator, Fortaleza. (v. 14, n. 4). Número Especial, p. 17-23, dez.
- Veloso, S. C. B. (2015). As sementes da pobreza: Brasília, memórias locais. In: Costa, C. B. da; Barroso, E. P. (orgs.). *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Videsott, L. (2008). Os Candangos. *Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*. Programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo. p. 21-38. São Paulo: EESC-USPP.
- Vieira, V. (2017). Educador José Pacheco aponta caminhos para transformar a educação no país. Entrevista de José Pacheco na abertura das atividades da Comissão UnB. Futuro. Brasília: UnB.
- Vygotsky, L. (2003/2008). *Pensamento e Linguagem*. (6a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. (1998). *A Formação Social da Mente*. São Paulo, Martins Fontes.
- Vygotsky, L. (1979). *The genesis of higher mental functions*. Nova York: M.E. Sharpe.
- Vygotsky, L. S. (1995). *Obras Escogidas*. Tomo III. Madrid: Visor/MEC.
- Vygotsky, L. S. (1995). *A Formação Social da Mente*. São Paulo, Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1924/2003). *Psicologia Pedagógica*. Porto Alegre: Artmed.
- Vygotsky, L. S. (1927/1996). O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In: Vigotski, L. S. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

- Vygotsky, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*. (n. 73). p. 23-44. Campinas, São Paulo.
- Weil, P. (2013). *A arte de viver em paz*. (11a ed.). Rio de Janeiro: Unipaz.
- Zaneti, I. C. B. B. (2016). Educação ambiental e cidadania Planetária. In: Pulino, L. H. C. Z.; Soares, S. L.; Costa, C. B.; Longo, C. A.; Sousa, F. L. de. (orgs.). (2016). *Educação em e para os Direitos humanos*. Brasília: Paralelo 15.

ANEXOS

ANEXO A

Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão:

Constatando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo;

Considerando que a proteção de tal património à escala nacional é a maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos económicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvar;

Relembrando que o Acto Constitutivo da Organização prevê a ajuda à conservação, progresso e difusão do saber, promovendo a conservação e protecção do património universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais concluídas para tal efeito;

Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstraram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam;

Considerando que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elemento do património mundial da humanidade no seu todo;

Considerando que, perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à coletividade internacional, no seu todo, participar na proteção do património cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência coletiva que sem se substituir à ação do Estado interessado a complete de forma eficaz;

Considerando que se torna indispensável a adopção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos;

Após ter decidido aquando da sua décima sexta sessão que tal questão seria objeto de uma convenção internacional;

adopta no presente dia 16 de Novembro de 1972 a presente Convenção.

I — Definições do património cultural e natural

Artigo 1.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

Os monumentos. — Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. — Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. — Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Artigo 3.º

Competirá a cada Estado parte na presente Convenção identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território e referidos nos artigos 1 e 2 acima.

II — Proteção nacional e proteção internacional do património cultural e natural

Artigo 4.º

Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado no seu território constitui obrigação primordial. Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer, se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar, nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico.

Artigo 5.º

Com o fim de assegurar uma proteção e conservação tão eficazes e uma valorização tão ativa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por:

a) Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido património nos programas de planificação geral;

b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispor dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;

c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural ou natural;

d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do referido património; e

e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da proteção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio.

ARTIGO 6.º

1 — Com pleno respeito pela soberania dos Estados no território dos quais está situado o património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º, e sem prejuízo dos direitos reais previstos na legislação nacional sobre o referido património, os Estados parte na presente Convenção reconhecem que o referido património constitui um património universal para a proteção do qual a comunidade internacional no seu todo tem o dever de cooperar.

2 — Em consequência, os Estados parte comprometem-se, em conformidade com as disposições da presente Convenção, a contribuir para a identificação, protecção, conservação e valorização do património cultural e natural referido nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º se o Estado no território do qual tal património se encontra o solicitar.

3 — Cada um dos Estados parte na presente Convenção compromete-se a não tomar deliberadamente qualquer medida susceptível de danificar directa ou indirectamente o património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º situado no território de outros Estados parte na presente Convenção.

ARTIGO 7.º

Para fins da presente Convenção, deverá entender-se por proteção internacional do património mundial cultural e natural a criação de um sistema de cooperação e de assistência internacionais que

visar auxiliar os Estados parte na Convenção nos esforços que despendem para preservar e identificar o referido património.

III — Comité intergovernamental para a proteção do património mundial, cultural e natural

ARTIGO 8.º

1 — É criado junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura um comité intergovernamental para a proteção do património cultural e natural de valor universal excepcional denominado Comité do Património Mundial. Será composto por quinze Estados parte na Convenção, eleitos pelos Estados parte na Convenção reunidos em assembleia geral no decurso de sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. O número dos Estados membros do Comité será elevado até vinte e um, a contar da sessão ordinária da conferência geral que se siga à entrada em vigor da presente Convenção para, pelo menos, quarenta Estados.

2 — A eleição dos membros do Comité deverá assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do Mundo.

3 — Assistirão às sessões do Comité com voto consultivo um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional dos Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), aos quais poderão ser acrescentados, a pedido dos Estados parte reunidos em assembleia geral no decurso das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, representantes de outras organizações intergovernamentais ou não governamentais com objetivos idênticos.

ARTIGO 9.º

1 — Os Estados membros do Comité do Património Mundial exercerão o seu mandato desde o termo da sessão ordinária da Conferência Geral no decurso da qual tiverem sido eleitos e até ao final da terceira sessão ordinária subsequente.

2 — No entanto, o mandato de um terço dos membros designados na primeira eleição terminará no final da primeira sessão ordinária da Conferência Geral que se siga à sessão no decurso da qual tenham sido eleitos, e o mandato de um segundo terço dos membros designados simultaneamente terminará no final da segunda sessão ordinária da Conferência Geral que se siga à sessão no decurso da qual tenham sido eleitos. Os nomes de tais membros serão sorteados pelo presidente da Conferência Geral após a primeira eleição.

3 — Os Estados membros do Comité deverão escolher para os representar pessoas qualificadas no domínio do património cultural ou do património natural.

ARTIGO 10.º

1 — O Comité do Património Mundial adoptará o seu regulamento interno.

2 — O Comité poderá a qualquer momento convidar para as suas reuniões organismos públicos ou privados, assim como pessoas privadas, para proceder a consultas sobre questões específicas.

3 — O Comité poderá criar os órgãos consultivos que julgue necessários à execução das suas funções.

ARTIGO 11.º

1 — Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comité do Património Mundial um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na lista prevista no parágrafo 2 do presente artigo. Tal inventário, que não será considerado exaustivo, deverá comportar uma documentação sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresentam.

2 — Com base nos inventários submetidos pelos Estados em aplicação do parágrafo 1 acima, o Comité deverá estabelecer, atualizar e difundir, sob o nome de «lista do património mundial», uma lista dos bens do património cultural e do património natural tal como definidos nos artigos 1.º e 2.º da presente Convenção, que considere como tendo um valor universal excepcional em aplicação dos critérios que tiver estabelecido. De dois em dois anos deverá ser difundida uma atualização da lista.

3 — A inscrição de um bem na lista do património mundial apenas poderá ser feita com o consentimento do Estado interessado. A inscrição de um bem situado num território que seja objeto de reivindicação de soberania ou de jurisdição por vários Estados não prejudicará em nada os direitos das partes no diferendo.

4 — O Comité deverá estabelecer, atualizar e difundir, sempre que as circunstâncias o exijam, sob o nome de «lista do património mundial em perigo», uma lista dos bens que figurem na lista do património mundial para a salvaguarda dos quais sejam necessários grandes trabalhos e para os quais tenha sido pedida assistência, nos termos da presente Convenção. Tal lista deverá conter uma estimativa do custo das operações. Apenas poderão figurar nesta lista os bens do património cultural e natural ameaçados de perigos graves e precisos, tais como ameaça de desaparecimento devido a uma degradação acelerada, projetos de grandes trabalhos públicos ou privados, rápido desenvolvimento urbano e turístico, destruição devida a mudanças de utilização ou de propriedade da terra, alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por um qualquer motivo, conflito armado surgido ou ameaçando surgir calamidades e cataclismos, grandes incêndios, sismos, deslocamentos de terras, erupções vulcânicas, modificações do nível das águas, inundações e maremotos. O Comité poderá, em qualquer momento e em caso de urgência, proceder a nova inscrição na lista do património mundial em perigo e dar a tal inscrição difusão imediata.

5 — O Comité definirá os critérios com base nos quais um bem do património cultural e natural poderá ser inscrito em qualquer das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.

6 — Antes de recusar um pedido de inscrição numa das duas listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo, o Comité deverá consultar o Estado parte no território do qual esteja situado o bem do património cultural ou natural em causa.

7 — O Comité, com o consentimento dos Estados interessados, coordenará e encorajará os estudos e pesquisas necessárias à constituição das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.

ARTIGO 12.º

O facto de um bem do património cultural e natural não ter sido inscrito em qualquer das duas listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º não poderá de qualquer modo significar que tal bem não tenha um valor universal excepcional para fins diferentes dos resultantes da inscrição nas referidas listas.

ARTIGO 13.º

1 — O Comité do Património Mundial deverá aceitar e estudar os pedidos de assistência internacional formulados pelos Estados parte na presente Convenção no que respeita aos bens do património cultural e natural situados nos seus territórios, que figurem ou sejam susceptíveis de figurar nas listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º Tais pedidos poderão ter por objeto a proteção, conservação, valorização ou restauro de tais bens.

2 — Os pedidos de assistência internacional em aplicação do parágrafo 1 do presente artigo poderão igualmente ter por objeto a identificação de bens do património cultural e natural definido nos artigos 1.º e 2.º, sempre que pesquisas preliminares tenham permitido estabelecer que as mesmas merecem ser prosseguidas.

3 — O Comité deverá decidir do andamento a dar a tais pedidos, determinar, se necessário, a natureza e importância da sua ajuda e autorizar a conclusão, em seu nome, de acordos necessários com o governo interessado.

4 — O Comité deverá determinar uma ordem de prioridade para as suas intervenções. Fazer-lo-á tendo em conta a importância respectiva dos bens a salvaguardar para o património mundial, cultural e natural, a necessidade em assegurar assistência internacional aos bens mais representativos da natureza ou do génio e da história dos povos do mundo e da urgência dos trabalhos a empreender, a importância dos recursos dos Estados no território dos quais se encontrem os bens ameaçados e principalmente a medida em que tais Estados poderiam assegurar a salvaguarda de tais bens pelos seus próprios meios.

5 — O Comité deverá estabelecer, atualizar e difundir uma lista dos bens para os quais tenha sido dada assistência internacional.

6 — O Comité deverá decidir da utilização dos recursos do fundo criado nos termos do artigo 15.º da presente Convenção. Procurará os meios de aumentar tais recursos e tomará todas as medidas úteis para o efeito.

7 — O Comité deverá cooperar com as organizações internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais, com objetivos idênticos aos da presente Convenção. Para a aplicação dos seus programas e execução dos seus projetos, o Comité poderá recorrer a tais organizações, especialmente do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (Centro de Roma), ao Conselho Internacional dos Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e à União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), assim como a outros organismos públicos ou privados e a pessoas privadas.

8 — As decisões do Comité serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. O quórum será constituído pela maioria dos membros do Comité.

ARTIGO 14.º

1 — O Comité do Património Mundial será assistido por um secretariado nomeado pelo diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

2 — O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, utilizando o mais possível os serviços do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (Centro de Roma), do Conselho Internacional dos Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), nos domínios das suas competências e das suas respectivas possibilidades, deverá preparar a documentação do Comité, a ordem do dia das suas reuniões e deverá assegurar a execução das suas decisões.

IV — Fundo para a proteção do património mundial, cultural e natural

ARTIGO 15.º

1 — É constituído um fundo para a proteção do património mundial, cultural e natural de valor universal excepcional, denominado Fundo do Património Mundial.

2 — O Fundo será constituído com fundos de depósito, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

3 — Os recursos do Fundo serão constituídos por:

a) Contribuições obrigatórias e contribuições voluntárias dos Estados parte na presente Convenção;

b) Pagamentos, doações ou legados que poderão fazer:

i) Outros Estados;

ii) A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, as demais organizações do sistema das Nações Unidas, nomeadamente o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais;

iii) Organismos públicos ou privados, ou as pessoas privadas;

c) Qualquer juro devido pelos recursos do Fundo;

d) Produto das colectas e receitas das manifestações organizadas em proveito do Fundo; e

e) Quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento que o Comité do Património Mundial elaborará.

4 — O destino das contribuições feitas ao Fundo e das demais formas de assistência prestadas ao Comité será estabelecido por este. O Comité poderá aceitar contribuições destinadas apenas a um certo programa ou a um determinado projeto desde que a aplicação de tal programa ou a execução de tal projeto tenha sido decidida pelo Comité. As contribuições ao Fundo não poderão estar sujeitas a qualquer condição política.

ARTIGO 16.º

1 — Sem prejuízo de qualquer contribuição voluntária complementar, os Estados parte na presente Convenção comprometem-se a pagar regularmente, de dois em dois anos, ao Fundo do Património Mundial, contribuições, cujo montante, calculado segundo uma percentagem uniforme aplicável a todos os Estados, será decidido pela assembleia geral dos Estados parte na Convenção, reunidos no decurso de sessões da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Tal decisão da assembleia geral requer a maioria dos Estados parte, presentes e votantes, que não tenham formulado a declaração referida no parágrafo 2 do presente artigo. A contribuição obrigatória dos Estados parte na Convenção não poderá, em caso algum, ultrapassar 1% da sua contribuição para o orçamento ordinário da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

2 — Qualquer Estado referido no artigo 31.º ou no artigo 32.º da presente Convenção poderá, no entanto, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, declarar que não ficará vinculado pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo.

3 — Qualquer Estado parte na Convenção que tenha formulado a declaração referida no parágrafo 2 do presente artigo poderá, em qualquer momento, retirar a referida declaração mediante notificação do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. No entanto, a retirada da declaração apenas terá efeito, no que se refere à contribuição obrigatória devida por tal Estado, a partir da data da assembleia geral seguinte dos Estados parte.

4 — A fim de que o Comité possa prever as suas operações de forma eficaz, as contribuições dos Estados parte na presente Convenção que tenham formulado a declaração referida no parágrafo 2 do presente artigo deverão ser pagas de forma regular, pelo menos de dois em dois anos, e não deverão ser inferiores às contribuições que tais Estados deveriam pagar caso se encontrassem vinculados pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo.

5 — Qualquer Estado parte na Convenção que se encontre atrasado no pagamento da sua contribuição obrigatória ou voluntária, relativamente ao ano em curso e ao ano civil imediatamente anterior, não poderá ser eleito para o Comité do Património Mundial; tal disposição não se aplica aquando da primeira eleição. O mandato de um tal Estado, já membro do Comité, terminará no momento de qualquer eleição referida no parágrafo 1 do artigo 8.º da presente Convenção.

ARTIGO 17.º

Os Estados parte na presente Convenção deverão estabelecer ou promover a criação de fundações ou de associações nacionais, públicas e privadas, cujo objetivo seja o encorajamento da proteção do património cultural e natural, conforme definido pelos artigos 1.º e 2.º da presente Convenção.

ARTIGO 18.º

Os Estados parte na presente Convenção deverão contribuir nas campanhas internacionais de colecta, organizadas em favor do Fundo do Património Mundial, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Deverão facilitar as coletas feitas com tais objectivos pelos organismos mencionados no parágrafo 3 do artigo 15.º

V — Condições e modalidades de assistência internacional

ARTIGO 19.º

Qualquer Estado parte na presente Convenção poderá solicitar assistência internacional em favor dos bens do património cultural ou natural de valor universal excepcional situados no seu território. Deverá anexar ao pedido de assistência os elementos informativos e os documentos mencionados no artigo 21.º, de que dispõe, e de que o Comité necessitará para tomar a sua decisão.

ARTIGO 20.º

Sob reserva das disposições do parágrafo 2 do artigo 13.º, da alínea *c*) do artigo 22.º e do artigo 23.º, a assistência internacional prevista pela presente Convenção apenas poderá ser concedida a bens do património cultural e natural que o Comité do Património Mundial tenha decidido ou decida fazer figurar numa das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º

ARTIGO 21.º

1 — O Comité do Património Mundial deverá estabelecer as normas para o exame dos pedidos de assistência internacional que lhe sejam dirigidos e deverá precisar, nomeadamente, os elementos a figurar no pedido, o qual deverá descrever a operação a executar, os trabalhos necessários, uma estimativa do custo dos mesmos, urgência e os motivos pelos quais os recursos do Estado que tenha formulado o pedido não lhe permitem fazer face à totalidade das despesas. Os pedidos deverão, sempre que possível, basear-se na opinião de peritos.

2 — Em virtude dos trabalhos que poderão eventualmente vir a ser necessários sem demora, os pedidos fundados em calamidades naturais ou em catástrofes deverão ser urgente e prioritariamente examinados pelo Comité, o qual deverá dispor de um fundo de reserva destinado a tais eventualidades.

3 — Antes de tomar qualquer decisão, o Comité deverá proceder aos estudos e consultas que julgue necessários.

ARTIGO 22.º

A assistência concedida pelo Comité do Património Mundial poderá assumir as seguintes formas:

a) Estudos sobre os problemas artísticos, científicos e técnicos resultantes da proteção, conservação, valorização e restauro do património cultural e natural, conforme definido pelos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º da presente Convenção;

- b) Fornecimento de peritos, técnicos e de mão-de-obra qualificada para supervisionar a boa execução do projeto aprovado;
- c) Formação de especialistas, a todos os níveis, nos domínios da identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do património cultural e natural;
- d) Fornecimento de equipamento de que o Estado interessado não disponha ou não esteja em condições de adquirir;
- e) Empréstimos a juro reduzido, isentos de juros ou que possam ser reembolsados a longo prazo;
- f) Concessão, em casos excepcionais e especialmente motivados, de subvenções não reembolsáveis.

ARTIGO 23.º

O Comité do Património Mundial poderá igualmente fornecer assistência internacional a centros nacionais ou regionais de formação de especialistas, a todos os níveis, nos domínios da identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do património cultural e natural.

ARTIGO 24.º

Uma assistência internacional de elevada importância apenas poderá ser concedida após estudo científico, económico e técnico detalhado. Tal estudo deverá recorrer às mais avançadas técnicas de proteção, conservação, valorização e restauro do património cultural e natural e corresponder aos objetivos da presente Convenção. Deverá ainda pesquisar os meios para a utilização racional dos recursos disponíveis no Estado interessado.

ARTIGO 25.º

O financiamento dos trabalhos necessários apenas deverá, em princípio, incumbir parcialmente à comunidade internacional. A participação do Estado que beneficie da assistência internacional deverá constituir parte substancial dos recursos atribuídos a cada programa ou projeto, exceto se os seus recursos não lhe permitam.

ARTIGO 26.º

O Comité do Património Mundial e o Estado beneficiário deverão definir, em acordo a concluir, as condições para a execução do programa ou projeto ao qual é concedida assistência internacional, nos termos da presente Convenção. Competirá ao Estado que receba tal assistência internacional continuar a proteger, conservar e valorizar os bens assim salvaguardados, em conformidade com as condições definidas no acordo.

VI — Programas educativos

ARTIGO 27.º

1 — Os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão, por todos os meios apropriados, nomeadamente mediante programas de educação e de informação, por reforçar o respeito e o apego dos seus povos ao património cultural e natural definido nos artigos 1.º e 2.º da Convenção.

2 — Comprometem-se a informar largamente o público das ameaças a que está sujeito tal património e das atividades levadas a cabo em aplicação da presente Convenção.

ARTIGO 28.º

Os Estados parte na presente Convenção que recebam assistência internacional, em aplicação da Convenção, deverão tomar as medidas necessárias no sentido de dar a conhecer a importância dos bens que constituem o objeto de tal assistência e o papel desempenhado por esta.

VII — Relatórios

ARTIGO 29.º

1 — Os Estados parte na presente Convenção deverão indicar nos relatórios a apresentar à Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, às datas e sob as formas que entender, as disposições legais e regulamentares e as demais medidas que tenham sido adoptadas para aplicação da Convenção, bem como a experiência que tenham adquirido na matéria.

2 — Tais relatórios deverão ser levados ao conhecimento do Comité do Património Mundial.

3 — O Comité deverá apresentar um relatório sobre as suas atividades a cada uma das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

VIII — Cláusulas finais

ARTIGO 30.º

A presente Convenção foi redigida em inglês, árabe, espanhol, francês e russo, fazendo os cinco textos igualmente fé.

ARTIGO 31.º

1 — A presente Convenção será submetida à ratificação ou aceitação dos Estados membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em conformidade com as suas respectivas normas constitucionais.

2 — Os instrumentos de ratificação ou aceitação serão depositados junto do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

ARTIGO 32.º

1 — A presente Convenção fica aberta à adesão de qualquer Estado não membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura convidado a ela aderir pela Conferência Geral da Organização.

2 — A adesão terá lugar mediante o depósito de um instrumento de adesão junto do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

ARTIGO 33.º

A presente Convenção entrará em vigor três meses após a data do depósito do vigésimo instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, mas unicamente para os Estados que tenham depositado os seus respectivos instrumentos de ratificação, aceitação ou adesão em tal data, ou anteriormente. Para qualquer outro Estado, entrará em vigor três meses após o depósito do respectivo instrumento de ratificação, aceitação ou adesão.

ARTIGO 34.º

As disposições abaixo aplicar-se-ão aos Estados parte na presente Convenção com sistema constitucional federativo ou não unitário:

a) No que se refere às disposições da presente Convenção cuja aplicação seja da competência da acção legislativa do poder legislativo federal ou central, as obrigações do Governo federal ou central serão idênticas às dos Estados parte não federativos;

b) No que se refere às disposições da presente Convenção cuja aplicação seja da competência da acção legislativa de cada um dos Estados, regiões, províncias ou cantões que constituem o Estado federal, que não sejam obrigados, em virtude do sistema constitucional da Federação, a tomar medidas legislativas, o Governo federal levará as referidas disposições, acompanhadas do seu parecer favorável, ao conhecimento das autoridades competentes dos referidos Estados, regiões, províncias ou cantões.

ARTIGO 35.º

1 — Cada um dos Estados parte na presente Convenção terá a faculdade de denunciar a Convenção.

2 — A denúncia deverá ser notificada mediante instrumento escrito depositado junto do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

3 — A denúncia tomará efeito doze meses após a data da recepção do instrumento da denúncia. Em nada alterará as obrigações financeiras a assumir pelo Estado que a tenha efectuado, até à data em que a retirada tome efeito.

ARTIGO 36.º

O director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura informará os Estados membros da Organização e os Estados não membros referidos no artigo 32.º, bem como

a Organização das Nações Unidas, do depósito de todos os instrumentos de ratificação, aceitação ou adesão mencionados nos artigos 31.º e 32.º, e das denúncias previstas pelo artigo 35.º

ARTIGO 37.º

1 — A presente Convenção poderá ser revista pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. A revisão apenas vinculará, no entanto, os Estados que se tornem parte na Convenção revista.

2 — Caso a Conferência Geral adopte uma nova convenção que constitua revisão total ou parcial da presente Convenção, e salvo disposições em contrário da nova convenção, a presente Convenção deixará de estar aberta a ratificação, aceitação ou adesão a partir da data da entrada em vigor da nova convenção.

ARTIGO 38.º

Em conformidade com o artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, a presente Convenção será registada no Secretariado das Nações Unidas, a pedido do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Feito em Paris aos 23 dias do mês de Novembro de 1972, em dois exemplares autênticos contendo a assinatura do presidente da Conferência Geral, reunida na sua décima sétima sessão e do diretor-geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, os quais serão depositados nos arquivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, sendo cópias certificadas conforme aos originais entregues a todos os Estados referidos nos artigos 31.º e 32.º e à Organização das Nações Unidas.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Brasília capital da paz: dimensão histórica do contexto de desenvolvimento humano em cultura de paz”, de responsabilidade de Maria Paula Fidalgo, aluna de Mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender a cidade de Brasília a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, da Cidadania e da Cultura de Paz. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários e entrevistas, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravadores (iphone e/ou aparelhos de gravação). É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Espera-se com esta pesquisa que se possa fornecer indicadores para a compreensão da cidade de Brasília a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, da Cidadania e da Cultura de Paz.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 3248-33-92 ou pelo e-mail papaulinha@terra.com.br.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da Dissertação final, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH - cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ___ de _____ de _____

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Apresentação da pesquisadora e do entrevistado; retomada dos objetivos da entrevista.

Negociação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Entrevista.

Caracterização do(a) entrevistado(a): idade, sexo, profissão, escolaridade, área e nível de formação, tempo de atuação na área, histórico profissional prévio. Apreciação geral da convergência entre atuação e formação profissional.

- 1) você se apresenta e apresenta o tema de sua pesquisa (compreender quais são os aspectos e especificidades da cidade de Brasília para o processo de desenvolvimento dos indivíduos que vivem aqui, dos cidadãos.
- 2) Em poucas palavras, como você resumiria sua própria história de vida, sua biografia?
- 3) Como você contaria a história de Brasília?
- 4) Em que Brasília é diferente das outras cidades?
- 5) Como você relaciona sua vida com a da cidade? (Se a pessoa já tiver falado sobre isso, só complementa, se for necessário.)
- 6) Quem você considera "a cara de Brasília"? (A pessoa fala se é uma ou são muitas... Você não diga que pode ser 1 ou mais).
- 7) Qual/is os símbolos que você escolhe para representar Brasília?
- 8) Qual o patrimônio material e o imaterial de Brasília?
- 9) Quais são os valores, crenças e costumes que você considera importantes na vida cotidiana de Brasília?
- 10) Peça que a pessoa complete a frase: "Em Brasília, não me agrada/m _____"
- 11) Peça que a pessoa complete a frase: " O que mais me agrada em Brasília é _____"
- 12) Os indivíduos que moram em Brasília são: _____ por que?
- 13) Solicitar que o entrevistado faça um desenho, um mapa, um esquema, um texto... sobre Brasília. Converse com ela sobre sua produção.